

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR
CAMPUS PATO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
PPGDR

ANGÉLICA SERVEGNINI DE WALLAU

MULHERES E AGROECOLOGIA: SABERES E PRÁTICAS NA VIVÊNCIA DE
AGRICULTORAS CAMPONESAS DA COOPERVEREDA, NO SUDOESTE DO
PARANÁ

PATO BRANCO

2023

ANGÉLICA SERVEGNINI DE WALLAU

**MULHERES E AGROECOLOGIA: SABERES E PRÁTICAS NA VIVÊNCIA DE
AGRICULTORAS CAMPONESAS DA COOPERVEREDA, NO SUDOESTE DO
PARANÁ**

**Women and agroecology: knowledge and practices in peasant farmer women's
experiences from COOPERVEREDA, in Southwest Paraná**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Regionalidade e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a. Dra. Josiane Carine Wedig

Coorientadora: Prof^a. Dra. Melissa Barbieri de Oliveira

PATO BANCO

2023



https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR

Atribuição – Uso Não Comercial (CC BY-NC) - Permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra licenciada, sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter menção ao autor nos créditos e não podem ser usadas com fins comerciais. Porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco



ANGELICA SERVEGNINI DE WALLAU

**MULHERES E AGROECOLOGIA: SABERES E PRÁTICAS NA VIVÊNCIA DE AGRICULTORAS CAMPONESAS DA
COOPERVEREDA, NO SUDOESTE DO PARANÁ**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestra Em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Data de aprovação: 18 de Julho de 2023

Dra. Ines Claudete Burg, Doutorado - Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs)

Dra. Marie Anne Stival Pereira E Leal Lozano, Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc)

Dra. Melissa Barbieri De Oliveira, Doutorado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Dra. Norma Kiyota, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 18/07/2023.

A todas as mulheres agricultoras
camponesas, principalmente àquelas que
o destino fez cruzarem o meu caminho.
À Karin Rothbarth (em memória).
Ao Sidney Kohwald (em memória).

AGRADECIMENTOS

A vida é encontro e é partilha, e ao longo da minha muitas foram (e são) as pessoas que me fizeram acreditar no que eu poderia construir.

Agradeço imensamente a todas as mulheres agricultoras camponesas do Sudoeste do Paraná, que, seja nesta pesquisa acadêmica ou na convivência do dia a dia, seguem me ensinando a acalmar o passo e sempre estar em movimento, a sonhar e não desistir da luta, a construir coletivamente possibilidades de existências sem violências.

Agradeço a todas as professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *campus* Pato Branco, programa que desejei estar, que acolheu a mim e ao meu tema de pesquisa, que me desafiou e me possibilitou ver o mundo sob outras perspectivas. Agradeço, em especial, a minha orientadora, professora Josiane Carine Wedig, especialista em educar com amor e construir conhecimento participativo; a minha coorientadora Melissa Barbieri de Oliveira, professora que trago da graduação em direito e amiga que recorro sempre que me sinto perdida. E estendo o agradecimento à banca constituída para a qualificação e defesa da dissertação: Inês Claudete Burg, Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano e Norma Kiyota, pelo carinho e pela importância das contribuições recebidas.

Aos colegas que a universidade me deu, aos que o movimento social se encarregou de aproximar, aos amigos de uma vida toda, aos que são família, aos que vieram com o Leia Mulheres, e aos que fiz no bar, gratidão! Essa é uma escrita atravessada por cada conversa, cada conselho, cada indicação de leitura, cada incentivo, cada puxão de orelha e muitas, muitas lágrimas, é um trabalho que só existe porque cada uma de vocês é presente na minha vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (Processo nº 88887.480976/2020-00), agradeço pela bolsa de pesquisa, que permitiu a realização deste estudo.

“O que eu entendo por agroecologia não olhei em um dicionário, é o que eu entendo por agroecologia. ‘Agro’ vem de cultivar a terra, de produzir. O agronegócio eu acho que roubou esse nome de nós. Agricultura, nós somos agricultores, nós praticamos o agro, nós trabalhamos a terra, da terra tiramos o nosso sustento. ‘Eco’ é vida, então trabalhar a terra com vida e com respeito. ‘Logia’, a lógica, eu tenho uma lógica, eu quero trabalhar, eu quero produzir, mas eu quero com isso respeitar a terra, a água, o meio ambiente, a natureza, eu quero respeitar as pessoas, e os animaizinhos todos.”

(Claides, em entrevista realizada em 12 de maio de 2018)

Representação das interlocutoras da pesquisa – reprodução em aquarela.



Sara Oliveira (2021).

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar a vivência dos saberes e das práticas em agroecologia, de mulheres agricultoras camponesas, com o objetivo de compreender se/como são (re)configurados os papéis sociais de gênero construídos. As agricultoras entrevistadas são vinculadas à Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Sudoeste do Paraná (COOPERVEREDA), de Verê – PR. Para tanto, tendo como base a perspectiva do feminismo decolonial, valeu-se de uma pesquisa de inspiração etnográfica para, através da experiência da pesquisadora em agroecologia, realizar observações e entrevistas e, através delas, analisar como se operam as vivências dessas mulheres. Esta investigação permitiu compreender a presença de importantes atravessamentos de relações de poder e violências contra as mulheres e os seres definidos como natureza, em razão, principalmente, da colonialidade que repercute mecanismos perversos de invisibilidade e exclusão. Através da agroecologia, as mulheres se apropriam e partilham saberes e práticas de construção de vida, reafirmam a sua relação com a terra e o ato de produzir alimentos, com a profissão de agricultora camponesa, com a renda e a autonomia, no espaço privado e público, com os cuidados de saúde próprios e da família. Porém, enfrentam duplas e triplas jornadas de trabalho. Em muitas ocasiões, têm seus conhecimentos desmerecidos e seu lugar de fala questionado. Assim, a agroecologia se constitui em uma importante proposta de rompimento com o paradigma atual, mas enfrenta, diariamente, as violências que seguem sendo perpetuadas pelo patriarcado e pelo capitalismo.

Palavras-chave: Mulheres Agricultoras Camponesas; Agroecologia; Colonialidade; Saberes e Práticas; Violências.

ABSTRACT

This research sought to analyze the experiences and knowledge of peasant farmer women in agroecology, with the aim of understanding whether and how historically and sociologically constructed gender roles are, or are not, (re)configured. The interviewed farmers were affiliated with the Cooperative of Organic and Agroecological Producers of Southwest Paraná (COOPERVEREDA), in Verê – PR. Therefore, based on the perspective of decolonial feminism, ethnographic research was used to carry out observations and interviews through the researcher's experience in agroecology and, through them, to analyze how the experiences of these women operate. This research made it possible to understand the presence of important intersections between power relations and violence against women and against nature, mainly due to colonialities that reflect invisibility and exclusion perverse mechanisms. Through agroecology, women appropriate and share knowledge and life-building practices, reaffirm their relationship with the land and the act of producing food, with the profession of peasant farmer, with income and autonomy in private and public space, with their own and family health care. It is important to restate that despite these perceived advances, women still face double and triple working hours, have their knowledge undervalued and their place of speech questioned. Thus, agroecology constitutes an important proposal to the current paradigm, but it faces, on a daily basis, the violence that continues to be perpetuated by patriarchy and capitalism.

Keywords: Peasant Farmer Woman's; Agroecology; Coloniality; Knowledge and Practices; Violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da região Sudoeste do Paraná.....	28
Figura 2 – Alimentos comercializados pela COOPERVEREDA.....	34
Figura 3 – Agroindústria e visitas às propriedades.....	42
Figura 4 – Feiras de comercialização da COOPERVEREDA.....	43
Figura 5 – Espaços da Rede Ecovida	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Encontros com as interlocutoras da pesquisa	46
Quadro 2 – Características das agricultoras camponesas	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALASRU	Associação Latino-Americana de Sociologia Rural
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APAVE	Associação de Agricultores Agroecológicos do Verê
APROVIVE	Associação de Vitivinicultores do Verê
ASPTA	Associação de Agricultura Familiar e Agroecologia
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAAGRO	Centro Acadêmico de Agronomia
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
COOPAFI-FB	Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada do Município de Francisco Beltrão
COOPERVEREDA	Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Sudoeste do Paraná
CPRA	Centro Paranaense de Referência de Agroecologia
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DDT	Dicloro-Difenil-Tricloroetano
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
IAPAR	Instituto Agropecuário do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDR	Instituto de Desenvolvimento Rural
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MAB	Movimento de Atingidas e Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MSC	Missionários do Sagrado Coração
MST	Movimentos das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem

	Terra
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação e Conformidade
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PR	Paraná
Rede PTA	Rede Projeto em Tecnologias Alternativas
Rede TA/Sul	Rede Tecnologias Alternativas-Sul
SINTRAF	Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores na Agricultura Familiar
SOBER	Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural
SOCLA	Sociedade Latino-Americana de Agroecologia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFFS	Universidade Federal Fronteira Sul
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VAR	Variedades de Alto Rendimento
VGR	Variedades de Grande Receptividade

CONVENÇÕES

Indico, aqui, algumas convenções de escrita e formatação adotadas nesta dissertação:

1) A escrita foi feita em primeira pessoa, de maneira a evidenciar o meu lugar de pesquisadora;

2) A utilização do gênero feminino como regra universal, observando a linguagem formal do português, quando de forma não sexista não puder me expressar. Esse formato é inspirado por Débora Diniz (2013), que aponta para a necessidade de contestar o uso do gênero masculino universal e a invisibilização do feminino na escrita científica. Ela reconhece os esforços para a criação de um pronome em português que não tenha gênero e as dificuldades de acesso ao texto quando se faz uso de caracteres não reconhecidos por programas leitores, como os utilizados por pessoas cegas ou com visão reduzida;

3) O uso do nome completo das autoras e autores na sua primeira citação, no texto, no intuito de reconhecer e dar visibilidade à escrita acadêmica de mulheres, pois, como afirma Donna Haraway (1995, p. 9), a ciência não é um campo neutro, é uma perspectiva em que “conhecimentos são teorizados como movimentos de poder” e que engendra relações patriarcais e utilitaristas, criando e perpetuando a exclusão de gênero, ao defender a neutralidade.

4) Considero saberes e práticas mais do que as atividades desenvolvidas apenas durante o manejo do solo e das plantas, isso porque, como Emma Siliprandi (2015) e diversas outras autoras, parto do princípio de que a agroecologia, além de um modo de produção agrícola, é um modo de vida. Assim, o conjunto de saberes e práticas desenvolvido pelas mulheres agricultoras camponesas faz parte de sua vivência.

5) Em *itálico* estão as transcrições das falas das interlocutoras.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	22
2 CAMINHOS DA PESQUISA	27
2.1 <i>Lócus</i> de pesquisa	27
2.1.1 A COOPERVEREDA.....	33
2.2 A inspiração etnográfica.....	36
2.2.1 Entre perdas e nascimentos: pesquisa em tempos de pandemia	39
2.3 Mulheres sem nome e sem tempo: o encontro com as interlocutoras da pesquisa.....	40
3 DO CONTROLE DAS <i>PLANTATIONS</i> ÀS LUTAS PELA AGROECOLOGIA.....	51
3.1 A colonialidade na agricultura: da <i>plantation</i> à Revolução Verde.....	51
3.2 A agroecologia como modo de agricultura alternativa.....	59
3.3 A agricultura familiar no Sudoeste do Paraná e a construção da agroecologia	65
4 A COLONIALIDADE DE GÊNERO E AS RESISTÊNCIAS DE MULHERES AGRICULTORAS CAMPONESAS	71
4.1 Colonialidade de gênero e seus múltiplos atravessamentos.....	71
4.2 Mulheres agricultoras camponesas: divisão sexual do trabalho e violências	74
5 SABERES E PRÁTICAS EM AGROECOLOGIA	111
5.1 Colonialidade do saber que incide sobre as mulheres agricultoras camponesas.....	111
5.2 Mulheres vivenciando e construindo a agroecologia na região Sudoeste do Paraná	114
5.3 Saberes e práticas das mulheres nas vivências em agroecologia	120
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS.....	137
APÊNDICES	150
Apêndice 1 – Roteiro de questões das entrevistas semiestruturadas	151

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação está direta e intimamente ligada às minhas vivências. É fruto da minha construção e reconstrução ao longo dos anos, das minhas alegrias, mas, principalmente, das minhas angústias, do meu esforço e, mais ainda, da partilha na caminhada e das lutas que não se travam só.

Nasci e cresci no município de Francisco Beltrão-PR, filha de mãe e pai brancos, minha avó e meu avô paterno e minha avó materna eram descendentes de imigrantes italianos, gaúchos e catarinenses, que ocuparam a região Sudoeste do estado. Para meu avô materno, diziam caboclo, contavam que por sua pele escura e cabelos pretos e lisos, que herdara de sua mãe, indígena, casou-se com minha avó contra a vontade da família dela. Assim como muitas outras famílias, a minha traz na origem a violência colonial e o racismo.

Minha educação formal se deu um pouco em escola pública, outro pouco em escola particular, essa possibilitada por bolsas de estudo e não raros casos de *bullying* — que na época não tinha esse nome. Meus uniformes surrados, o lanche levado de casa, a região periférica da minha residência e o carro, um fusca bege, ano 1982, que meu avô materno usava tanto para o trabalho no sítio quanto para o transporte escolar das(os) netas(os), fizeram-me perceber, desde cedo, as relações de poder presentes na estrutura social, mesmo que naquele momento representada por um universo de não mais de 30 crianças com idade entre 7 e 9 anos.

Eu sempre tive boas educadoras e bons educadores, mas uma, em especial, marcou minha vida: a professora Dulce Regina Rodrigues Paiva. Formada em Geografia, ela usava mais que o livro escolar — que a direção se preocupava que recebêssemos no início do ano e repassaríamos, em igual estado, ao final — para as suas aulas. Aprendia-se escutando músicas da Tropicália, vendo fotos do Sebastião Salgado, escutando sua leitura atenta de Carolina Maria de Jesus e João Cabral de Melo Neto e assistindo a documentários, a exemplo de “Ilha das Flores”, que marcou minha relação com a alimentação. Debatíamos e refletíamos — mesmo com a limitação da pouca vivência e a imaturidade da adolescência — história, economia e política, através de realidades de exclusão e escassez, como da fome, da migração forçada, do desemprego, da invisibilidade e da violência. Também, ficávamos entusiasmadas pelos feitos e pelas demandas dos movimentos sociais, das organizações populares

e dos coletivos religiosos. Dessa aprendizagem veio a construção de uma perspectiva crítica que direcionou toda a minha trajetória.

Ingressei no curso de Direito e, formada, trabalhei em muitas áreas e lugares. O trabalho com registros públicos estreitou os meus laços com o espaço rural. Na convivência com famílias agricultoras, passei a conhecer suas realidades, suas demandas e seus anseios, a ser convidada para almoços nas comunidades, visitas às casas e, também, às hortas, e nunca voltava sem um alimento, uma semente ou uma muda. Em paralelo, reaproximei-me da universidade, cursando algumas disciplinas como aluna especial no mestrado em Geografia, acessei leituras sobre a questão agrária e agrícola do Sudoeste do Paraná e conheci muitas pessoas e organizações. Com os anos, a troca do trabalho do escritório pelo de campo se tornou rotina, o pagamento datado para o dia da entrega do leite ou da feira e receber parte dos honorários em laranja, açúcar mascavo e queijo, virou costume.

Os anos foram passando e eu fui mudando, mas, foi em 2013, quando recebi o diagnóstico de câncer (infelizmente, após exames de rotina em abril de 2022, voltei ao processo de acompanhamento e monitoramento)¹, que me deparei com a brevidade da vida e, mais por fuga do que por projeto, ocorreu-me cursar Agronomia. Eu gostava muito do meu trabalho, mas pela natureza extrajudicial não me sentia completamente advogada. Eu trabalhava com demandas vinculadas às ciências agrárias, mas, pela ausência de formação, não era engenheira agrônoma. Dessa sensação, de não pertencer a nenhum lugar, veio a ilusão de buscar enquadrar o que eu fazia em uma outra formação acadêmica.

Na Agronomia, não demorou para eu perceber que a concepção mais produtivista do que socioambiental, o viés mais mercadológico do que alimentar e a forte presença de machismos não refletiam o que eu esperava dessa graduação. Entre muitas disciplinas teóricas e aulas práticas, foi no contato com a olericultura, a produção orgânica e a agroecologia que, mesmo de maneira muito experimental,

¹ Esse é um daqueles fragmentos ainda difíceis de conviver e que eu não queria que fizessem parte da minha trajetória de vida. Talvez por isso, o trago citado de maneira muito breve. Sobre como lidar, por ser algo que não afeta só a mim, prefiro deixar a escrita de Gloria Anzaldúa (2005, p. 708): “Somos a rocha porosa na metate de pedra agachadas no chão. Somos o rolo compressor, el maíz y agua, la masa harina. Somos el amasijo. Somos lo molido en el metate. Somos o comal fervente, a tortilla quente, a boca faminta. Somos a rocha bruta. Somos o movimento de moer, a poção misturada, somos el molcajete. Somos o pilão, o comino, ajo, pimienta. Somos o chile colorado, o broto verde que rompe a rocha. Nós persistiremos”.

consegui encontrar no curso uma perspectiva mais concatenada com as minhas leituras e os meus anseios.

E como a vida é esse emaranhado de surpresas, foi o incentivo do professor de olericultura, Thiago Vargas, para a minha ida a Brasília e participação no VI Congresso da Sociedade Latino-Americana de Agroecologia (SOCLA), em 2017, que configurou o que Heleieth Lara Bongiovani Saffioti (2004, p. 43) diz de situações e acontecimentos externos à trajetória de vida de cada pessoa, que possibilitam afirmar que “ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele”. Participar do SOCLA foi o marco divisor, não só da minha caminhada acadêmica, mas profissional e pessoal. O evento me possibilitou presenciar, acompanhar e participar junto com outras mulheres do Grupo de Trabalho de Gênero, da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), e me despertou o olhar para a agroecologia enquanto movimento, enquanto construção e partilha de conhecimento, que é vivo, que é múltiplo, que é horizontal e que, mesmo invisibilizado, é, sobretudo, feminino!

Voltei para casa com os olhos brilhando, o coração acalentado, a mala cheia de todos os alimentos que pude carregar; e o livro de Emma Siliprandi “Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas”. A leitura e a estada no SOCLA permitiram refletir minha própria trajetória de vida, trouxeram-me lembranças que avivaram a responsabilidade de uma visão mais profunda da realidade social, mostraram-me possibilidades de construção de outras formas de viver, compartilhar e produzir, lançaram-me um olhar mais crítico sobre a presença ativa das mulheres e sobre suas narrativas, saberes e práticas agroecológicas.

A experiência de participar do SOCLA desencadeou mudanças profundas. Novamente, na universidade, passei a buscar informações sobre movimentos de mulheres, suas atuações práticas e teóricas e sobre a agroecologia. Acessei histórias e lutas antes desconhecidas, fui timidamente tentando incorporar a perspectiva feminista no meu dia a dia. Como membra do Centro Acadêmico de Agronomia (CAAGRO) e uma das responsáveis pela organização da semana acadêmica, eu trouxe para apreciação do grupo a participação de palestrantes mulheres e a necessidade de um evento com paridade de gênero.

Em outubro de 2017, a semana acadêmica do Curso de Agronomia teve 50% das palestras realizadas por mulheres e, também, parceria com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), para realização de palestra com a abordagem de gênero e ruralidades — ocasião em que conheci a professora Josiane

Carine Wedig e a professora Valdete Boni. Outra demanda importante do evento foi a substituição da alimentação industrializada por alimentos vindos da agricultura familiar da região, com respeito à memória alimentar local, com certificado de origem e informações relevantes sobre as famílias agricultoras que forneceram os alimentos.

Daí em diante, seguiram-se encontros com pessoas e leituras que me apresentaram outros olhares, diversos entendimentos, sentidos e expectativas que me instigaram a questionar as minhas verdades e certezas. Partilhas que resultaram, no ano de 2018, em pesquisas realizadas e apresentadas no VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (ALASRU), no 56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), na III Conferência Internacional Agricultura e Alimentação em uma Sociedade Urbanizada (AGURB) e, em especial, a minha ida à cidade de Guayaquil, no Equador, para apresentar, entre outros, o trabalho intitulado “Agroecologia é uma concepção de vida e um jeito de viver: experiências de mulheres camponesas no Sudoeste do Paraná/Brasil”, no VII SOCLA.

Ao longo dos anos, aproximei-me ainda mais da universidade, em paralelo à graduação em Agronomia, cursei, como aluna especial, as disciplinas “Gênero, etnicidade e desenvolvimento territorial”, no PPGDR da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR), e “Tópicos especiais em dinâmica econômica e território: direito à diversidade, cidadania e direitos humanos”, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), e cursei a especialização em Direitos Humanos na Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS). Integrei o coletivo Leia Mulheres, de Francisco Beltrão, a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero, da OAB-Francisco Beltrão, e, também, os grupos de pesquisa e extensão Gênero, Juventude e Cartografias da Diferença (ARTEMIS), do PPGDR/UTFPR, e Corpo, Gênero e Diversidade, da UNIOESTE.

A inserção nessas universidades públicas me possibilitou conhecer muitos contextos e pessoas, oportunizou-me estar e conviver com diferentes realidades e sonhos, e, aos poucos, fui me construindo também como mulher relacionada intensamente à agroecologia. Não sei muito bem precisar a data ou como de fato aconteceu, mas as coisas foram fluindo e eu acabei inserida no Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF), no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), no Coletivo Regional de Mulheres, vinculado ao

Fórum Regional das Organizações e Movimentos Sociais Populares do Campo e da Cidade do Sudoeste do Paraná², e passei a participar de reuniões, atos populares, assembleias, eventos e mobilizações. Em 2018, participei da atividade em comemoração e reflexão aos 35 anos do MMC, em Chapecó, Santa Catarina. Em 2019, estive presente na 18ª Jornada de Agroecologia do Paraná, e me aproximei das demandas dos Movimentos das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Rede Ecovida de Agroecologia. No mesmo ano, participei da comemoração dos 30 anos do reassentamento Itaíba, no município de Marmeleiro, estado do Paraná, e das demandas do Movimento de Atingidas e Atingidos por Barragens (MAB), da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, que teve como lema "Território: nosso corpo, nosso espírito", e da 6ª Marcha das Margaridas, da qual o lema foi "Luta por um Brasil com Soberania Popular, Democracia, Justiça, Igualdade e Livre de Violência", em Brasília. Nessas vivências se conectaram vida, teoria e movimento, e eu me sinto feliz em estar neste lugar.

Assim, na interação entre teoria e prática, o interesse no mestrado em Desenvolvimento Regional veio da percepção da complexidade das relações e da insuficiência das explicações fracionadas em áreas de atuação isoladas. A interdisciplinaridade do curso me instigou a trilhar caminhos fora da minha zona de conforto e seguir aberta a conhecer e aprender distintas perspectivas.

Minhas vivências me conduziram ao encontro com as minhas interlocutoras na Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Sudoeste do Paraná (COOPERVEREDA). Esse contato ocorreu, inicialmente, como consumidora, pois todas as semanas, desde o ano de 2016, no *campus* Pato Branco, da UTFPR, ocorre a feira agroecológica, e a COOPERVEREDA é uma das expositoras. Da compra semanal, realizada diretamente com as agricultoras, surgiram os vínculos de confiança e amizade. Do acompanhamento de projetos, reuniões, eventos, dias de campo e visitas técnicas, facilitados pela parceria da UTFPR com o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), e do estágio profissional realizado no CAPA, no início de 2020, conheci muitas famílias cooperadas e, por meio de conversas, comecei a me

² O Fórum Regional das Organizações e Movimentos Sociais Populares do Campo e da Cidade do Sudoeste do Paraná é um espaço organizativo existente desde 2002, e tem o objetivo de estabelecer diálogos entre as entidades e as organizações e construir estratégias de melhoria das condições de vida das trabalhadoras da região.

interessar na pesquisa com as mulheres agricultoras camponesas³, ficando atenta às narrativas delas.

Em 2021, tive a oportunidade de iniciar um projeto, em parceria com o SINTRAF e Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), na Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada do Município de Francisco Beltrão (COOPAFI-FB), com o objetivo de fomentar a transição agroecológica de famílias agricultoras camponesas. No intuito de realizar a certificação participativa, criamos o grupo COOPAFI Agroecologia, vinculado ao Núcleo Sudoeste da Rede Ecovida de Agroecologia, no qual participo como co-produtora e represento o grupo na Comissão de Ética. Tal condição possibilitou que eu me aproximasse ainda mais da COOPERVEREDA e das interlocutoras, uma vez que comecei a participar também das visitas de olhar externo em suas propriedades e, assim, pude estar com elas nas atividades de formação, nos encontros de organização e planejamento e nos grupos de *whatsapp*. Passei a acompanhar, como integrante, todas as atividades da Rede Ecovida na região.

Assim, os meus encontros e partilhas – acadêmicas, literárias, políticas, culturais, militantes, profissionais – e, principalmente, os (des)encontros comigo mesma e com o que me ensinaram sobre estudo e trabalho me trouxeram aqui: uma advogada e engenheira agrônoma em um mestrado interdisciplinar, com uma pesquisa que, muito mais que um tema, atravessa e afeta por inteiro o meu ser.

Nesse sentido, esta pesquisa constitui também a minha história, a minha ancestralidade, a minha construção e individualidade enquanto mulher, trabalhadora, pesquisadora e militante. Portanto, coloco-me na pesquisa de maneira localizada e corporificada, a partir do meu “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017), buscando “um posicionamento crítico, num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero”

³ Nesta pesquisa, filiando-me à Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2004), ao entender que a agricultura familiar constrói sua história também permeada por lutas e resistências, e as vivências ultrapassam os limites das classificações teóricas; opto pela utilização dos termos “agricultora” e “camponesa” com equivalente sentido. A agricultura camponesa é caracterizada por ser uma forma de produção familiar, em que as camponesas possuem conhecimento profundo sobre a terra, as sementes, os animais e as práticas agrícolas, que é transmitido de geração em geração. Essa forma de produção agrícola é voltada à reprodução social da família e para a produção de alimentos para o abastecimento local. Wanderley (2004) também destaca que a agricultura camponesa é uma forma de resistência e de luta contra a dominação das grandes empresas agrícolas e dos sistemas agroalimentares e econômicos hegemônicos. A agricultura camponesa é uma forma de preservar a diversidade cultural, biológica e alimentar, além de promover a segurança e a soberania alimentar dos povos. Além disso, destaca a importância da valorização da agricultura camponesa como um patrimônio cultural e um modo de vida que deve ser protegido e incentivado (WANDERLEY, 2004).

(HARAWAY, 1995, p. 30), entendendo que todo conhecimento existe dentro de um espaço de poder. O lugar que ocupo me oportunizou refletir sobre as distintas possibilidades da pesquisa. A definição da temática e todas as escolhas teóricas e metodológicas delineadas contêm questões com as quais me vínculo emocionalmente, acreditando nas subjetividades que integram o processo da pesquisa e da escrita.

A elaboração desta pesquisa ocorreu através de um exercício de escuta atenta e um processo de partilha e criação de vínculos de afetividade com as mulheres que vivenciam a agroecologia na região. Busquei conhecer as trajetórias das interlocutoras, ouvir suas histórias, observar suas práticas e registrar seus saberes, reconhecendo um processo de resistência diante das relações de poder e da violência de gênero. As vivências delas se entrelaçaram com as minhas. Experimentei o modo como afeto e sou afetada pelas outras mulheres, com as quais convivo e convivi. As perspectivas teóricas que adotei nesta análise estão conectadas ao sentido prático, incorporadas ao movimento da vida acontecendo, das mulheres que criam e modificam a realidade, a partir do protagonismo assumido no trabalho diário com a agricultura camponesa, familiar e agroecológica.

Cabe salientar, que grande parte do percurso desta pesquisa se deu no contexto da COVID- 19⁴, pandemia que afetou, de maneira avassaladora, todo o mundo; e que no Brasil, além de crise sanitária, converteu-se em embate político e ideológico contra a Ciência e a vacinação e que, segundo dados oficiais (excluídos do cômputo as subnotificações), causou cerca de 700 mil mortes. Entre essas mortes, estão familiares, amigas e companheiras minhas, das interlocutoras da pesquisa e de muitas pessoas que encontrei nesse caminho. Essas ausências dificilmente serão superadas. Além disso, muitas dessas vidas talvez pudessem ter sido poupadas se, em algum momento, tivéssemos voltado os olhos para outras ontologias e epistemologias, atentado para outras formas de ser e estar no mundo, questionando e superando nossos sistemas políticos, econômicos e agroalimentares hegemônicos e sua devastação e degradação humana e da natureza.

⁴ A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 5 de maio de 2023, o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

Existem muitas formas de começar algo. A minha inicia na confluência entre o que eu sonhei percorrer na minha pesquisa de campo e o lugar onde a maioria dos encontros se deram: a horta, o quintal, o jardim – medicinal, aromático, ornamental e comestível; o local que alimenta, cura, gera renda e serve de laboratório para todos os saberes e práticas que ali se encontram, são experimentados e partilhados.

A imagem que ilustra e que dá capa a essa pesquisa é uma aquarela criada a partir de um dos meus registros de campo⁵, que apresenta, através de outras formas de linguagem que não a escrita⁶, a pesquisa. E, na impossibilidade de estar aqui, a imagem das interlocutoras representa cada uma delas, a mim e a todas as agricultoras camponesas que vivenciam a agroecologia no Sudoeste do Paraná.

Neste estudo, busco identificar saberes e práticas mobilizados pelas mulheres agricultoras camponesas, em suas vivências em agroecologia. É importante ressaltar que compreendo saberes e práticas como toda a vivência das mulheres na agroecologia, e não apenas as atividades desempenhadas no manejo do solo e das plantas. Essa escolha teórico-metodológica parte da inspiração dos saberes de Donna Haraway (1995), que questiona a objetividade da Ciência e das relações de poder, as quais criam barreiras à construção de um conhecimento corporificado. Dessa forma, toda existência e resistência das mulheres agricultoras camponesas na agroecologia são consideradas como um saber, e as suas práticas constituem suas vivências.

Elas são vinculadas à COOPERVEREDA, na região Sudoeste do Paraná. A importância de investigar essas vivências está em compreender como ocorre a sua participação na produção de alimentos que abastecem as comunidades locais e garantem a segurança e a soberania alimentar da população regional.

Para iniciar a análise, estabeleço uma reflexão sobre as agriculturas que começaram a ser desenvolvidas há, aproximadamente, 12 mil anos, e são transformadas por meio das interações entre humanos e ecossistemas (MAZOYER; ROUDART, 2010). As diversas comunidades, ao redor do planeta, criaram métodos de cultivos diversificados, interagindo com as plantas, os animais, o solo, a água,

⁵ Sara Oliveira, artista beltronense, criou a aquarela, a partir de uma fotografia feita por mim, em um dos dias que fui a campo.

⁶ A opção pelo uso da imagem se dá inspirada por Silvia Rivera Cusicanqui (2015), sua proposição de descolonização do olhar e a utilização de outras formas de linguagem e comunicação, que não apenas a escrita.

dentre outros, estabelecendo suas culturas locais. No entanto, esses múltiplos modos de saberes e práticas agrícolas começaram a ser intensamente alterados com a instituição da *Plantation* – o modo de controle da terra (instituição da propriedade privada e do latifúndio), das plantas e das sementes (as monoculturas) e dos corpos (escravização de indígenas e africanos). Esse modelo expropriou os povos indígenas de suas terras, desprezando seus conhecimentos ancestrais sobre as agriculturas e as relações que estabeleciam com os outros seres do cosmos. Esse modo de produção foi inaugurado com o colonialismo no território de Abya Yala⁷ (posteriormente América) e a expansão do sistema capitalista, empreendida por homens brancos, europeus e cristãos que, empregando a violência, autodefiniram-se como superiores e estabeleceram a Europa como centro e todos os demais territórios como periferia, disseminando um modelo hegemônico de ser e estar no mundo. Quando os europeus entraram nesse território destruíram e invisibilizaram uma diversidade de saberes, conhecimentos, técnicas, histórias, memórias, cosmovisões e linguagens que coexistiam, estabelecendo hierarquias retratadas em questões raciais, patriarcais e geopolíticas (QUIJANO, 2005).

Tal modelo se tornou ainda mais hegemônico em meados do século XX, com a grande aceleração, que aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial, e que na agricultura foi denominada como Revolução Verde. Esse sistema dominante definiu os humanos como superiores aos demais seres – que foram transformados em recursos naturais que poderiam ser convertidos em capital (WEZEL *et al.*, 2009; SILIPRANDI, 2015). A modernização da agricultura, fundada na mercantilização da natureza e do conhecimento, exclui os saberes que são classificados como contrários àqueles do chamado moderno, desprezando as práticas das agriculturas dos povos e das comunidades camponesas. É um modelo que causa diversos danos ambientais, devido ao desmatamento e ao uso de agroquímicos poluentes.

Em meio a isso, grupos de famílias agricultoras resistem a esse sistema estabelecido, criando outras formas de (r)existir. Dentre esses movimentos, cito o movimento agroecológico que, desde os anos de 1970, realiza oposição à agricultura moderna e colonial. A agroecologia é constituída por meio do fortalecimento de

⁷ Abya Yala significa “Terra Madura” ou “Terra Viva”. O termo é originário dos povos indígenas da região andina da América do Sul, sendo a forma como esses povos chamavam o continente americano. O significado do termo faz referência à rica biodiversidade e à história dos povos indígenas que habitavam essa região por milhares de anos (PORTO-GONÇALVES, 2011).

conhecimentos diversos sobre agriculturas, e busca reaproximar a relação entre natureza e sociedade.

Como meio de vida voltado para a sustentabilidade e um relacionamento mais integrado com os seres que coabitam o planeta, a agroecologia, alinhada ao feminismo, propõe uma ruptura do modelo patriarcal de sociedade, a partir da valorização do trabalho realizado pelas famílias agricultoras, em especial, pelas mulheres. Desse modo, opõe-se à agricultura convencional⁸, que condiciona as mulheres a um lugar de subordinação e faz persistir, no âmbito familiar e produtivo, processos que perpetuam relações de gênero desiguais e que reforçam discriminações e violências. Pensando nisso, esta pesquisa se deu através da perspectiva dos estudos de gênero, fundamentalmente do feminismo decolonial.

O modelo capitalista de produção agrícola, orientado na lógica economicista e em uma visão euro-nortecentrada para implementação de políticas de desenvolvimento, reproduz o que Vandana Shiva (2003) denominou como projetos de homogeneização do mundo. Emma Siliprandi (2015) afirma que esse modelo causa graves problemas sociais e ambientais — como o êxodo rural, a concentração de terras e de renda, o desmantelamento de comunidades tradicionais, a perda de biodiversidade e a contaminação dos alimentos. Esse sistema, que se funda na dependência tecnológica industrial, controlada pelas grandes empresas multinacionais, gera expropriação e aumento das desigualdades sociais e econômicas no campo.

Nesse contexto, orientada pelo interesse em conhecer os saberes e as práticas de mulheres agricultoras camponesas agroecológicas, levando em conta as relações de gênero que perpassam suas vivências, afloraram minhas inquietações e interesses pela temática. Para a construção do estudo, apresento o seguinte problema de pesquisa: quais são os saberes e as práticas em agroecologia, de mulheres agricultoras camponesas da COOPERVEREDA, no Sudoeste do Paraná, e se/como elas (re)configuram papéis sociais de gênero?

O objetivo geral da pesquisa foi analisar os saberes e as práticas em agroecologia, de mulheres agricultoras camponesas, e se/como estes (re)configuram papéis sociais de gênero. Para isso, os objetivos específicos da pesquisa foram: a) compreender os saberes e as práticas agroecológicas aprendidas, criadas e

⁸ Nesta pesquisa, entende-se por convencional a agricultura desenvolvida com a utilização do pacote tecnológico e de insumos químicos industriais.

propagadas pelas mulheres agricultoras camponesas; b) identificar os papéis sociais de gênero que atravessam as experiências das mulheres da COOPERVEREDA; c) verificar se e como ocorrem reconfigurações dos papéis hegemônicos de gênero na vivência das mulheres agricultoras com a agroecologia.

A pesquisa é qualitativa, tendo como método uma abordagem de inspiração etnográfica, que permite seguir as mulheres agricultoras camponesas e compreender a complexidade envolta em seus saberes e em suas práticas, por meio da observação participante e do diálogo constante.

A pesquisa se justifica, portanto, porque oportuniza questionar se as experiências agroecológicas são capazes de subverter ou corroborar com o sistema hegemônico de poder patriarcal⁹, que subjuga e inferioriza as mulheres, além de controlar o sistema de produção agrícola. Ainda, permite analisar de que forma os saberes e as práticas das mulheres são ou não reconhecidos e valorizados, em um contraponto à racionalidade hegemônica da Ciência Moderna¹⁰. Entendo que (re)conhecer saberes e práticas das mulheres agricultoras camponesas agroecológicas é se propor a aprender com as “ciências dos sujeitos múltiplos”, corporificados e localizados (HARAWAY, 1995, p. 30), construindo caminhos de trocas, reconhecimento e respeito entre as pessoas.

Esta dissertação, portanto, está organizada em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No capítulo intitulado “Caminhos da pesquisa”, apresento o percurso metodológico, indicando o método e as técnicas utilizadas. Além disso, caracterizo o *lócus*, descrevo o itinerário da pesquisa e apresento as

⁹ O poder patriarcal pode ser definido como um sistema social que se baseia na ideia de que os homens são superiores às mulheres, e que, portanto, devem ter o controle sobre elas. Esse poder é construído a partir de diversas relações sociais e instituições, como a família, a religião, o sistema legal e o mercado de trabalho, que perpetuam a subordinação das mulheres aos homens. Nesse sistema, os homens ocupam posições de poder e privilégio em diversos âmbitos da vida social, enquanto as mulheres são relegadas a posições secundárias e subordinadas. Esse poder é exercido de diferentes formas, como por meio da violência física, psicológica e sexual contra as mulheres, do controle da sexualidade feminina, da restrição do acesso à educação e ao mercado de trabalho, entre outras (HOOKS, 1984).

¹⁰ Isabelle Stengers (2017) diferencia a Ciência, com “C” maiúsculo e no singular, das ciências experimentais, com “c” minúsculo e no plural, indicando ser aquela vinculada à ideia de uma racionalidade científica hegemônica, fruto do processo de colonização. Para a autora, as ciências experimentais seriam atividades coletivas, que envolvem a construção de redes de colaboração para a produção do conhecimento científico. Ela, também, propõe que as ciências experimentais não são apenas uma forma de conhecimento entre outras, mas sim uma prática que tem efeitos reais no mundo e nas relações sociais.

participantes. Exponho, também, como ocorreu meu o encontro e a convivência com as interlocutoras.

No capítulo intitulado “Do controle das *plantations* às lutas pela agroecologia”, apresento um breve apanhado sobre a constituição da agricultura colonial capitalista, a partir das *Plantations* (instituídas no século XVI) e da Revolução Verde (século XX), apontando os danos causados pela monocultura, pela concentração da terra e pela escravização. Indico a agroecologia como uma proposta de agricultura capaz de regenerar e (re)constituir agroecossistemas. Ademais, apresento como se consolidou a agricultura camponesa, a agricultura moderna e a agroecologia, na região Sudoeste do Paraná.

No capítulo intitulado “A colonialidade de gênero e as resistências de mulheres agricultoras camponesas”, abordo as relações de gênero atravessadas pela colonialidade, buscando compreender os processos de violências e de resistência e (r)existência das mulheres no espaço rural, com ênfase na vivência em agroecologia, na região Sudoeste do Paraná.

No capítulo intitulado “Saberes e práticas em agroecologia”, analiso aspectos das experiências cotidianas e coletivas das mulheres agricultoras camponesas, em suas vivências, os saberes que foram construídos por elas e a relação de suas práticas agroecológicas, como contraponto à colonialidade que transpassa a agricultura. Por fim, apresento minhas considerações finais sobre a pesquisa, as referências e o roteiro de entrevista utilizado.

2 CAMINHOS DA PESQUISA

Neste capítulo, apresento os caminhos que percorri nesta pesquisa, um itinerário que abarca a região pesquisada, os aspectos metodológicos e a minha incursão a campo. Destaco que as escolhas metodológicas estão diretamente relacionadas aos locais e às pessoas visitadas e à minha inserção acadêmica e profissional no circuito regional da agroecologia.

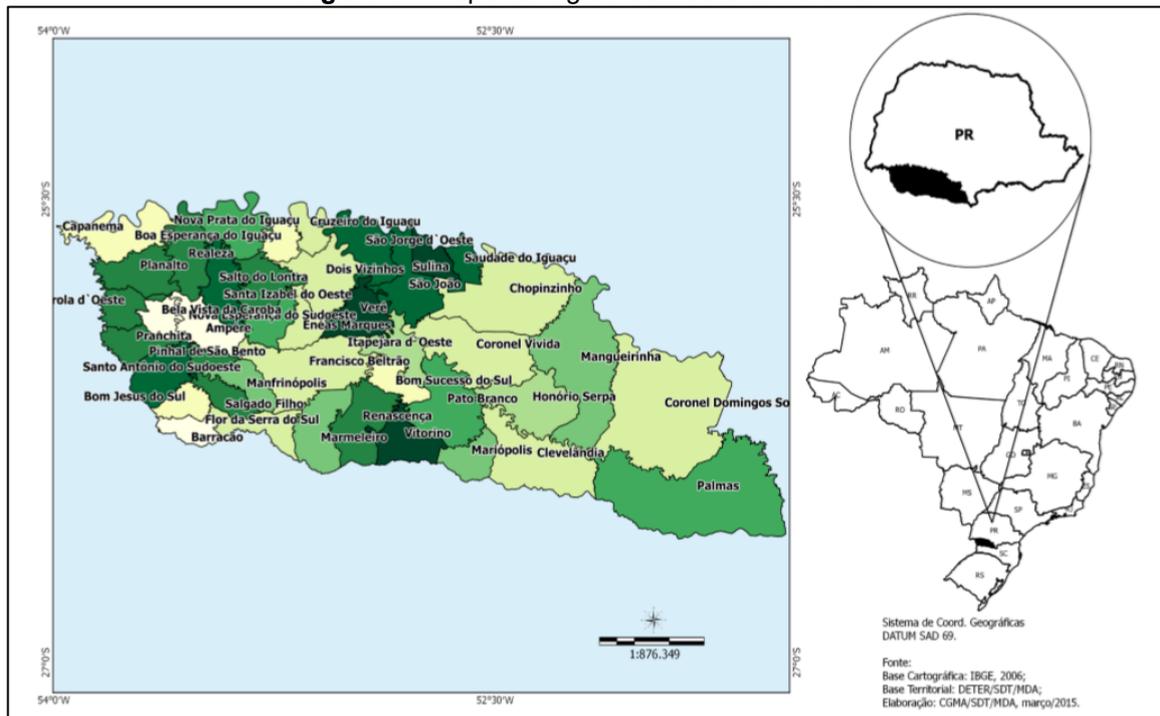
Começo esta seção com a apresentação do *lócus* de pesquisa, situando a região e a COOPERVEREDA. Sigo com considerações referentes à metodologia utilizada na pesquisa para, na sequência, apresentar as interlocutoras e relatar um pouco dos nossos encontros.

2.1 *Lócus* de pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida junto a mulheres integrantes da COOPERVEREDA, cooperativa de produção e comercialização de alimentos orgânicos, localizada no município do Verê, na região Sudoeste do Paraná. De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e elaborados em 2015 pelo Sistema de Gerenciamento Garantia Safra (CGMA), esse território¹¹ possui área de 17.046,14 km² e uma população total de 587.496 habitantes, estando 412.570 (70,23%) habitantes no espaço urbano e 174.926 (29,76%) habitantes nas áreas rurais, sendo que no rural 91.449 são homens e 83.477 são mulheres.

¹¹ Nesta pesquisa, ao acessar as informações, caracterizar e realizar as análises sobre a mesorregião geográfica Sudoeste do Paraná, optei por adotar, de acordo com o estabelecido na Lei Estadual nº 15.825/08, sua composição com 42 municípios (PARANÁ, 2008). Assim, esclareço que todas as vezes que utilizei o banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescentei as informações obtidas para a região de dados dos municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha e Palmas.

Figura 1 – Mapa da região Sudoeste do Paraná.



Fonte: MDA, elaborado pelo CGMA (2015).

A região Sudoeste do Paraná está localizada na bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, tendo, a Oeste, divisa com a Argentina. É um território milenar de povos indígenas Kaingang e Guarani (CASTRO, 2011). No entanto, a partir do século XVIII, o processo colonial foi avançando sobre essas áreas. Desse modo, os colonizadores, amparados pelo Estado, apropriaram-se das terras e do trabalho das(os) indígenas da região. Em 1850, quando a Lei de Terras passou a vigorar, os indígenas foram destituídos mais intensamente da terra, já que o Estado passou a exigir documentos que comprovassem a posse (PIAIA, 2021). Na região, também, ocorreram processos de escravização de africanos, sobretudo, no município de Palmas (MARQUES, 2008)¹².

Segundo Paulo Protásio Langer, Sônia Maria dos Santos Marques e Walter Roberto Marschner, (2010, p. 7), a região Sudoeste foi “espaço de disputas territoriais entre indígenas, caboclos, colonos e fazendeiros”, locais por muito tempo considerados *sub judice*, e onde o acesso à terra se deu mediante expropriação,

¹² Sonia Maria dos Santos Marques (2008) indica que no município de Palmas existem três remanescentes quilombolas: Adelaide Maria Trindade Batista, Castorina Maria da Conceição e Tobias Ferreira, e que todas(os) fazem parte do bairro São Sebastião, segundo denominação legislativa. Rocio São Sebastião ou Rocio dos Pretos, como é conhecido pela população, foi fundado por escravizadas(os) que no local se estabeleceram, por volta do ano de 1836, muito antes da própria cidade de Palmas existir.

posse e incerteza de regularização de propriedade, palco de fluxos migratórios e políticas de branqueamento, espaço de “ocupação sorradeira, arbitrária e não rara violenta”, ocorrida com processos de tensões, estigmatização e invisibilidade das populações originárias que aqui viviam e povos africanos que foram escravizados. Esses povos sofreram genocídio e escravização desde o século XVI, com o início do colonialismo. Tal exploração e expropriação de seus corpos e territórios tiveram continuidade no século XX com os projetos de ocupação fomentados pelo Estado Novo¹³.

A política de concessão de terras a imigrantes europeus já vinha ocorrendo em outros estados do Sul do país, desde o final do século XIX. No Sudoeste do Paraná, o governo federal de Getúlio Vargas, através do discurso de vazio demográfico da região e da necessidade de defesa das fronteiras nacionais, criou uma política de colonização do território. Essa ocupação que foi denominada como Marcha para Oeste¹⁴, e instalou aqui famílias agricultoras de colonas(os) vindas(os) dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, descendentes de alemães e italianos, através de empresas colonizadoras, expandindo a fronteira agrícola nos moldes do Estado e do capital (SEYFERTH, 1996; KIYOTA, 1999; RENK, 2000; PIAIA, 2021).

Essa política – que considerou desabitado um território ocupado por povos indígenas e caboclos, coberto por florestas e com saberes e práticas agrícolas próprias – tinha, igualmente, como objetivo, o projeto racista de branqueamento da população (SEYFERTH, 1996; SCHOLZ, 2014). Para Jonathan Marcel Scholz (2014, p. 52), as leis de imigração publicadas pelo governo de Getúlio Vargas tinham influências de Teorias Eugenistas, “restringindo a imigração para determinados grupos (judeus, japoneses e negros) e ampliando para outros (alemães, italianos, portugueses e até suecos), pretendia-se ‘melhorar’ a composição étnica do povo”, uma vez que consideravam o país “atrasado” e remeteram a condição à presença de

¹³ Denomina-se Estado Novo o período entre os anos de 1937 e 1945, durante o qual o país foi governado por Getúlio Vargas, que chegou ao poder através de um golpe de Estado conhecido como “o golpe de 37”. Durante o Estado Novo, Vargas centralizou o poder, suprimiu a oposição e governou através de um regime autoritário, inspirado no modelo fascista europeu. Ele suspendeu a Constituição e governou por meio de decretos-lei, reprimindo as liberdades civis e políticas. Em 1945, uma coalizão de forças políticas contrárias ao regime de Vargas o depôs, pondo fim ao Estado Novo e abrindo caminho para a redemocratização do país (FURTADO, 2007).

¹⁴ Através do Decreto-Lei nº 5.812, de 1 de outubro de 1943, Getúlio Vargas criou o Território Federal do Iguazu, composto por parte do Oeste e do Sudoeste paranaense e do Extremo Oeste de Santa Catarina.

população indígena e negra, considerando os descendentes de europeus sinônimos de desenvolvimento, civilização e progresso.

Essas ações do Estado constituem o racismo estrutural, instaurado pelo colonialismo (QUIJANO, 2005), que, ao incentivar a migração de descendentes europeus para a região, institucionaliza a falácia da superioridade racial branca, sendo uma ferramenta do processo civilizatório e projeto de modernização da região euro-norte-centrada.

A colonização do Sudoeste paranaense, por descendentes europeus vindos de outras regiões do Sul do país, se deu mediante iniciativa oficial de concessão de terras, principalmente, intermediada pela Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO). Criada em 1943, esta promovia a delimitação de pequenas propriedades sem custo às famílias agricultoras, com infraestruturas e oferecendo assessoria educacional, social e técnica (CORONA, 2003; SANTOS, 2008).

Houve um conflito de terras que envolveu essas(os) colonas(os) que chegavam à região e à Clevelândia Industrial Territorial Ltda (CITLA). Essa empresa se declarava proprietária das terras da região. A CITLA realizou um acordo com o governo estadual Moysés Wille Lupion de Troia e controlava a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim – território que representa praticamente toda a atual região Sudoeste do Paraná (KIYOTA, 1999).

Havia, portanto, uma sobreposição entre a atribuição feita pelo governador do estado e pelo presidente da república. O que sucede, a partir desse acontecimento, é que as terras que foram concedidas pela CANGO, a título gratuito, às famílias agricultoras, passaram a ser, através de jagunços, cobradas pela CITLA. Nesse processo, ocorreram vários crimes, ameaças, extorsões, desaparecimentos e mortes, e as denúncias feitas pelas(os) colonas(os) ao Conselho de Segurança Nacional não surtiram efeito em um primeiro momento. Insatisfeitos com a inércia da polícia e do judiciário e sendo insustentável a condição em que se encontravam, os posseiros decidiram organizar, em agosto de 1957, uma reação às violências da CITLA. Essa ação, que ficou conhecida como Revolta de 1957 ou Revolta dos Posseiros, teve na ocupação dos escritórios sedes da CITLA em Francisco Beltrão, o ápice da luta, e resultou na expulsão desta e demais companhias da região (KIYOTA, 1999).

Segundo Norma Kiyota (1999), após recuperação da posse das terras, a luta passou a ser pela regularização da propriedade. Em 1961, o Governo Federal, liderado por João Belchior Marques Goulart, declarou a gleba Missões e parte da

gleba Chopim de utilidade pública e, em 1962, criou, com o objetivo de promover a titulação das terras, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP). Para Jaci Poli (2009), o GETSOP cumpriu papel importante na mediação e na redução dos conflitos agrários, pois proporcionou a transição da posse para a propriedade da terra e garantiu a regularização fundiária, envolvendo cerca de 40 mil títulos, com mais de 56 mil lotes rurais e urbanos.

O contexto de chegada das(os) colonas(os) gaúchas(os) e catarinenses ao Sudoeste do Paraná e “o fim do pousio florestal não foi só o término de uma certa forma econômica, mas a substituição de uma população por outra, uma transição não apenas socioeconômica, mas também étnica e cultural” (ABRAMOVAY, 1981, p. 32), uma vez que são invisibilizados os povos indígenas e afrodescendentes, e com eles os seus saberes e as suas práticas.

Houve a organização de uma nova estrutura agrícola instaurada na região. Roseli Alves dos Santos (2008) indica que no período entre os anos 1970 e 1980 – período em que também ocorreu a ditadura militar no Brasil, que fomentou a Revolução Verde –, aconteceu um processo expressivo de destruição das matas e florestas da região Sudoeste do Paraná, tendo, por exemplo, os municípios de Francisco Beltrão e Marmeleiro, 97% e 53% das suas áreas desflorestadas, respectivamente. Em igual período, a região registou um aumento de áreas destinadas a cultivos de monoculturas em lavouras temporárias de 69%.

A formação agrária da região – influenciada pela política de ocupação, o conflito pela posse, a demanda por titulação e regularização das propriedades – impacta na sua conformação estrutural e social, que passou a ser composta por pequenas propriedades de agricultura familiar camponesa, ocupadas por descendentes de imigrantes europeus.

Ainda, segundo Santos (2008), a posse definitiva da terra cria as bases ideológicas e os materiais para o processo de modernização agrícola, que se concretiza na região, a partir da década de 1980. Inserida no projeto de desenvolvimento rural nacional, de expansão do modelo capitalista de produção, a região Sudoeste do Paraná tem, no crédito rural, através de financiamento público, e no sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o incentivo à introdução do pacote tecnológico industrial da Revolução Verde para a produção de lavouras de monoculturas, nesse caso, em minifúndios.

Em contraponto a esse modelo de produção agrícola capitalista, durante a década de

1990, a agricultura orgânica ganhou destaque na região de Capanema, especialmente a partir de 1994, com a produção de soja orgânica. Em 1997, a olericultura e a fruticultura se expandiram em Francisco Beltrão, Capanema e Cruzeiro do Iguaçu. A partir do ano 2000, o projeto Pró-Caxias¹⁵ impulsionou a produção em municípios, como Nova Prata do Iguaçu e Salto do Lontra. Diversas entidades, empresas e associações, como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)¹⁶, ASSESOAR, COOPAFI e Rede Ecovida, têm atuado na promoção da agricultura orgânica, na região. Atualmente, a produção orgânica está presente em todos os municípios, representando uma perspectiva promissora para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. A região Sudoeste representa uma parcela significativa da produção orgânica do estado, com várias empresas e cooperativas atuando na comercialização (FRITZ, 2008).

Esta contextualização da constituição agrária e agrícola da região Sudoeste do Paraná permite entender as construções e articulações coletivas construídas ao longo dos anos, as quais se encontram em constante movimento. Nessa região, é possível identificar a expressiva reprodução das práticas da agricultura moderna, principalmente no que diz respeito ao uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, nas lavouras de monoculturas. Ao mesmo tempo, há um amplo movimento agroecológico que cria resistências e (r)existências, apresentando-se não só como um modo de produção agrícola, mas de vida.

A próxima seção apresenta a história, as áreas de atuação e as atividades desenvolvidas pela COOPERVEREDA, cooperativa que foi meu ponto de encontro com as interlocutoras da pesquisa.

¹⁵ Projeto do reservatório da Usina Hidroelétrica de Salto Caxias, no Rio Iguaçu, entre os municípios de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu, sob orientação do SEBRAE, para promover ações de desenvolvimento na região.

¹⁶ O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná) foi criado pela Lei nº 20.121/19, sendo resultado da incorporação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), do Centro Paranaense de Referência de Agroecologia (CPRA) e do Instituto Agropecuário do Paraná (IAPAR). Os órgãos citados formaram uma única entidade vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, deixando de existir de forma autônoma. A fusão de instituições e a reestruturação do Sistema Estadual de Agricultura teve início em 2019, com o objetivo formal de melhorar a qualidade da agropecuária paranaense, além de diminuir os custos do Estado (PARANÁ, 2023).

2.1.1 A COOPERVEREDA

A COOPERVEREDA tem a origem de seu nome associada à ideia de vereda, que significa caminho, e vincula-se a uma proposta de produção e comercialização de alimentos agroecológicos e orgânicos. Fundada em 2015, sua criação esteve atrelada à necessidade de formalização da atividade coletiva e à regularização documental de pessoa jurídica para a comercialização de alimentos nos mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁷ e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹⁸.

Antes da formalização da COOPERVEREDA, o coletivo de agricultoras(es) se organizava de maneira associativa, por meio da Associação de Produtores Agroecológicos do Verê (APAVE), fundada no ano de 2001, que teve como objetivo organizar a produção e a comercialização das famílias. Composta inicialmente por oito famílias, a associação abriu um espaço comercial para venda direta em pequena escala, e comercialização de alimentos para a composição da alimentação escolar municipal de Verê.

A COOPERVEREDA tem o intuito de unir as famílias agricultoras locais e regionais e ampliar a diversidade e a quantidade de alimentos ofertados às(aos) consumidoras(es), comercializando alimentos *in natura*, como: verduras, hortaliças, frutas e ervas aromáticas, condimentares e medicinais. Também, possui uma agroindústria, inaugurada em 2009, onde são processados os excedentes e produzidas conservas, compotas e geleias. Além disso, a cooperativa comercializa

¹⁷ O PAA é uma ação estruturante instituída pelo Art. 19, da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Com dois objetivos claramente definidos, a saber, promover o acesso à alimentação e incentivar a Agricultura Familiar. O programa funciona como ponte entre a produção e o consumo, comprando os alimentos produzidos pelas famílias agricultoras e destinando às pessoas com insegurança alimentar e nutricional. Apesar de sua grande importância, o programa sofreu com cortes de verbas, desde 2013, e chegou a ser descontinuado em algumas localidades, em 2019, voltando à ativa apenas em decorrência da pandemia da COVID-19 (SIMONETTI *et al.*, 2021).

¹⁸ O PNAE faz parte de uma ação que garante alimentação escolar a estudantes de toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) do país. Iniciou na década de 1950 e passou por diversas mudanças no decorrer do tempo. É uma das mais antigas e relevantes políticas de acesso à alimentação. Especialmente importantes são as alterações trazidas pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, normativa construída com a participação de diversas(os) atoras(es) e movimentos sociais, entre eles o MMC, e que estabelece a obrigatoriedade em destinar pelo menos 30% dos recursos para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Cabe ressaltar que prioriza, ainda, compras realizadas de famílias assentadas da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e remanescentes quilombolas.

alimentos como grãos, farinhas, bolachas, pães,ucas, queijos, embutidos, vinagres, vinhos, sucos de frutas, entre outros.

Figura 2 – Alimentos comercializados pela COOPERVEREDA.





Fonte: Acervo pessoal (2021 e 2022).

A administração, a agroindustrialização, a comercialização e a distribuição da cooperativa são feitas em três imóveis. Um deles se localiza na Praça do Imigrante, no terminal rodoviário do município de Verê, que fica no centro da cidade; o outro, próximo ao SINTRAF e à CRESOL; e a agroindústria, utilizada para o processamento de alimentos, fica no distrito industrial do mesmo município.

As famílias cooperadas são agricultoras familiares camponesas agroecológicas já certificadas ou em processo de transição e certificação. A cooperativa está vinculada à Rede Ecovida de Agroecologia desde a sua criação, uma articulação que agrega famílias agricultoras, grupos, associações, cooperativas e Organizações Não Governamentais (ONGs) da região Sul do Brasil e que, mediante ações horizontais e descentralizadas, possibilita a inter-relação de produtoras e consumidoras, através de um processo participativo que garante segurança e credibilidade na produção e comercialização dos alimentos. A Rede Ecovida é pioneira no desenvolvimento da certificação participativa, metodologia de verificação também conhecida como Sistema Participativo de Garantia, a certificação é um processo pedagógico, em que agricultoras, técnicas e consumidoras se integram, com o objetivo de buscar uma expressão pública da qualidade do trabalho que desenvolvem (ECOVIDA, 2021).

Na COOPERVEREDA, no momento de realização da pesquisa, eram 46 famílias associadas, sendo 22 certificadas pela Rede Ecovida, algumas em processo de transição e, ainda, algumas inativas (que são compostas geralmente por pessoas idosas). Dentre os requisitos para se tornar fornecedora do canal de vendas da cooperativa está a necessidade de realizar o processo de certificação, sendo que apenas as cooperadas já certificadas fornecem alimentos para o PNAE. Porém, há

alguns mercados abertos para as que ainda não possuem tal requisito como, por exemplo, a loja de produtos, localizada no Verê, e as feiras.

Quanto ao atendimento a programas institucionais como PAA e PNAE (estadual e municipal), a direção da cooperativa entende ser um fator que facilita a programação da produção e representa uma venda garantida, correspondendo, atualmente, a 65% de suas vendas. Isso demonstra a importância das compras públicas para assegurar não só o abastecimento de alimentos saudáveis e sustentáveis para crianças, idosos e comunidades vulneráveis, mas, também, para garantir que as famílias agricultoras tenham acesso aos mercados consumidores, a fim de garantir a sua reprodução social. Portanto, a contribuição da COOPERVEREDA para essas famílias é essencial, principalmente como elo de comercialização. A próxima seção apresenta a abordagem metodológica que inspirou a pesquisa com as agricultoras camponesas.

2.2 A inspiração etnográfica

Para a realização desta pesquisa, considerando a minha vivência na rede de agroecologia do Sudoeste do Paraná, e por entender que existem experiências que não são mensuráveis, optei pela realização de uma abordagem qualitativa e me inspirei no método etnográfico. A análise qualitativa é uma prática em que a pesquisadora localiza e observa o mundo (DENZINN; LINCOLN, 2010). O método etnográfico permite observar e compreender acontecimentos, vivências e afetos no campo e na escrita.

Ao indagar que saberes e práticas são mobilizados pelas mulheres agricultoras camponesas, o que me propus realizar foi observar, acompanhar e dialogar com as interlocutoras. Como indicam Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2008), a etnografia é um exercício de ver e ouvir, sempre de maneira responsável e ética, as experiências das interlocutoras da pesquisa. As autoras, ainda, afirmam que ela permite construir vínculos de alteridade entre aquelas envolvidas na pesquisa, pelo ato de observar e conhecer. Busquei acompanhar as interlocutoras, observar suas rotinas e ouvir atentamente suas narrativas, que muitas vezes se opõem aos arranjos de poder hegemônicos.

As minhas escolhas metodológicas, nesta pesquisa, visaram compreender as interlocutoras “não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso” (HARAWAY, 1995,

p. 36), mas na horizontalidade de relações que estimulam conversas e propiciam o compartilhamento de experiências, possibilitando “conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece” (HARAWAY, 1995, p. 30).

Dessa maneira, para compreender a vivência das interlocutoras e a complexidade envolta em seus saberes e em suas práticas, utilizo a perspectiva feminista como lente de análise que, segundo Khatidja Chantler e Diane Burns (2015), é uma proposta que possibilita a realização de uma pesquisa crítica, reflexiva, com especial atenção à ética do cuidado — uma vez que estabelece relações não hierárquicas entre pesquisadora e interlocutoras — e faz ressoar as “vozes” das mulheres, sempre situadas em contextos políticos, econômicos e sociais, considerando, também, marcadores interseccionais de gênero, raça, classe e outros.

Para esta análise, parto da perspectiva decolonial. Conforme Ochy Curiel (2019, p. 41), essa perspectiva entende como necessária a problematização da universalidade do termo mulher, considerando as “experiências de mulheres afetadas pelo racismo, o classismo, a heterossexualidade e a geopolítica”, como marcadores sociais fundamentais, que são fruto do sistema colonial capitalista moderno e patriarcal. Assim, ao pesquisar mulheres agricultoras camponesas, seus sistemas de saberes e práticas agroecológicas e as imbricações nas relações de gênero, o que pretendi foi identificar os significados e os atravessamentos desses marcadores sociais na realidade em que estão inseridas as interlocutoras.

Essa foi uma pesquisa construída por meio de observação participante, apontamentos registrados em diários de campo e entrevista semiestruturada (APÊNDICE 1). Segundo Antônio Carlos Gil (2008, p. 103), a observação participante “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada” e possibilita chegar “ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo”.

O estudo foi realizado a partir do contato prévio com as interlocutoras, levando sempre em consideração as suas dinâmicas locais e os dias estabelecidos por elas para os encontros. Realizei visitas às hortas, aos quintais, às cozinhas e às feiras; compartilhei refeições nas festas da comunidade; participei em atividades, eventos e capacitações. As observações e conversas ocorridas nesses diversos espaços permitiram que eu pudesse conhecê-las e entender como elas desenvolvem e elaboram suas próprias definições de seus saberes e de suas práticas.

A observação participante foi realizada desde as primeiras incursões a campo, quando reencontrei, ou conheci, as interlocutoras, e seguiu em conversas *online*, eventos, reuniões e atos que participamos juntas. Ela permitiu a minha aproximação do cotidiano pesquisado. Os primeiros contatos com as interlocutoras ocorreram em eventos, visitas e reuniões da COOPERVEREDA ou da Rede Ecovida de Agroecologia. Seguiram com as visitas a campo em que acompanhei técnicos e diretores da COOPERVEREDA, em momentos de verificação da conformidade orgânica, participando com representantes do Comissão de Ética do Núcleo Sudoeste da Rede Ecovida de Certificação Participativa, em reuniões presenciais e *online* de deliberação ou formação. Também, aconteceram nas participações em espaços de construção da agroecologia na região, em feiras de comercialização de alimentos e em grupos de *WhatsApp*, dos quais as interlocutoras faziam parte. A minha presença e os diálogos nesses momentos possibilitaram a aproximação e a construção de uma relação de confiança com as mulheres, condição que possibilitou uma maior abertura e fluidez.

Utilizei a entrevista como um roteiro de inquietações “[...] flexível o suficiente para aderir às situações subjetivas que estão presentes no encontro etnográfico”, construída de maneira aberta, semiestruturada, repleta de “[...] trocas mútuas de conhecimento” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 4). Maria Cecília de Souza Minayo (2010) indica ser a entrevista uma fonte de informação na qual as interlocutoras contam sobre suas experiências e subjetividades. Conforme Sylvia Constant Vergara (2009, p. 3), ela permite uma “interação verbal, uma conversa, um diálogo, uma troca de significados, um recurso para se produzir conhecimento sobre algo”, que, além das respostas, pode, também, oferecer possibilidades de análise de informações não verbalizadas, mas percebidas na “postura corporal, tom e ritmo de voz, gestos e olhares [...]”. Assim, a partir de temas pré-estabelecidos, as entrevistas foram, na maioria das vezes, realizadas nos espaços de moradia, trabalho e vida das mulheres e incluíram visitas às hortas e aos quintais produtivos. Com a autorização das interlocutoras, foram gravadas e posteriormente transcritas.

Dessa maneira, a minha aproximação, como pesquisadora, com as interlocutoras, permitiu estreitar laços, realizar trocas, conhecer e acompanhar experiências, possibilitando a visibilidade de saberes e práticas agroecológicas presentes na vivência dessas mulheres agricultoras camponesas. Foi possível conhecer seus lares, ver como a família se comunicava e dividia as tarefas do dia a

dia e, quando fomos para as hortas, observar como elas colocavam em prática seus saberes agroecológicos. Portanto, a inspiração etnográfica foi importante para a realização desta pesquisa, também considerando os tempos de isolamento social, em que muitas vezes os contatos tiveram que ocorrer de forma *online*, como descrevo na seção a seguir.

2.2.1 Entre perdas e nascimentos: pesquisa em tempos de pandemia

Essa foi uma pesquisa realizada de maneira atípica, pelo menos para o que até então eu tinha vivido e conhecido como pesquisa de campo. Ingressei no PPGDR em 2020, no mesmo ano que explodiu, de maneira global, a pandemia de COVID-19. Tive duas semanas de aula presencial antes que recebesse da Universidade o comunicado de suspensão das atividades letivas, por um prazo de 14 dias, que posteriormente tiveram que ser realizadas *online*.

Do início ao fim da pesquisa foram cerca de três anos e meio¹⁹ imersa em diversas redes de agroecologia da e fora dela, e em contato com várias mulheres agricultoras camponesas. Parte desse período de pesquisa foi experienciado no contexto da pandemia de COVID-19 e condicionado aos seus reflexos – muitos ainda presentes – familiares, sociais, econômicos e psicológicos.

No caos sanitário, social, político e econômico que se instaurou, minha pesquisa e minha entrada no campo precisou ser reorganizada muitas vezes. Mesmo sendo privilegiada por pesquisar um tema que adentra a minha vida pessoal e profissional, em organizações que eu já conhecia e com interlocutoras que já tinham aceitado participar da pesquisa, a insegurança e o medo de fazer circular o vírus e prejudicar a vida de outras pessoas foram sombras que me assolaram durante boa parte do percurso. Assim, a minha ida a campo e o desenvolvimento da pesquisa dependeu da condição sanitária em que se encontrava a região, horas mais restritivas que outras, da própria cooperativa e, principalmente, da condição de saúde física e mental das interlocutoras da pesquisa, e da minha.

O contexto sanitário implicou não só em mudanças no planejamento operacional da pesquisa, como também refletiu diretamente na participação das interlocutoras. Ao longo do processo de realização da pesquisa, algumas mulheres

¹⁹ Não apenas por ocasião da pandemia de COVID-19, mas, também, pelo meu afastamento por questões de saúde.

desistiram de participar devido às perdas e às ausências decorrentes da Pandemia de COVID-19. As justificativas de desistências foram remetidas a mim por *WhatsApp*, como essa de julho de 2021: *“a gente perdeu uma tia e estamos com as primas com Covid, por isso a gente não queria receber visita agora [...] Minha mãe ficou muito abalada com a morte da tia, mais ainda por não poder nem se despedir”*. Mensagens que foram frequentes durante todo o período pandêmico. Além disso, também condições de gestação, cuidado com filhas(os) pequenas(os), tratamentos médicos, dentre outros acontecimentos, fizeram com que elas permanecessem em isolamento social.

Apesar disso, algumas mulheres foram agregadas à pesquisa, almejando participar, como demonstra a mensagem recebida pelo *WhatsApp*, em novembro de 2021: *“que bom, eu fico muito feliz de você ter me escolhido também para visitar. A pesquisa com certeza vai ser maravilhosa”*. Nessas circunstâncias tão diversas, fui desafiada a construir esta pesquisa de inspiração etnográfica, mesmo que com todas as adversidades e as inseguranças do contexto pandêmico.

2.3 Mulheres sem nome e sem tempo: o encontro com as interlocutoras da pesquisa

Como já indicado, as interlocutoras desta pesquisa são mulheres agricultoras camponesas agroecológicas, vinculadas à COOPERVEREDA, certificadas de maneira participativa pela Rede Ecovida de Agroecologia ou em processo de transição agroecológica, que têm na região Sudoeste do Paraná seu trabalho e vida.

As interlocutoras desta pesquisa são mulheres brancas, de ascendência alemã e italiana, cujas famílias se estabeleceram na região em meados do século XX. Neste processo, pude notar que a maioria das interlocutoras tiveram contato inicial com a agricultura convencional implantada pela Revolução Verde e que, por diferentes meios ou contatos, migraram para a produção agroecológica.

Além disso, as análises que aqui desenvolvi, também, são resultantes de minha vivência mais ampla na agroecologia e no contato com as mulheres agricultoras camponesas, relação que vem sendo construída ao longo de alguns anos, desde a minha graduação em agronomia. Essas experiências me fazem trazer para a pesquisa inquietações, apontamentos e reflexões de outras mulheres que conheci e convivi na

agroecologia, ao longo do meu processo de estudo, e que tornaram possível realizar uma pesquisa com abordagem etnográfica, em meio à pandemia de COVID-19.

Para a construção inicial da pesquisa, utilizei a lista de pessoas cooperadas cadastradas na COOPERVEREDA, no ano de 2020. Nela, observei as poucas mulheres ali indicadas e, tendo sido informada que se tratava de um cadastro único por família, perguntei os nomes das mulheres, pois, em geral, constava apenas os nomes dos homens como titulares. Das respostas que obtive, já sobrevieram as primeiras inquietações da pesquisa, pois na sede da cooperativa se sabia apenas o nome de algumas delas, e a maioria era tratada como “a mulher de X” ou “a mãe de Y”, sempre referindo-se a nomes de homens. A justificativa para essa não identificação das mulheres por seus nomes próprios era de que, na grande maioria das vezes, os homens faziam as entregas na cooperativa e, por isso, eram eles que ficavam conhecidos e que mantinham mais contato.

Nessa minha primeira tentativa de fazer uma listagem das mulheres agricultoras camponesas agroecológicas que compõem a COOPERVEREDA – que poderiam vir a ser minhas interlocutoras da pesquisa –, esbarrei na ausência de uma informação tão básica e, ao mesmo tempo, tão representativa do patriarcado em que estamos inseridas, pois nomear (ou não ser nomeada) é decorrente de relações de poder. O fato me fez atentar para a invisibilidade da presença das mulheres em alguns outros locais da rede de agroecologia da região. Me chamou a atenção isso ocorrer justamente em um espaço de organização coletiva, voltado para a comercialização. Esse espaço público, na sociedade moderna/capitalista e colonial, foi negado às mulheres, por muito tempo.

A invisibilização das mulheres cooperadas me instigou, ainda mais, a conhecer seus nomes, seus saberes e suas práticas, buscando compreender como elas vivenciam a agroecologia nessa região. Assim, além da COOPERVEREDA, foi em contato com as técnicas extensionistas e agrônomas da ASSESOAR e do CAPA e através do acolhimento que tive de algumas integrantes do Núcleo Sudoeste da Rede Ecológica de Agroecologia, que se deu a maioria dos meus contatos com as interlocutoras.

Nas incursões preliminares a campo, realizadas entre os meses de setembro de 2020 e março de 2021, meu intuito foi conhecer melhor a cooperativa e as cooperadas. Assim, participei de feiras de comercialização de alimentos agroecológicos, acompanhei a rotina de recebimento e comercialização de alimentos

na loja, realizei visitas à agroindústria da COOPERVEREDA, acompanhei parte do processamento de suco de uva na agroindústria da Associação dos Vitivinicultores de Verê (APROVIVE) e participei de visitas às propriedades das famílias cooperadas junto a técnicos da cooperativa.

Figura 3 – Agroindústria e visitas às propriedades.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Com o objetivo de me aproximar das mulheres e apresentar a pesquisa, tomando cuidado e atentando para todas as medidas de segurança sanitária,

aproveitei todas as oportunidades que tive de estar em contato. Algumas das interlocutoras eu já conhecia do convívio em outros espaços de construção da agroecologia; com outras, a aproximação se deu com a minha participação enquanto consumidora nas feiras. Além disso, troquei informações no grupo de *WhatsApp* do MMC-PR, que me possibilitou conhecer outras interlocutoras.

Figura 4 – Feiras de comercialização da COOPERVEREDA.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Através da ASSESOAR, do CAPA e da Rede Ecovida de Agroecologia, pude participar de cursos de formação e reuniões *online* e presenciais, acompanhar visitas de campo nas casas das interlocutoras e, com isso, realizar observação participante de seus espaços de vida e de sua sociabilidade.

Figura 5 – Espaços da Rede Ecovida.



Fonte: Acervo pessoal (2022 e 2023).

É importante indicar que a participação nesta pesquisa esteve aberta a todas as mulheres vinculadas à COOPERVEREDA, não existindo nenhum outro critério de seleção, tendo sido delas a escolha pela participação ou não. Cabe mencionar que o convite foi via cooperativa, que fez o contato inicial com as mulheres. Dessa forma, nove mulheres aceitaram participar da pesquisa.

A reflexão sobre o uso ou não dos nomes das mulheres interlocutoras foi um questionamento que ficou latente por muito tempo na pesquisa, devido às consequências. Por um lado, essas mulheres, novamente, ficam invisibilizadas, como aponto em minha problematização, que indica a condição de subalternização delas enquanto cidadãs. Por outro lado, elas relataram muitas questões delicadas, como as diversas violências que sofrem e testemunham em suas vidas e, com isso, o uso dos nomes poderia expô-las ainda mais. Mas, toda escolha implica em uma renúncia, e ao recorrer às interlocutoras, algumas indicaram preferir que seus nomes não fossem revelados ou expostos. Desse modo, utilizei nomes fictícios para me referir a cada uma delas, nomes de flores, que foram escolhidos por elas. Trabalhos como o de Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano (2018) também utilizam essa nomenclatura para preservar a identidade das entrevistadas, mas no caso do trabalho citado, a autora decidiu usar flores para homenagear Margarida Alves.

No entanto, ao redigir o texto, percebi que só utilizar nomes fictícios não era suficiente, pois alguns elementos das conversas e dos acontecimentos específicos de suas histórias, que são conhecidos pela comunidade, poderiam identificá-las. Como as interlocutoras compartilharam comigo fatos íntimos e pessoais de vida, e entendendo a necessidade de não as expor, optei, em algumas menções às suas falas, por não identificar de quem partiu o discurso, a fim de manter a sua privacidade respeitada. Em outras ocasiões, as falas delas aparecem em itálico, com a identificação do nome fictício. No quadro abaixo, apresento algumas informações sobre os encontros que tive com essas mulheres.

Quadro 1 – Encontros com as interlocutoras da pesquisa.

Nome Fictício	Observação participante	Entrevista	Local das entrevistas
Rosa vermelha	Visita na propriedade; Encontros da Rede Ecovida; Redes Sociais; Contato via <i>WhatsApp</i>	3 encontros	ASSESOAR, propriedade rural e local de trabalho externo
Alecrim	Visita da Rede Ecovida; Espaço de comercialização da feira; Contato via <i>WhatsApp</i>	5 encontros	Local de trabalho externo e propriedade rural
Flor de maracujá	Visitas da Rede Ecovida; Reuniões e formações <i>online</i> e presencial; Grupos de <i>WhatsApp</i> ; Contato via <i>WhatsApp</i>	3 encontros	Propriedade rural
Girassol	Visitas da Rede Ecovida; Redes Sociais; Grupo de <i>WhatsApp</i> ; Contato via <i>WhatsApp</i>	2 encontros	Propriedade rural
Flor-de-lis	Visitas da Rede Ecovida; Redes Sociais; Grupo de <i>WhatsApp</i>	2 encontros	Propriedade rural
Lavanda	Visita na propriedade; Encontros da Rede Ecovida.	4 encontros	Propriedade rural
Margarida	Visita da COOPERVEREDA; Grupo de <i>WhatsApp</i>	2 encontros	Propriedade rural
Magnólia	Visita do CAPA; Encontros da Rede Ecovida; Grupo de <i>WhatsApp</i> ; Contato via <i>WhatsApp</i>	2 encontros	Propriedade rural
Flor de Cactos	Visita da Rede Ecovida; Contato via <i>WhatsApp</i>	3 encontros	Propriedade rural

Fonte: Autoria própria (2023).

Os locais de encontro com as interlocutoras foram, primordialmente, as propriedades rurais em que vivem com seus familiares, seguidos por encontros possibilitados por atividades da Rede Ecovida, espaços de comercialização e na COOPERVEREDA. Outros espaços também fizeram parte das observações, como a 57ª e a 58ª Assembleias Gerais Ordinárias da ASSESOAR, que aconteceram em 2022 e 2023; a Festa das Sementes, que aconteceu no município de Mangueirinha, em 2022; a casa das agricultoras camponesas, suas hortas e seus quintais e, até mesmo, espaços virtuais, como grupos de *WhatsApp* e conversas particulares, que permitiram entender a dinâmica de seu trabalho e suas relações familiares. Em vários momentos, entrevistei as interlocutoras enquanto elas trabalhavam, acompanhando o plantio, a colheita ou a higienização e a organização das cestas de alimentos. Não raro, as entrevistas aconteciam por volta das 5 ou 6 horas da manhã, momento em que elas iniciavam seu dia e podiam me receber. Realizamos a conversa o tempo todo assim, gravador ligado, elas trabalhando e eu ajudando no que me pediam.

Tive a oportunidade de conversar sozinha, pelo menos uma vez, com a maioria das agricultoras, o que possibilitou uma ligação mais íntima e fluidez às conversas.

Apenas uma das mulheres teve todos os encontros com a presença do esposo, mesmo após ter explicado que era uma pesquisa com as mulheres da COOPERVEREDA e direcionando as perguntas para ela. O esposo esteve o tempo todo junto e respondia às questões. Durante o período que estive lá, eu não soube dizer se foi algo costumeiro eles fazerem as coisas juntos, já que pelo que falaram o trabalho é realizado muito pelos dois, ou se foi uma forma de controlar a fala dela ou falar por ela. Em algumas ocasiões, foram entrevistadas duas agricultoras simultaneamente, em razão de parentesco ou maior facilidade para realizar os encontros.

Além de acompanhar seu trabalho nas hortas e na organização dos alimentos, também observei o trabalho doméstico e de cuidados desempenhados por elas, seja na limpeza da casa, preparo das refeições ou supervisão de crianças.

O Quadro 2 apresenta características das agricultoras camponesas, como idade, escolaridade, estado civil, profissão, se é reconhecida como a titular da terra ou não e em que ano começou a trabalhar com agroecologia.

Quadro 2 – Características das agricultoras camponesas.

Nome fictício	Idade	Escolaridade	Estado civil	Profissão	Filhas(os)	Titularidade da terra	Ano em que acessou a agroecologia
Rosa vermelha	Entre 30 e 40 anos	Ensino Superior completo	Casada	Dona de casa, agricultora, estudante, diarista e mãe ²⁰	Sim	Dela e do esposo	2010
Alecrim	Entre 40 e 50 anos	Ensino Fundamental incompleto	Casada	Agricultora	Sim	Dos pais do esposo	1998
Flor de maracujá	Entre 60 e 70 anos	Ensino Médio completo	Casada	Agricultora	Sim	Dela e do esposo	2008
Girassol	Entre 30 e 40 anos	Pós-Graduação	Solteira	Camponesa	Não	Do pai	2018
Flor-de-lis	Entre 50 e 60 anos	Primeiro Grau completo	Casada	Agricultora	Sim	Herança do esposo	1995
Lavanda	Entre 50 e 60 anos	Ensino Fundamental incompleto	Casada	Agricultora	Sim	Herança do esposo	2010
Margarida	Entre 40 e 50 anos	Ensino Fundamental incompleto	Casada	Agricultora, dona de casa, babá e cuidadora de idosos	Sim	Herança do esposo	2002
Magnólia	Entre 50 e 60 anos	Ensino Fundamental incompleto	Casada	Colona	Sim	Do esposo	2020
Flor de Cactos	Entre 30 e 40 anos	Ensino Médio completo	Solteira	Auxiliar administrativa e agricultora	Não	Dos pais	2008

Fonte: Autoria própria (2023).

A maioria das agricultoras camponesas é casada e tem filhas(os), com escolaridade que vai do Ensino Fundamental incompleto à Pós-graduação. Em geral, elas não são as titulares da terra em que trabalham, indicando o que Brumer e anjos (2008) e Paulilo (2016) já haviam indicado, de que as mulheres agricultoras acessam a terra, em inúmeros casos, pelo casamento, visto a estrutural patriarcal presente no acesso à terra. Brumer e Anjos (2008 p. 13) afirmam que as mulheres são levadas “a

²⁰ As profissões foram elencadas pelas agricultoras, quando perguntadas: "Qual é a sua profissão?"

diferentes formas de desistência da terra familiar (casamento com dote, êxodo, celibato), que podem ser considerados equivalentes a mecanismos de exclusão feminina da chefia de estabelecimentos agrícolas.”. Chama atenção o fato de algumas delas incluírem em sua profissão os trabalhos domésticos e de cuidados, que são desempenhados por elas gratuitamente, demonstrando que elas compreendem isso como trabalho. Uma das interlocutoras se identificou como “*colona*” e outra como “*camponesa*”, o que também chama a atenção. Quando questionada sobre o porquê de se identificar como camponesa, ela afirmou:

Porque eu entendo que agricultor é o cara que vai trabalhar e trabalhar uma técnica que existe que uma pessoa impôs o que é um agricultor, como é que eles falam, um empresário do campo. E eu não, eu me enxergo como uma pessoa que que vive do campo e o campo não é um lugar apenas para você produzir. É um lugar de viver. Então, por isso que para mim eu vivo no campo e do campo. Por isso que eu sou camponesa (GIRASSOL, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Portanto, a relação com a agricultura ultrapassa o sentido de produção agrícola comercial, uma vez que as agricultoras camponesas fazem do campo seu lugar de vida.

Durante a pesquisa, mantive o comprometimento ético e o diálogo respeitoso com as interlocutoras, buscando destacar, em cada conversa, a importância do espaço de fala e escuta promovido, adequando-me aos locais e aos horários indicados por elas, parando e retornando o diálogo todas e quantas vezes elas acharam necessário, bem como compreendendo e respeitando o pedido de sigilo de seus nomes. Assim, estive com elas em hortas, quintais, cozinhas, festas, cursos de formação e viagens, nas entidades e em locais de trabalho externos à propriedade, e, também, *online*, através do *Google Meet* e do *WhatsApp*; sempre atenta para o registro escrito, a partir das observações e do cuidado em escutá-las em diferentes situações. Nesse contexto, procurei manter uma postura feminista na pesquisa, já que busquei sempre contornar situações que silenciavam essas mulheres, como: as dificuldades nos encontros, devido às demandas assumidas no âmbito familiar e da produção e comercialização; os entraves ocorridos por falta de autonomia de deslocamento e que, conseqüentemente, dificultavam a participação delas em atividades coletivas; além das barreiras geográficas e, mesmo, dos ruídos provocados pelos discursos masculinos, que constantemente atravessaram a fala dessas mulheres, em diferentes momentos.

Coloquei-me no movimento de estar com elas, acompanhando a rotina de vida e trabalho. E, foram nesses diferentes momentos que ocorreram trocas importantes sobre a agroecologia, relatos sobre a participação delas nesse movimento e como ele contribui – mesmo com tudo o que ainda precisamos e queremos avançar – para mudanças em suas vidas, principalmente, por possibilitar visibilidade, reconhecimento e autonomia, além de permitir a construção de um espaço de interação entre elas e a existência de uma rede de apoio que se forma a partir disso. Compreendo que a agroecologia ocorre na prática e no movimento promovido pelas demandas da vida e, nesse sentido, percebo que construí a pesquisa a partir do modo como o contexto foi se configurando, desde os enfrentamentos exigidos pela pandemia, como por situações particulares envolvendo as interlocutoras e, também, a mim.

No próximo capítulo, abordo aspectos sobre a história da agricultura, analisando o modelo hegemônico capitalista de exploração da natureza, e como emergiram contrapontos de lutas diante dessa lógica, em busca de sistemas de produção agrícola sustentável, focados na alimentação de boa qualidade e na preservação ambiental.

3 DO CONTROLE DAS *PLANTATIONS* ÀS LUTAS PELA AGROECOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo apresentar um apanhado sobre a constituição da agricultura colonial capitalista no Brasil, a partir das *Plantations* e da Revolução Verde. Na sequência, tendo em vista os danos causados pela agricultura extensiva, apresento a agroecologia como uma proposta que foi constituída visando à retomada de agriculturas com base ecológica. Por fim, dedico-me à região Sudoeste do Paraná para relatar como se consolidou, nesse território, a agricultura camponesa e a forma como emergiu a agroecologia nesse contexto.

O sistema produtivo e agroalimentar industrial, hegemônico e globalizado, além de causar danos ao meio ambiente e fornecer alimentos de baixa qualidade, gera problemas de saúde para as famílias agricultoras e exclusão social. Assim, procuro entender como a construção da agroecologia se contrapõe a esse modelo, por meio de uma ética de vida e da produção de alimentos, em que os saberes e as práticas das mulheres agricultoras camponesas podem ser considerados formas de resistências e (r)existências diante das práticas do sistema dominante.

3.1 A colonialidade na agricultura: da *plantation* à Revolução Verde

As agriculturas dos povos indígenas da América eram diversas e abundantes, antes do colonialismo, pois cultivavam muitas espécies de plantas, como milho, mandioca, batata-doce, batata, variedades de feijão, abóboras e arroz. Esse território era formado por uma pluralidade de povos indígenas, com idiomas, conhecimentos, formas organizativas e produtivas distintas (GRONDIN; VIEZZER, 2018). Tais povos desenvolveram diversas técnicas agrícolas, adaptando os cultivos conforme as particularidades das plantas, levando em consideração fatores como a drenagem do solo, a umidade e a fertilidade. Além disso, eles tinham conhecimento sobre o desenvolvimento de cada planta, de forma a assegurar o melhor tipo de solo para cada cultura (REIFSCHNEIDER *et al.*, 2010, p. 21). Era um território ocupado por povos e comunidades ameríndias e estas, através de práticas e saberes próprios, realizavam diversas atividades de manejo e inter-relação com os ecossistemas, através de suas formas de agricultura milenares.

Assim, quando houve o “descobrimento” do Brasil, o genocídio indígena significou o apagamento das memórias, a negação da história de diversos povos

originários (KRENAK, 2019). O processo de colonização forjou a construção do sistema-mundo moderno/colonial, que estabeleceu relações de subalternização do Sul e da centralidade do Norte-Global, impondo violências sobre os conhecimentos, corpos e territórios dos povos indígenas. Nas terras usurpadas dos povos indígenas, o sistema de exploração colonial estabeleceu, a partir do século XVI, a *Plantation*, modelo pautado na monocultura, na transformação de terras em latifúndios, na escravização de povos indígenas e de pessoas sequestradas do continente africano (GONZALEZ, 2018; KILOMBA, 2019).

Esse processo de colonização e genocídio das populações do Novo Mundo e a escravização dos povos de África, também, está relacionado à perseguição das mulheres na Europa. Conforme Silvia Federici (2017), na Europa, nesse mesmo período, ocorreu o cercamento de terras e a transformação delas em mercadoria. Com isso, houve a expulsão dos povos camponeses de seus territórios de uso comum, desfazendo vínculos ancestrais com o local de origem e com os saberes e conhecimentos ligados às agriculturas. Nesse período, grande parte dos processos de resistência foram efetuados por mulheres que, chamadas de bruxas, foram perseguidas, torturadas e queimadas vivas em fogueiras, acarretando violência contra seus corpos e conhecimentos (STENGERS, 2015; FEDERICI, 2017).

Nesses casos, os corpos foram apropriados pelo capital, violentados e/ou exterminados. Dessa forma, há uma relação entre o Estado colonial patriarcal e racista na América e o Estado moderno capitalista na Europa, que expropriou os territórios, executou o genocídio dos povos ameríndios e a escravização, além de apropriar-se do trabalho das mulheres (DAVIS, 2016; FEDERICI, 2017). Para Luciana Ballestrin (2013), a apropriação da terra e do trabalho possibilitou aos países europeus acumular um grande volume de riquezas. A Europa, como centro desse sistema colonial, moderno e capitalista, passou a ditar as regras para os demais povos. Assim, a expansão colonial pode ser entendida como a primeira etapa da modernidade, que lança as bases do que viria a ser o capitalismo globalizado da atualidade.

A modernidade/colonialidade se dá pela apropriação da terra e dos demais seres, pela instituição da exploração do trabalho, estabelecida pela matriz racial de poder (MIGNOLO, 2008). Assim, o processo colonial de agricultura foi intensificado e acelerado, por diversos processos sócio-históricos, desde a colonização e consolidação do capitalismo nos séculos seguintes.

A intensificação e a aceleração do projeto de mundo unificado, expresso pelo sistema-mundo moderno, ocorreu em meados do século XX, com a Revolução Verde, na qual os produtos da indústria química da guerra foram adaptados para a agricultura e subsidiados pelos organismos multilaterais, pelos Estados nacionais e por empresas multinacionais. No Brasil, por exemplo, a modernização da agricultura absorveu grandes quantidades de crédito agrícola, disponibilizado pelo Estado, nas décadas de 1960 e 1970. Com isso, foram difundidos insumos agrícolas industriais e disseminadas a mecanização pautada em combustíveis fósseis e a tecnificação das lavouras, para ampliar os circuitos de comercialização globais. Esse movimento trouxe efeitos perversos para as agriculturas, como a maior concentração de terras e de renda, o aumento da taxa de exploração da força de trabalho nos estabelecimentos menores, a piora da qualidade de vida das trabalhadoras rurais e, como consequência, o êxodo rural. Nesse período, estima-se que 21 milhões de pessoas foram expulsas do campo e se deslocaram para as emergentes áreas urbanas do país (PALMEIRA, 1989).

É importante frisar que grande parte das agricultoras que foram expropriadas de suas terras praticavam a agricultura camponesa, voltado, principalmente, para o autoconsumo da família e o abastecimento de suas comunidades. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1996) indica o caráter familiar do campesinato, destacando que, para além de uma definição descritiva, essa é condição que determina uma estrutura produtiva que vincula família-produção-trabalho e produz reflexos na maneira como ela se comporta social e economicamente. A autora compreende a agricultura familiar camponesa como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o ofício no estabelecimento, associando família, produção e trabalho. Para a autora, esse grupo tem propriedades com tamanho limitado, produção diversificada e, em geral, pouco uso de tecnologia e insumos externos (WANDERLEY, 1996). A definição da autora é importante para compreender a estrutura das famílias investigadas, uma vez que elas se identificam como parte desse grupo social. Nesse sentido, o trabalho na agricultura é, geralmente, compartilhado entre as(os) membras(os) da família, o que torna a atividade agrícola não apenas uma fonte de subsistência, mas, também, um modo de vida e de transmissão de valores e tradições familiares.

A tecnificação e a mecanização da agricultura monocultural e latifundiária homogeneizou, cada vez mais, a maneira de produzir, remodelando a organização do

trabalho na unidade de produção, modificando o processo de aprendizagem dos saberes e das práticas e as interações com os territórios. Nesse contexto, o trabalho desempenhado pelas mulheres perde espaço para o realizado com as máquinas agrícolas industriais, que passa a ser feito quase que exclusivamente pelos homens, que são treinados e capacitados para seu uso pelas empresas e por serviços de extensão rural. Com isso, as mulheres vão sendo excluídas do trabalho técnico e produtivo²¹, atribuindo-lhes tarefas menos valorizadas (BURG, 2005).

Vandana Shiva (2015) discute como a Revolução Verde adentrou o espaço rural, por meio de seu pacote tecnológico, com as denominadas Variedades de Alto Rendimento (VAR), que, no entanto, são dependentes de grandes quantidades de agroquímicos, água (irrigação) e combustíveis fósseis (mecanização), e que são, portanto, Variedades de Grande Receptividade (VGR) (SHIVA, 2015). Também, a fabricação de maquinarias, como tratores, plantadeiras, colheitadeiras e pulverizadores (de grande dimensão), utilizadas em todos os processos agrícolas, desde o plantio até a pós-produção, provocam a maior concentração de terra na mão de poucos (ANDRADES; GANIMI, 2007). Isso poderia ser bastante distinto se a produção fosse de máquinas de pequeno porte, que permitissem facilitar o trabalho na agricultura familiar camponesa.

A extensão rural, fomentada pelo Estado, a partir dos anos 1960, também contribuiu para a difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde e transmitiu um modelo de divisão sexual do trabalho na agricultura, fomentando cursos de produção agrícola para os homens e cursos de atividades domésticas para as mulheres, como bordado, crochê, culinária etc. Com isso, produziram formas de organização hegemônicas dos papéis sociais de gênero, atribuindo às mulheres as funções de servir e cuidar, e aos homens, de prover e administrar (CONTE; MARTINS; DARON, 2009).

Apresentada como salvação do pós-guerra, a Revolução Verde acarretou destruição ecológica, comprometeu os solos pela contaminação e erosão, poluindo os recursos hídricos com agroquímicos, e suprimiu milhares de culturas agrícolas de diversos povos (SHIVA, 2015). O modelo fundado no uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos e sementes industrializadas, converteu imensas áreas agrícolas em estruturas agroindustriais (PAULA, 2017), intensificando as relações de cadeias

²¹ No Capítulo 4, detalharei a diferenciação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo.

longas de mercado no campo (MCMICHAEL, 2016). Isso desencadeou mudanças nos modos de alimentação, afastando o ato de comer de sua tradição natural e transformando-o em práticas alimentares globalizadas, fazendo com que o alimento passasse a ser entendido como mercadoria.

Assim, no final do século XX, formaram-se os impérios alimentares, organizados em cadeias longas de comercialização, ligados às grandes redes de supermercados mundiais, que fornecem produtos alimentícios ultraprocessados. Nesse ínterim, as pessoas não sabem mais a procedência daquilo que as alimenta, pois inúmeros intermediários separam as famílias agricultoras e consumidoras de alimentos (PLOEG, 2008).

Para Shiva (2015, p. 17), a Revolução Verde foi, na sua própria origem, um “projeto político para criar uma ordem mundial” cada vez mais concentradora de capital nos países do Norte-Global. Os alimentos, transformados em mercadorias industriais e fontes de lucro permanente²², difundem arquétipos de consumo instigados pelas grandes corporações alimentares. Dessa forma, condições socioeconômicas e comerciais são fundadas junto à agricultura agroindustrial moderna, repercutindo padrões motivados pelos mercados e pela hegemonia de grandes corporações alimentares.

Isso demonstra que esse modelo, pautado na biotecnologia e no domínio genético das sementes, através do avanço acelerado das monoculturas, busca o controle não só da produção, mas também do pensamento, que reflete, na colonialidade que despreza a biodiversidade e a diversidade de saberes ancestrais, principalmente os das mulheres, produzindo uma monocultura mental (SHIVA, 2003).

Assim, a agricultura hegemônica envolve: a) a mercantilização da atividade agrícola, que passa a ser controlada por oligopólios, pelo mercado financeiro e corporações do agronegócio, marginalizando e suprimindo produções locais e familiares (PLOEG, 2008; ANJOS; CALDAS, 2009); b) a degradação do solo, a contaminação das águas e do ar, a extinção de espécies animais e vegetais, colocando em risco a própria sobrevivência humana (SHIVA, 2003; LA CADENA, 2018); c) o advento de alimentos como produtos globais ou produtos alimentícios, que são desenvolvidos pela engenharia de alimentos para serem atrativos e ricos em gorduras e açúcares, os quais influenciam e moldam as práticas alimentares, não pela

²² Desde 2009, o mercado mundial de alimentos é o maior do planeta (GUAZZELLI; RIBEIRO, 2016).

necessidade fisiológica ou pelos valores sociais incorporados, mas por estratégias e interesses econômicos da indústria alimentar (PAULA, 2017).

A concentração corporativa que se dá na produção, no processamento e na comercialização de produtos alimentícios faz com que grupos multinacionais tenham o controle das pesquisas e ditem políticas agrícolas e acordos no comércio internacional, utilizando a defesa de novas tecnologias industriais como solução para o aumento da produtividade²³, fazendo com que a produção de Organismos Geneticamente Modificados (OGM)²⁴ aumente cada vez mais, financiada, principalmente, pelos Estados (GUAZZELLI; RIBEIRO, 2016).

O avanço da produção agrícola monocultural, aliada às denominadas VAR, não atende a parâmetros neutros, mas mensurações estabelecidas pelo paradigma da Revolução Verde. A produtividade propiciada pelo uso das “sementes milagrosas” leva em conta um único componente, diferente dos sistemas de cultivo milenares das agriculturas, que concebem a interação com o solo, a água e as plantas como sistemas complexos e diversificados, que não podem ser comparados com os das monoculturas (SHIVA, 2003).

As monoculturas, geneticamente modificadas, são inferiores, do ponto de vista nutricional (GUAZZELLI; PEREZ, 2010), e provocam consequências perversas na cadeia alimentar, com a presença de pessoas doentes e vulneráveis (GUAZZELLI; RIBEIRO, 2016). Também, os alimentos ultraprocessados pela indústria, ligada aos impérios alimentares, comprometem a qualidade nutricional, pois ocorre o processamento químico de larga escala, na elaboração e na transformação, inserindo grandes quantidades de gordura animal, sal, açúcar refinado e inúmeros aditivos químicos (corantes, aromatizantes etc.), reduzindo fibras, vitaminas, minerais, carboidratos complexos e óleos vegetais e ocasionando uma série de doenças resultantes dessa mudança. Assim, os alimentos se tornam menos nutritivos e contêm cada vez mais resíduos de agrotóxicos, convertendo-se em um gerador silencioso e contínuo de enfermidades (GUAZZELLI; RIBEIRO, 2016; TRICHES, 2020). Atualmente, uma parte significativa da população mundial padece do não acesso à

²³ A *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO, 2021) apontou que mais de 800 milhões de pessoas passaram fome em 2020, ano em que a pandemia da COVID-19 se espalhou rapidamente ao redor do mundo. Também, desde 2014, o número de pessoas desnutridas começou a aumentar novamente, apesar da oferta de alimentos continuar crescente.

²⁴ As sementes geneticamente modificadas foram criadas na década de 1970, porém os cultivos comerciais se iniciaram na década de 1990 (FERNANDES; ASSUNÇÃO, 2017).

alimentação, que fica restrita àquelas(es) que possuem renda para pagar por ela, e, quando existe o acesso, há a presença de contaminantes e aditivos químicos (FAO, 2021).

Assim, conforme o ato de se alimentar se afasta do sentido natural – e social – que é tradicionalmente atribuído a ele em cada cultura, para aproximar-se de práticas globalizadas, o sentido da alimentação se perde, transformando os alimentos em mercadoria. Portanto, é fundamental considerar a interrelação dos diferentes campos de análise dos alimentos, através do aporte multidisciplinar que leva em conta aspectos biológicos, econômicos e culturais, que têm influência na saúde e impactos ao meio ambiente, nas relações mercantis e nos padrões de consumo, expressando valores culturais e comportamentais (PAULA, 2017).

A produção e o abastecimento de alimentos vinculados às grandes indústrias alimentares são um entrave ao protagonismo e à autonomia das famílias agricultoras camponesas em seu cultivo, gerando pobreza e acarretando êxodo rural. Além disso, disponibilizam à grande massa populacional um regime alimentar ineficiente, distanciado de valores biológicos e culturais e direcionado apenas ao retorno econômico das grandes redes agroalimentares (PAULA, 2017).

O processo de afastamento dos alimentos de sua origem e a transformação deles em meros produtos industriais acarreta consequências danosas às consumidoras, que recebem algo com reduzido valor nutricional, e marginaliza famílias agricultoras camponesas, que são expulsas do campo pela falta de políticas públicas de crédito, extensão rural e pesquisas que as reconheçam como cultivadoras de diversidade alimentar. Dessa forma, o mesmo sistema que fortalece o poder corporativo é o que debilita a capacidade camponesa de produzir alimentos para as suas próprias comunidades (GUAZZELLI; RIBEIRO, 2016).

Desse modo, podemos observar que a modernidade/colonialidade na agricultura retirou e segue retirando as comunidades indígenas/camponesas de seus territórios, destruiu e inviabilizou sistemas locais de saberes e práticas e impôs o saber ocidental como dominante, único e universal. Para Ramón Grosfoguel (2016), esse sistema desencadeou um processo de epistemicídio, ou seja, de destruição dos conhecimentos de povos, associado à eliminação e/ou ao controle desses coletivos e de seus territórios. Igualmente, as monoculturas impuseram uniformidades, não só no uso das terras, como nas formas de pensar e de viver, contribuindo intensivamente

para a destruição da biodiversidade e a perda de milênios de saberes agrícolas acumulados por diversos povos (SHIVA, 2003).

A modernização da agricultura – tanto das *Plantations* como de sua intensificação e aceleração com a Revolução Verde –, fundada na mercantilização da natureza e do conhecimento, excluiu os saberes que são diversos àqueles que foram considerados racionais e modernos, desprezando práticas de povos e comunidades tradicionais indígenas/camponesas, especialmente das mulheres. Para Enrique Leff (2013), o regime dominante da racionalidade moderna marginalizou e exterminou outras culturas e outros conhecimentos, ocasionando o que Shiva (2003) denominou de projetos de desenvolvimento econômico para homogeneizar o mundo, pois a expansão das monoculturas está relacionada a projetos políticos de poder. Assim, a agricultura moderna colonial gerou e gera consequências que podem ser observadas na ampliação das áreas desertificadas, no intenso êxodo rural e na concentração de terras nas mãos de poucos, com mazelas também visíveis no espaço urbano, pelo desemprego, exclusão social e a fome (SHIVA, 2003; SILIPRANDI, 2015).

O modelo empreendido pela modernidade é excludente, pois parte de uma visão hegemônica e implementa projetos de poder e dominação fundados no genocídio dos povos, no epistemicídio de seus saberes e nos ecocídios de seres que coabitam o planeta conosco. Os programas de desenvolvimento hegemônico são, sobretudo, projetos de poder e dominação, que representam a aproximação e o entrelaçamento com o capitalismo visando um tipo de mercantilização universal, em que o “desenvolvimento é um complexo mecanismo de tornar tudo mercadoria” (RADOMSKY, 2018, p. 81). Nesse contexto, as resistências dos modos de vida e de produção agrícola diferenciados dos empregados pelo sistema-mundo moderno colonial – expresso pelo sistema agroalimentar hegemônico industrial – são alternativas que despertam reflexões acerca da forma como as sociedades podem interagir com seus agroecossistemas, sem transformá-los em mercadorias centradas no capitalismo.

Sobre esse aspecto, menciono os diálogos acerca das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, que se intensificaram na metade da década de 1990, ganhando mais espaço e destaque a partir dos anos 2000 (SCHNEIDER, 2016), os quais enfatizam que famílias agricultoras brasileiras são múltiplas em termos sociais, culturais, ambientais e econômicos. Apesar disso, muitas políticas foram voltadas para

a produção de *commodities*, incentivando a tomada de crédito pelas famílias para que comprassem máquinas, equipamentos e insumos.

Portanto, analisar os processos de transformação das agriculturas pela perspectiva decolonial é um processo que permite compreender como ocorreu a expansão do sistema agroalimentar hegemônico e as suas formas de dominação. Além disso, possibilita pensar, traçar caminhos alternativos e amplificar a voz de pessoas, comunidades e movimentos sociais, que agenciam mudanças e resistem diante do poder globalmente consolidado.

Na próxima seção, apresento o movimento de enfrentamento à agricultura convencional, realizado pela agricultura familiar camponesa, e discuto como a agroecologia tem sido construída como alternativa ao poder centralizado do sistema agroalimentar hegemônico.

3.2 A agroecologia como modo de agricultura alternativa

Nesta seção, apresento aspectos da atuação da agricultura camponesa e da agroecologia como uma proposta de retomada das bases ecológicas das agriculturas, além de contextualizar como surge e se consolida essa forma de agricultura no Brasil.

A consolidação do capitalismo no campo, através de políticas e projetos de desenvolvimento, as rápidas transformações técnicas científicas, a crença da natureza como fornecedora de recursos naturais inesgotáveis, levaram à falácia da impossibilidade da produção de alimentos, de maneira diversa daquela considerada moderna, e à aceitação da degradação ambiental como uma condição necessária, um preço a ser pago (ASSIS; ROMEIRO, 2002). Esse argumento agenciado e difundido por representantes de Estado, do mercado e da Ciência Moderna, de maneira a fazer parecer que não existe outra opção, salvo a resignação, conduz a alternativas infernais, em que todas as escolhas se encontram vinculadas a um dano²⁵ (STENGERS, 2015).

Segundo Walter Mignolo (2017), a colonialidade estabeleceu os seres extra-humanos como recursos naturais, pautada por um conjunto complexo de crenças e cosmologias ocidentais teologicamente e secularmente estruturadas. Do mesmo

²⁵ São exemplos de alternativas infernais à catalogação de níveis máximos toleráveis de agrotóxicos nos alimentos pela lei, as medidas mitigadoras de degradação ambiental previstas em licenciamentos ambientais, entre outras.

modo, criou um sistema de conhecimento que legitimou o uso da natureza para a geração maciça de produtos agrícolas, mercantilizando os alimentos e a vida.

Essas violentas apropriações dos seres humanos e extra-humanos, pelo capital, desencadearam a crise climática global (ALIMONDA, 2015), para a qual o modelo de Ciência Cartesiana, ratificado por valores economicistas e utilitaristas, é insuficiente para solucionar as crises que ele mesmo provocou. Assim, esse padrão hegemônico ocidental de saber e poder não reconhece as epistemologias e as ontologias de sociedades que vivenciam realidades outras, diversas do que a Ciência Moderna concebe em seu paradigma. Nesse contexto, a agroecologia emerge como uma crítica profunda ao modelo de agricultura moderna colonial, que foi acelerado e intensificado com a Revolução Verde.

Enquanto prática, movimento e ciência, ela emerge no Brasil, a partir de 1980, junto ao processo de redemocratização. Na época, o debate sobre agricultura sustentável tomou corpo e forma em meio aos movimentos sociais do campo, opondo-se ao modelo de desenvolvimento baseado na monocultura e nos agroquímicos. Entretanto, os efeitos negativos da Revolução Verde já eram discutidos, pelo menos, duas décadas antes. Em 1962, a bióloga marinha Rachel Carson (2010) escreveu o aclamado livro "Primavera silenciosa", em que debatia os efeitos negativos dos agrotóxicos para o meio ambiente e para os seres humanos. A autora argumentou que o uso indiscriminado de pesticidas e herbicidas, como o Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT), causava a morte de aves e outros animais, além de contaminar alimentos e água. Ela, também, mostrou como os pesticidas, aplicados pelo pacote da Revolução Verde, eram capazes de se acumular na cadeia alimentar, aumentando a concentração de substâncias tóxicas em animais, incluindo os seres humanos.

Como as consequências do pacote tecnológico aplicado à agricultura já eram visíveis, agricultoras buscaram outras formas de cultivo, que considerassem não só a sustentabilidade dos agroecossistemas, mas, também, a qualidade de vida das trabalhadoras rurais (MOREIRA; FERREIRA; SILIPRANDI, 2018). Assim, a agroecologia se apresenta como uma perspectiva de agricultura e de vida, que se opõe ao modelo implantado pela modernidade/colonialidade, pautado no controle colonial dos saberes e das práticas, da terra, da produção e do consumo de alimentos. Ela se constitui enquanto episteme e prática que visa restabelecer as relações entre humanos e não humanos, possibilitando e reintegrando com os agroecossistemas.

Esse modo de fazer agriculturas pode garantir aportes para repensar as relações de poder e dominação no campo, para que, mudando e transformando a lógica produtora mercantil de monoculturas e *commodities* agrícolas, também se dissolva o modelo da colonialidade antropocêntrica, patriarcal e racista da sociedade e da agricultura hegemônica. A agroecologia busca germinar a concepção de uma sociedade amparada pela construção de uma outra ética, criando a possibilidade de relações mais simétricas entre os gêneros, categorias sociais e humanos e não humanos.

É uma perspectiva que procura englobar diversos conhecimentos que, frequentemente, atendem a critérios sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais. Sua base teórica é um conjunto de disciplinas que possibilitam investigar e agir em comunhão com os agroecossistemas, de forma que a atividade agrícola e a manutenção das características do ambiente coexistam em harmonia, propiciando uma vida digna às pessoas envolvidas (SILIPRANDI, 2015). Assim, é ciência, é episteme, é prática e é movimento que pode integrar e valorizar conhecimentos, usos, experiências, técnicas e saberes de povos e comunidades tradicionais, indígenas e camponeses.

A racionalidade das agriculturas tradicionais, praticadas por povos indígenas, quilombolas e camponeses, permeia as bases dos sistemas de produção agroecológicas, de forma que a esfera local é privilegiada. Essas comunidades dão prioridade ao atendimento das suas necessidades alimentares, das trocas e dos mercados locais, em detrimento a exportações. Esse sistema é caracterizado pela diversidade de culturas e animais, por manter e melhorar as condições do solo e pela boa gestão da água e da biodiversidade.

Para Miguel Altieri (2001), há muito tempo os movimentos sociais camponeses defendem a necessidade da terra para a produção de comida. O autor elenca a resistência da Via Campesina²⁶ na defesa da produção de alimentos pelas mãos das famílias agricultoras, e não vinculada ao controle de grandes complexos

²⁶ A Via Campesina é uma organização internacional que luta pelos direitos de camponesas e famílias agricultoras, pescadoras artesanais, povos indígenas, mulheres e trabalhadoras rurais sem terra. Fundada em 1993, a organização tem membras(os) em mais de 80 países e é composta por diversas organizações locais, regionais e nacionais. Ela defende uma agricultura camponesa sustentável e a soberania alimentar, opondo-se ao agronegócio, ao uso de transgênicos e aos impactos do modelo neoliberal de globalização. Além disso, a organização luta por reforma agrária que vise a redistribuição de terras e o fortalecimento das comunidades rurais. É, também, reconhecida por seu papel na luta pelos direitos humanos e na defesa dos direitos das populações rurais em todo o mundo (DESMARAIS, 2007).

agroindustriais. Essa organização, que tem intensa presença nos países latino-americanos, congregando movimentos sociais do campo, luta pelo trabalho digno, pelo meio ambiente, pela segurança alimentar e pela saúde da população, vislumbrando a soberania alimentar como alternativa ao atual modelo neoliberal. Além disso, defende a autonomia dos mercados locais, dos ciclos locais de produção e consumo e das redes de comercialização direta entre famílias agricultoras e consumidoras.

Ainda, ao se restabelecer o foco na agricultura e no alimento, a agroecologia objetiva reverter a saída de famílias agricultoras das terras e recuperar a base agrícola da humanidade, pois nossa sobrevivência depende de alimentos adequados e acessíveis e de métodos que renovem os ciclos ecológicos (MCMICHAEL, 2016).

Para Ana Maria Primavesi (2008), o manejo agroecológico aspira respeitar os sistemas naturais de cada local, considerando os seres vivos, o clima e o solo. A autora afirma que: “trabalhar ecologicamente significa manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida” (PRIMAVESI, 2008, p. 9). Para ela, esse manejo agroecológico se baseia em cinco pontos: solos vivos, agregados e bem estruturados; biodiversidade; proteção contra aquecimento excessivo, impacto da chuva e vento permanente; bom desenvolvimento das raízes e autoconfiança das agricultoras (PRIMAVESI, 2008).

Para Enrique Leff (2002), a agroecologia não se pauta apenas e exclusivamente no repensar das formas de produção de alimentos, mas, também, no viver e se inter-relacionar. O autor afirma que essa perspectiva visa romper com o modelo de desenvolvimento hegemônico, atender a critérios sociais, culturais, ambientais e econômicos diversos e plúrimos e estabelecer relações de equidade entre humanos e não humanos. Ele salienta que a agroecologia pode ser uma nova proposta epistemológica e geopolítica de ser e estar no mundo, sendo o diálogo de saberes possível, ao valorizar uma política de reconhecimento das diferenças entre povos e agriculturas.

Segundo Inês Claudete Burg (2005), a agroecologia tem aportes dos movimentos ambientalistas, de estudos da área da ecologia e de sistemas produtivos indígenas e tradicionais. Dessa forma, sua conceituação é ampla e diversa, sendo considerada não só como modo de produção agrícola, mas, também, como ciência e modo de vida. A autora afirma que algumas organizações sociais usam o conceito de agroecologia baseado em premissas metafísicas e, até mesmo, religiosas, as quais

se referem a ela com esperança de salvação diante das crises causadas pela modernidade.

Como ciência, a agroecologia pode fornecer as bases teóricas, conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis, que oferecem uma alternativa ao modelo de agricultura mercantil. Como prática social, ela evidencia a valorização do capital ecológico e social através da recampesinização. Como movimento social, ela envolve contingentes da sociedade engajados na defesa do meio ambiente, da justiça social, da segurança e soberania alimentar, da economia solidária e ecológica, da igualdade e equidade entre os gêneros e de relações mais harmoniosas entre espaços urbanos e rurais, além de mobilizar atoras(es) sociais para atingir esses objetivos. Dessa forma, a agroecologia busca se desenvolver como um todo indivisível, que considera seu enfoque analítico, sua capacidade operativa e sua incidência política (PLOEG, 2008; PETERSEN, 2013).

Segundo João Carlos Costa Gomes (2011), a agroecologia, enquanto episteme, busca integrar uma teoria de conhecimentos múltiplos, pois engloba saberes científicos e cotidianos (tradicional, local e autóctone), representando a possibilidade de um novo paradigma, uma proposta alternativa de superação da crise ocidental do modelo de racionalidade moderno e da agricultura produtivista da Revolução Verde. Assim, esse modelo, pautado em outras epistemologias e ontologias, agrega e combina os saberes e as práticas dos povos e o saber acadêmico das pesquisas, visando romper com hierarquias, em cooperação, diálogo e construção.

Para Francisco Roberto Caporal (2009), a agroecologia tem como objetivo a proposição de uma abordagem holística e transdisciplinar, ao agregar saberes e práticas tradicionais aos conhecimentos das diferentes ciências. Para o autor, a agroecologia não é apenas uma forma de se fazer agricultura, é formulação paradigmática construída pela participação conjunta de agricultoras, estudiosas e técnicas e seus múltiplos e diversos saberes. O autor indica a emergência de um referencial técnico-científico capaz de impulsionar uma mudança na agricultura, passível de servir de escopo e orientação às ações de ensino, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, com uma perspectiva que garanta sustentabilidade socioambiental e econômica para os diferentes agroecossistemas.

Nesse sentido, podemos perceber que a agroecologia se propõe a construir mais do que um modo de produção agrícola que não utiliza agrotóxicos, mas

epistemes conectadas a modos de vida e formas de organização social, que buscam uma sociedade mais justa e sustentável. Dessa forma, a produção de alimentos agroecológicos se diferencia da produção orgânica, pois a primeira é carregada de significados que ultrapassam as técnicas empregadas no manejo do solo e cultivo dos alimentos, enquanto esta está limitada a oferecer alimentos com características diferenciadas para atingir um nicho de mercado.

A partir de 2003, o governo brasileiro passou a regulamentar a produção de alimentos orgânicos através da Lei nº 10.831, do Decreto nº 6.323/2007 e legislações complementares. A regulamentação foi construída de forma participativa, envolvendo agricultoras ligadas à Rede de Produção Orgânica, representantes da sociedade civil, técnicas, pesquisadoras, extensionistas e consumidoras. A Lei determina que os alimentos denominados ecológicos, biodinâmicos, naturais, regenerativos, biológicos, agroecológicos, provenientes de permacultura, e outros que atendam os princípios estabelecidos por ela, podem receber o selo de alimento orgânico (BRASIL, 2003).

Dessa forma, a Lei estabelece que um sistema orgânico de produção agropecuário é aquele que utiliza técnicas específicas para maximizar o uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, respeitando a integridade cultural das comunidades rurais, com o objetivo de alcançar a sustentabilidade econômica e ecológica, maximizar os benefícios sociais e minimizar a dependência de energia não renovável. O sistema deve preferir métodos culturais, biológicos e mecânicos, em vez de materiais sintéticos, e eliminar o uso de organismos geneticamente modificados, radiações ionizantes e agrotóxicos, em todas as etapas do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, além de proteger o meio ambiente (BRASIL, 2003).

A ciência agroecológica, por ter aportes em diferentes áreas do conhecimento, tenciona o paradigma cartesiano — fixo, reducionista e simplificado — propondo a transformação das relações entre seres humanos e meio ambiente, em uma proposta de reciprocidade entre natureza e sociedade. Dessa maneira, a agroecologia busca superar o paradigma cartesiano de purismo e isolacionismo das ciências e das disciplinas, indicando a necessidade de construção de um paradigma que seja integrador, de coevolução entre humanos e natureza, que possibilite a transição do atual modelo de desenvolvimento rural para outros estilos de agriculturas (CAPORAL, 2009).

A agroecologia é fundamental para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis.

É nesse contexto que a soberania alimentar e os sistemas de produção de base ecológica estão inseridos, e é a partir da ciência agroecológica — fundada na integração entre os conhecimentos de povos indígenas, camponesas e as pesquisas acadêmicas — que se demonstra que é possível melhorar a segurança alimentar através da preservação da agrobiodiversidade (ALTIERI, 2012).

Nesse contexto, é possível entender a agroecologia como uma das epistememes que permitem o que Glória Anzaldúa (2016) indicou como olhar fronteiro, que cria caminhos através das múltiplas e ancestrais potências de vida, organizados de maneira horizontal e em cooperativas. Assim, é conformando as múltiplas experiências de diversidade cultural e ecológica que o saber agroecológico permite pensar e agir sob ontologias que concebem que “todos nós existimos porque tudo existe” (ESCOBAR, 2015, p. 93).

Portanto, a agroecologia visa restabelecer as relações entre a humanidade e a natureza, reintegrando os humanos aos ecossistemas que eram a base das práticas agrícolas tradicionais e que perderam espaço com a agricultura moderna da *Plantation* e posteriormente da Revolução Verde. Essa perspectiva pretende, também, dissolver o modelo racista e patriarcal da sociedade e da agricultura hegemônica atual, considerando a construção de relações mais simétricas entre os gêneros e os povos, reconhecendo o seu protagonismo na construção de outras agriculturas. Na próxima seção abordo a agricultura camponesa no Sudoeste paranaense, e discuto como se deu a construção da agroecologia nessa região.

3.3 A agricultura familiar no Sudoeste do Paraná e a construção da agroecologia

Nesta seção, busco relatar como se estabeleceu a modernização da agricultura, a consolidação da agricultura familiar e a forma como emergiu a agroecologia na região Sudoeste do Paraná. A agricultura familiar, na região, possui uma trajetória de significativa representatividade no território. Em 2006, ela representava cerca de 92,58% dos estabelecimentos rurais existentes na mesorregião, compondo cerca de 70,16% da produção anual (IBGE, 2009). Dados mais recentes apontam essa participação das famílias agricultoras, com 82,2% dos estabelecimentos rurais existentes na região (IPARDES, 2011).

Como apresentado na seção 2.1, na região Sudoeste do Paraná foram aplicadas políticas de desenvolvimento, pautadas em projetos de branqueamento, fomentadas pelo Estado, no século XX, que excluíram os povos indígenas, afrodescendentes e caboclos/mestiços da distribuição de terras, feita por meio da "Marcha para o Oeste". Assim, instalaram-se na região famílias agricultoras oriundas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Elas lutaram pelo acesso à terra, que era controlada pela CITLA. Essas mobilizações e demandas, das(os) denominadas(os) colonas/posseiras(os), resultaram em movimentos e organizações sindicais, como a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Francisco Beltrão, em 1963, e a criação da ASSESOAR, em 1966 (SANTOS; WEDIG; CORONA, 2021).

A criação do STR de Francisco Beltrão partiu de uma mobilização de agricultoras da região, após a Revolta dos Posseiros, buscando apoiá-los em sua luta por direitos que fossem para além de políticas assistencialistas. O sindicato teve apoio da Igreja Católica e logo fomentou a criação de outros sindicatos na região, para a representação das famílias agricultoras. Desde 2018, o STR passou a ser conhecido como SINTRAF, sendo vinculado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT) (SANTOS, 2019).

Já a ASSESOAR, entidade composta e gerida por famílias agricultoras, sob forte influência da Igreja Católica, foi fundada por iniciativa dos Missionários do Sagrado Coração (MSC) e de padres belgas, no contexto da atuação cristã pela democracia, com o envolvimento direto na evangelização e na busca pela melhoria das condições de vida das famílias agricultoras. Essa associação tem participação significativa no apoio aos movimentos sociais rurais da região, seja no âmbito da organização política e estruturação educacional ou no fomento ao desenvolvimento econômico-social rural e regional. Essas ações fizeram da ASSESOAR uma das organizações mais representativas do estado do Paraná (ROTTA; BONETI, 2014; SANTOS; WEDIG; CORONA, 2021).

Para Hieda Maria Pagliosa Corona (2003, p. 22), na atuação da ASSESOAR se observam três posicionamentos importantes: o primeiro é a defesa da "agricultura alternativa que não utiliza insumos químicos nem manejo das máquinas" [de grande porte]; o segundo é o "fomento dessa agricultura, não mais sob uma ótica puramente individual, mas coletiva (associativismo), gerida e controlada pelos próprios agricultores (nem comerciante usurário, nem banco)"; e o terceiro é a criação e a

manutenção de “uma rede de comercialização da produção que busca eliminar o “atravessador”, estabelecendo um contato direto entre produtor e consumidor”.

A partir dos anos de 1970, a disponibilidade de recursos via crédito agrícola implicou na alteração da base produtiva da região e na rápida modificação da paisagem. Em pouco tempo, extensas áreas de floresta deram lugar a plantações de monocultura, contudo, devido a critérios que dificultavam o acesso de algumas famílias camponesas, tais políticas não abarcam todas as agricultoras da região (CORONA, 2003).

Moacir Palmeira (1989) destaca que com a difusão da Revolução Verde e os pacotes tecnológicos agrícolas, houve a expulsão de milhares de famílias agricultoras em todo Brasil, pois o processo de “modernização” do campo estava alinhado ao crédito, à pesquisa e à extensão rural voltada para o latifúndio. No contexto da região do Sudoeste paranaense não foi diferente, muitas famílias camponesas foram vistas como atrasadas. Conforme Corona (2003, p. 11): “[...] uma grande parcela de agricultores empobreceu; outra foi excluída do campo e uma outra aderiu às soluções trazidas pelo projeto de modernização do campo”. A autora ainda afirma que:

Estas transformações foram interferindo na identidade do “colono” que passou a se reconhecer como “agricultor ou agricultor familiar”. Ser “colono” durante os anos 1950/60 era pertencer ao projeto de “desenvolvimento” e “progresso” do país, contra o “atraso” dos caboclos e indígenas” [...] Na medida em que aquele modelo entrou em declínio, a partir da modernização, ser “colono” passou a significar ser “atrasado”, porque aderir ao projeto de modernização requeria substituir vários aspectos da tradição camponesa, presentes na vida do “colono” do Sul (CORONA, 2003, p. 16).

Para Regina Bruno (2016), o discurso das elites agroindustriais sobre a estrutura social do campo foi um mecanismo de dominação simbólica da classe camponesa, convencendo o que seriam as agricultoras familiares e quais suas aptidões, seus desafios e suas potencialidades. Assim, a agricultura familiar se tornou, dentro dessa retórica, uma categoria hegemônica, um movimento que suprimiu a identidade daquelas(es) que se identificavam como colonas(os), hierarquizando quem poderia, ou não, fazer parte desse construto.

As transformações estruturais, pelas quais a região Sudoeste do Paraná passou, especialmente no período da intensificação da modernização, desencadearam problemas que alteraram elementos importantes da identidade camponesa, na medida em que significaram a desintegração de elementos

socioeconômico-culturais que caracterizavam a vida camponesa, desde o início da ocupação deste território. Com isso, a agricultura tradicional, familiar e camponesa da região foi marginalizada e invisibilizada, enquanto a agricultura industrializada ganhou espaço e se consolidou como modelo hegemônico (CORONA, 2003).

Dessa forma, as famílias agricultoras que não conseguiram acessar as políticas de crédito, precisaram “super explorar” a força de trabalho familiar, pois sem acesso a tecnologias industriais, como maquinário e insumos químicos, era necessário aumentar a intensidade do trabalho humano. Uma parcela dessas famílias migrou para as cidades, ocasionando um êxodo rural massivo, que desencadeou o crescimento acelerado dos centros urbanos. Além disso, este movimento causou a deterioração dos modos de vida de uma grande parcela da população, após saírem do espaço rural, que resultou em um desencontro no território urbano, pois nem sempre encontraram alternativas de sobrevivência. Alguns dessas(es) atoras(es) sociais, por exemplo, tornaram-se desempregados ou subempregados, bem como boias-frias (BEAL, 2018; CORONA, 2003).

Porém, a partir da década de 1980, movimentos sociais e organizações da sociedade civil iniciaram a contestação ao modelo de desenvolvimento hegemônico, buscando alternativas baseadas na produção de alimentos orgânicos, mais tarde nomeada agroecologia, e na valorização das práticas e dos saberes dos povos tradicionais (RANK, 2013). Os movimentos sociais rurais se organizaram em busca de um modo de produção agrícola alternativo, com isso, milhares de agricultoras se reuniram em Encontros Brasileiros da Agricultura Alternativa (EBAAs) (PEREZ-CASSARINO; MEIRELLES, 2018). Além disso, nessa mesma década, surgiu o movimento por um sindicalismo combativo, protagonizado pela CUT. Na região, foram organizadas diversas reuniões com grupos, nas casas das famílias no campo, que por vezes precisavam ser “às escuras”, para não chamar atenção, visto que o período era de controle do governo militar sobre as organizações camponesas (RIBEIRO *et al.*, 2010).

A partir dos anos 1990, surgiu a Rede Tecnologias Alternativas-Sul (Rede TA/Sul), composta por ONGs que atuavam em tecnologias alternativas, e integrava-se com outras redes no Sudeste e no Nordeste do Brasil, para formar a Rede Projeto em Tecnologias Alternativas (Rede PTA) na esfera nacional. Esse espaço era exclusivamente destinado a organizações de assessoria, com o objetivo de discutir estratégias e movimentos de influência política. A Rede TA/Sul desempenhava um

papel central na articulação de organizações em torno da agroecologia no Sul do Brasil e, entre suas(seus) membras(os), estavam os pioneiros da Rede Ecovida (PEREZ-CASSARINO; MEIRELLES, 2018).

Outra entidade que atua na promoção da agricultura orgânica e agroecológica na região Sudoeste do Paraná é o CAPA. Fundado no município de Verê, no ano de 1997, tem como objetivo atuar junto à agricultura familiar camponesa e viabilizar a produção de base ecológica. Vinculado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), sua criação remonta ao ano de 1978 e se deu devido à preocupação com a expulsão de famílias agricultoras do campo, pelo processo de modernização da agricultura, e com vistas a oferecer alternativas para a permanência delas nos espaços rurais. No início da disseminação das ideias da Rede TA/Sul, a produção de alimentos orgânicos não era conhecida como agroecologia, como comenta Flor de Maracujá:

Olha, foi assim, no começo a gente não tinha nenhuma familiaridade com isso. No início, falavam até que a gente era agricultor orgânico, não era agroecológico. Esse termo “agroecológico” veio bem depois, vem de uns cinco ou seis anos para cá. E até foi pela nossa igreja, a gente é luterano, e aí quando resolveram abrir esse núcleo do CAPA aqui no Verê, ele era, na verdade, uma extensão do núcleo CAPA de Marechal Cândido Rondon, e isso tudo quem organizou, quem trouxe, foi através da igreja, e aí como a gente era da igreja, então, começaram. Uma vez aberto o escritório, o núcleo, então começou a recrutar famílias para trabalhar (FLOR DE MARACUJÁ, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Em 1998, surgiu a Rede Ecovida de Agroecologia, que é formada por diversas organizações e pessoas que buscam consolidar a agroecologia no Sul do Brasil. A Rede Ecovida busca ser um espaço de interação, articulação e ação para o fomento da agroecologia, visando à construção de uma sociedade que respeite as realidades e a agrobiodiversidade locais. Após a criação da Rede, foi fundada a Associação Ecovida de Certificação Participativa, voltada para a disponibilização do selo de agricultora(r) orgânica(o), que, a partir de 2010, passou a compor o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, constituindo-se de um Organismo Participativo de Avaliação e Conformidade (OPAC) (ROVER, 2011).

A existência da Rede Ecovida também foi um resultado de articulação de entidades, cujo trabalho congrega 340 grupos de agricultoras e 20 ONGs, e teve sua formação em 1998 (BEAL, 2018). A Rede é articulada de forma horizontal e descentralizada, baseada na organização das famílias agricultoras em grupos ou em

associações. Dessa forma, essas associações fazem parceria com grupos ou cooperativas de consumidores, ONGs e instituições da região, para que estas sejam as principais compradoras dos alimentos produzidos (REDE ECOVIDA, 2022).

Suzana Gotardo de Meira e Luciano Zanetti Pessoa Candiotto (2011) observaram que houve a necessidade de envolvimento com organizações, ONGs, Instituições Públicas de Assistência Técnica Rural e de Pesquisa que defendem e trabalham para o fortalecimento do alimento orgânico e da agroecologia. É assim que surgem e se consolidam o movimento e a construção agroecológica da região, através de muito apoio e demandas em comum. Larisse Medeiros Gonçalves (2020) destaca que existem, atualmente, várias instituições que apoiam, estimulam e encorajam famílias agricultoras na luta agroecológica no Sudoeste paranaense, dentre elas:

Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Sudoeste do Paraná (COOPERVEREDA), em parceria com o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA); Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural do Paraná (ASSESOAR); Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA); Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI); Gebana Orgânicos; União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES); Coletivo Regional de Mulheres do Paraná, Bancos Comunitários de Sementes; Plataforma da Comida Saudável; Rede Ecovida de Agroecologia; Cooperativa Camponesa de Agroindustrialização e Comercialização (COOCAMP); e Associação dos Produtores Orgânicos de Palmas (APROPAL) (GONÇALVES, 2020, p. 45).

Ao avaliar esse contexto, pode-se dizer que, no Sudoeste do Paraná, a história da agroecologia é entrelaçada à história dos movimentos sociais, assim como das famílias agricultoras que os constituem. O processo de organização política, associativa e sindical foi construído na contraposição ao modelo desenvolvimentista da agricultura industrial, imposta pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, defendendo práticas endógenas e sustentáveis de produção de alimentos e o trabalho de base familiar. O próximo capítulo discute como a colonialidade de gênero atravessa as mulheres agricultoras camponesas e quais são as suas práticas diárias de enfrentamento às desigualdades à que são submetidas.

4 A COLONIALIDADE DE GÊNERO E AS RESISTÊNCIAS DE MULHERES AGRICULTORAS CAMPONESAS

Neste capítulo, propus discutir a colonialidade de gênero que atravessa a vida das agricultoras camponesas. Para tanto, na primeira seção, abordo aspectos da colonialidade de gênero presentes na literatura sobre o tema, formando o referencial teórico, que será a base da análise apresentada neste capítulo.

Na sequência, apresento a seleção de estudos sobre as mulheres agricultoras, pertinentes para a minha pesquisa, sem a intenção de traçar um estado da arte do tema, no Brasil, mas sim, com o objetivo de lançar as bases para a análise de como ocorre a divisão sexual do trabalho nas famílias das agricultoras entrevistadas. Outro tema importante que aparece, na mesma seção, são as violências à que as mulheres entrevistadas foram/estão expostas, um assunto que não era tema principal da pesquisa, mas surgiu no andamento das entrevistas, e não poderia ser ignorado.

A seguir, discuto a atuação das mulheres agricultoras camponesas na agroecologia, primeiro em nível nacional, referenciando a literatura sobre o tema, e depois na região Sudoeste do Paraná. E, por fim, apresento as resistências das agricultoras camponesas entrevistadas, diante das violências e das desigualdades à que estão expostas.

4.1 Colonialidade de gênero e seus múltiplos atravessamentos

Nesta seção, busco, primeiramente, apresentar, e depois, analisar alguns dos impactos do colonialismo, do capitalismo e do patriarcado na existência e na vivência de mulheres geopoliticamente localizadas em territórios que foram colonizados.

No processo colonial dos mundos ocidentais, as mulheres foram invisibilizadas, desacreditadas e silenciadas por discursos patriarcais e hegemônicos, decorrentes da violência colonial. A diferenciação colonial criou uma separação entre humanos e não humanos (colonizadores e colonizados) e, também, separou homens de mulheres, atribuindo a elas um papel social inferior (LUGONES, 2014). Além disso, violência colonial que, por inúmeros e sucessivos abusos, impediu a transmissão de memórias, saberes e práticas das mulheres de povos que fundamentaram a sua história na oralidade (AURORA, 2019; DUARTE, 2019).

A inexistência de uma história das mulheres é reflexo tanto do “silêncio das fontes”, pelo reduzido número de registros deixado por elas, já que “seu acesso à escrita foi tardio”, como da ausência ou das representações estereotipadas dos relatos produzidos por homens que ignoravam o que “as mulheres pensavam a respeito, como elas as viam ou sentiam” (PERROT, 2005, p. 22).

María Lugones (2014) afirma que a modernidade reorganizou o mundo em categorias ontológicas idênticas. Dentre essas categorias está a dicotomia de gênero e a relação hierárquica entre masculino e feminino. Por isso, a autora fala que é preciso descolonizar o gênero, aplicando uma crítica que leve em conta a mercantilização da vida, a racialização, a colonialidade e a heterossexualidade compulsória (LUGONES, 2014). Assim, uma visão que considere a complexa relação entre raça, gênero, classe e diversos marcadores criados pela colonialidade se mostra necessária para abranger as sistemáticas violências que foram direcionadas às mulheres, em geral, e, especialmente, às negras e indígenas, que foram sobremaneira violentadas pela colonialidade/modernidade.

As mulheres brancas eram vistas pela colonialidade como seres úteis para reprodução da raça e do capital, além de permeadas de emoção, pureza e afeto, características que as tornavam elegíveis à realização do trabalho doméstico e de cuidados (LUGONES, 2014). Nesse contexto, Lélia Gonzalez (1984) denuncia que as mulheres negras foram e são, particularmente, afetadas pelo racismo, que é também a base do colonialismo, o qual impõe sobre elas violências diversas. Dessa forma, a autora afirma que o feminismo de base europeia não contempla a realidade multifacetada de mulheres negras, que convivem com a discriminação racial e a violência de gênero, atravessada, muitas vezes, pela pobreza. Da mesma forma, essas violências atravessam os corpos de mulheres indígenas, pois a colonialidade transformou a subjetividade da vida social. Assim, as relações sociais das aldeias se reorganizam sob influência da ótica produtivista europeia, a qual transforma os corpos das mulheres em bens a serem explorados (SEGATO, 2012; PIAIA, 2021).

Sueli Carneiro (2004) expõe que o movimento feminista europeu foi incapaz de perceber os diferentes contextos e as experiências históricas e sociais em que estavam inseridas as mulheres negras, valendo-se de um discurso universalizante de opressão sexista que as invisibilizava e silenciava. Segundo a autora, o mito de fragilidade feminina nunca foi aplicado ou reconhecido pelas mulheres negras, “que

trabalharam durante séculos” como escravizadas “nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas”.

Enquanto teoria, o feminismo reconhece a existência de uma estrutura social pautada no sistema sexo-gênero, que evidencia a relação de poder e de dominação das mulheres pelos homens, construção que é social e histórica, pois envolve as classificações e hierarquias que reproduzem os valores dominantes de uma determinada época e sociedade. É necessário destacar, no entanto, que não há uma concepção única de feminismo, mas de múltiplos feminismos, compostos por diversas correntes teóricas e ações práticas, com semelhanças e tensionamentos, que existem, concomitantemente, combinam-se e se distanciam, e que de nenhuma maneira podemos cair na “na armadilha de hierarquizar as diferentes tendências, considerando algumas ingênuas ou ultrapassadas” (PAULILO, 2016a p. 299).

Nesse contexto de divergências e convergências entre os feminismos, podemos citar Domitila Barrios de Chungara, boliviana de descendência indígena e operária, que em 1975 participou da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz, em reconhecimento a sua luta por justiça social na Bolívia. Ao ocupar a tribuna, ela fez um discurso²⁷ fundamentado em sua vivência, no qual questionou as demandas somente em torno de “o que une as mulheres pelo fato de serem mulheres” ou “o que separa as mulheres por sua condição social”, analisando os papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens e os atravessamentos entre gênero, etnia, raça, classe, entendendo que a libertação das mulheres está diretamente ligada à libertação econômica, política e social do seu povo (VIEZZER, 2003).

Dessa forma, a América Latina é um território que se formou diante de intrincadas relações sociais, marcadas pelas migrações forçadas de povos africanos, traficados como mercadorias, e tantos outros aspectos da colonialidade e da

²⁷ "Senhora, eu a conheço há uma semana. Todas as manhãs, a senhora vem com uma roupa diferente, mas eu não. Todos os dias a senhora chega pintada e penteada como alguém que tem tempo para ir em um salão de cabeleireiro muito elegante e pode gastar um bom dinheiro com isso; e, no entanto, eu não o faço. Vejo que todas as noites você tem um motorista em um carro esperando por você na porta deste estabelecimento para buscá-lo em sua casa; e ainda assim não tenho. E para se apresentar aqui como está, tenho certeza de que mora em uma casa muito elegante, em um bairro elegante, não é mesmo? E, no entanto, nós, esposas de mineiros, temos apenas uma pequena casa emprestada e, quando nosso marido morre, adoece ou é demitido da empresa, temos noventa dias para deixar a casa e estamos na rua. Agora, senhora, diga-me: a senhora tem algo semelhante à minha situação? Eu tenho algo semelhante à sua situação? Então, de que igualdade vamos falar entre nós, se a senhora e eu não somos iguais, se a senhora e eu somos tão diferentes? Não podemos, neste momento, ser iguais, nem mesmo como mulheres, você não acha?" (CORRALES, 2015, p. 70).

modernidade que transformaram a cosmovisão de diversos povos, na tentativa de unificar a existência. Pensar a relação entre raça, gênero e classe, são, portanto, categorias fundamentais, que podem ser relacionadas a outros marcadores de desigualdade, como sexualidade, origem étnica, idade, territórios, saúde, situação urbana ou rural.

Nesse contexto, o feminismo decolonial busca desvendar e desafiar as interseções do patriarcado com a colonialidade, propondo uma crítica ao feminismo ocidental e suas limitações em abordar as especificidades das mulheres do Sul-Global e das diásporas. Lugones (2014) amplifica esse entendimento ao afirmar que os sistemas de opressão não operam isoladamente, mas se entrelaçam, amplificando suas consequências nas vidas das(os) oprimidas(os). Assim, pensar sobre a América Latina é compreender um mosaico de identidades e resistências que foram moldadas e reformadas, através de embates entre a imposição colonial ocidental e as diversas tradições e perspectivas indígenas, africanas e orientais. Esse cenário nos desafia a entender a região não como um monolito cultural, mas como um espaço dinâmico de confronto, colaboração e criação contínua.

Esse movimento de pensar a realidade das mulheres agricultoras, sob a óptica do feminismo decolonial, é importante, pois as marcas do colonialismo, operado pela colonialidade, mantêm características que podem ser observadas, não só no processo de modernização do campo e das práticas agrícolas, mas, também, na exclusão das agricultoras de espaços, aos quais elas pertencem legitimamente. Assim, essas abordagens teóricas podem auxiliar na compreensão da estrutura social das famílias agricultoras e das vivências das mulheres agricultoras camponesas.

A próxima seção caracteriza as mulheres rurais, conforme a literatura selecionada sobre o tema, além de discutir sobre a divisão sexual do trabalho e sobre as violências que elas enfrentam.

4.2 Mulheres agricultoras camponesas: divisão sexual do trabalho e violências

Nesta seção, apresento a categoria de análise de mulheres agricultoras camponesas e discuto a divisão sexual do trabalho das famílias agricultoras e as diversas violências que transpassam as vivências destas mulheres.

Considero mulheres agricultoras da mesma forma que a FAO (2010), como aquelas que vivem em áreas rurais e geralmente estão associadas à agricultura, à

pecuária, à pesca, à coleta e ao processamento de alimentos, além de outras atividades relacionadas ao campo. Elas desempenham um papel fundamental em suas comunidades, contribuindo para a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a segurança e a soberania alimentar e o desenvolvimento rural (FAO, 2010).

No entanto, considero, também, que as mulheres agricultoras que entrevistei pertencem ao grupo das mulheres agricultoras camponesas, que, segundo Maria Nazareth Baudel Wanderley (2004), são aquelas que mantêm características do campesinato, um modo de agricultura erroneamente considerado isolado da sociedade em geral e fadado ao desaparecimento. As principais características observadas foram a produção para o autoconsumo e a venda de excedentes, o rendimento familiar indivisível, a pluriatividade e a diversificação dos meios de vida, as dinâmicas intrafamiliares com hierarquização baseada em gênero e geração.

Um fator importante que reflete nas relações entre mulheres e homens nos espaços rurais é a “indivisibilidade da renda” familiar (CHAYANOV, 1974). Dessa forma, a unidade de produção agrícola não paga um salário para as(os) suas(seus) membras(os), sendo a renda compartilhada e gerida por uma pessoa, geralmente o homem/esposo/pai. O conceito contribui para o entendimento da gestão da renda das famílias agricultoras, pois a indivisibilidade da renda ocorre devido à forma da produção agrícola, que envolve um conjunto de atividades interdependentes e complementares, realizadas pelas(os) membras(os) da família camponesa. Isso nos ajuda a compreender por que, muitas vezes, as relações de poder patriarcais permitem a concentração dos rendimentos da família nas mãos de apenas um dos membros, de forma que as mulheres, frequentemente, não têm acesso à renda, por elas gerada.

Dessa forma, as mulheres agricultoras camponesas estão inseridas em realidades específicas, e enfrentam desafios das desigualdades de gênero que estão relacionadas ao acesso limitado à terra, aos recursos produtivos, ao crédito, à educação e aos serviços de saúde. Além disso, enfrentam estereótipos de gênero e discriminação, o que pode restringir suas oportunidades e a participação nas decisões comunitárias e políticas. Dentro do grupo das mulheres agricultoras estão as mulheres rurais, ou mulheres da agricultura familiar, que desempenham papéis multifacetados e vitais, elas são agricultoras, produtoras de alimentos, cuidadoras, líderes comunitárias, preservadoras de conhecimentos tradicionais e dos agroecossistemas

em que estão inseridas. Muitas vezes, elas trabalham longas horas no campo e ainda são responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidado da família, que gera a elas uma dupla jornada de trabalho (BURG, 2005).

O Censo Agropecuário de 2017 revelou a importância das mulheres na agricultura brasileira. Do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, 674.118 são geridos por mulheres, em comparação com 3.038.303 geridos por homens. No entanto, é notável que 1.029.640 estabelecimentos são gerenciados, de forma conjunta, por casais, o que representa uma tendência na divisão sexual do trabalho das famílias. Regionalmente, o Nordeste se destaca com 392.016 estabelecimentos, cerca de 24,2%. Dessa forma, os dados demonstram que ainda há desigualdades de gênero significativas, especialmente na região Sul, onde o acesso das mulheres a terra é mais restrito (cerca de 12,2%). Essas disparidades são ainda mais evidentes quando se considera o tamanho da terra e a forma como ela é obtida. Em termos de área, os estabelecimentos rurais geridos por mulheres tendem a ser menores, concentrando-se em áreas de até 20 hectares.

Sobre a finalidade da produção, 1.145.696 estabelecimentos produzem, principalmente, para consumo próprio, enquanto 1.892.607 focam na comercialização. Em relação à cor e à raça, mulheres negras dirigem 62% dos estabelecimentos da agricultura familiar. As mulheres brancas vêm em seguida, com 35%, enquanto as indígenas e amarelas representam 2% e 1%, respectivamente. O Censo identificou que apenas 12,2% das mulheres receberam algum tipo de orientação técnica, a maior fonte dessa orientação técnica é de entidades governamentais, seja no âmbito federal, estadual ou municipal.

Os números apresentados pelo Censo Agropecuário de 2017 não apenas ilustram a realidade das mulheres no campo, mas, também, lançam luz sobre as complexidades e nuances das relações de gênero no ambiente rural. No entanto, para entender melhor o contexto dessas estatísticas é preciso adentrar a literatura sobre mulheres rurais.

Segundo o extenso levantamento de Lozano (2018), as mulheres rurais emergem como sujeitos políticos proeminentes, buscando reconhecimento e direitos em um ambiente frequentemente desigual. A autora também descreveu as mulheres rurais como residentes e trabalhadoras de áreas rurais, e principais responsáveis pelo trabalho doméstico, conforme Alie Van Der Schaaf (2003); como pessoas que seguem normas de conduta social tradicionais, conforme Lúcia Beatriz Ressel e Dulce Maria

Rosa Gualda (2003); que lutam por direitos previdenciários e pela visibilidade de seu trabalho, muitas vezes reduzido a uma "ajuda" aos homens da família, conforme Anita Brumer (2002); participantes de sindicatos rurais, geralmente influenciados pela Igreja Católica, conforme Valdete Boni (2004); e, entre diversas outras atribuições, mulheres rurais são protagonistas na produção de alimentos de boa qualidade, geralmente livres de insumos químicos, conforme Teresa Kleba Lisboa e Mailiz Gariboti Lusa (2010).

Além de compreender como o conceito de mulheres rurais é posto pela literatura, é crucial entender mais profundamente as nuances de sua posição na sociedade agrária. Dessa forma, é necessário investigar uma perspectiva mais detalhada sobre as complexidades enfrentadas por essas mulheres.

Anita Brumer e Gabriele dos Anjos (2008), por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre mulheres rurais na literatura brasileira, analisaram a reprodução social na agricultura familiar. As autoras encontraram diversos estudos evidenciando que as mulheres rurais, geralmente, ficam excluídas da divisão das terras de seus pais, pois não são reconhecidas como herdeiras e/ou sucessoras, a não ser que se casem com um homem. Além disso, as autoras desvelaram outras situações de discriminação de gênero, por exemplo, o trabalho das mulheres é considerado como complementar ao do homem, servindo de auxílio ou ajuda às atividades masculinas que promovem e geram ganho econômico na propriedade rural. O entendimento de que o trabalho das agricultoras é uma "ajuda" ao esposo é tão enraizado, que elas mesmas, muitas vezes, referem-se ao próprio trabalho como auxílio, demonstrando que ainda existe a noção de que o homem é quem faz o trabalho principal.

Maria Ines Silveira Paulilo (1987), em sua dissertação de mestrado, analisou as relações sociais de famílias agricultoras de Sergipe. Assim, a autora concluiu que para as mulheres foram outorgados os afazeres do âmbito privado, atividades de cuidado dos filhos, dos idosos, da alimentação e da casa, classificados enquanto trabalhos "leves". Para os homens, foram imputadas atividades de gestão e gerência, de forma que eles se tornaram os tomadores de decisões sobre a produção e o controle da unidade familiar de produção, sendo seu trabalho identificado como "pesado". Uma hierarquia, que classifica o trabalho, não pela sua complexidade ou tempo despendido na sua realização, mas sim pela função social do gênero que o performa, reforça estereótipos patriarcais, sexistas e desiguais, que geram a desvalorização do trabalho das mulheres.

Referente à divisão sexual do trabalho, Paulilo (2004) analisou a categoria do trabalho familiar, no qual as agricultoras estão inseridas, uma vez que seu local de trabalho é no espaço privado: em casa, a cargo das atividades domésticas e de cuidado, dos quintais, dos pomares e das hortas. Assim, a autora afirma que aos homens, tidos como “chefes da família”, coube o trabalho na lavoura ou na pecuária, com produção de bens para o mercado, ou seja, as atividades que geram renda, ficando destinada às mulheres, engendradas como dependentes ou auxiliares, a esfera doméstica, as tarefas gratuitas de cuidado, que são percebidas como dever. Dessa forma, estabeleceu-se uma divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, sendo aquele o que auferia renda, executado, em boa parte, fora da unidade domiciliar pelo homem adulto; e esse, o reprodutivo — ou improdutivo —, a atividade considerada de subsistência e realizada pelas mulheres no âmbito da unidade domiciliar.

As estatísticas, frequentemente, subestimam a contribuição da força de trabalho feminina na agricultura. Uma das explicações para isso pode ser que a área ao redor das casas é como uma extensão das residências, não havendo diferenciação entre o trabalho que as mulheres fazem em casa do trabalho que fazem nas hortas, quintais, pomares e estufas, classificando tudo como trabalho doméstico. Além disso, o trabalho das mulheres, quando classificado como produtivo, geralmente, é considerado como ajuda e fica em um lugar subsidiário ao trabalho dos homens. No entanto, Paulilo (2013) afirma que as mulheres realizam a maior parte do trabalho agrícola nos países em desenvolvimento, muitas vezes contratadas como temporárias durante as colheitas, de forma que esse trabalho sazonal também é interpretado como uma "ajuda" ao orçamento familiar.

Para Silvia Federici (2019), o trabalho doméstico/reprodutivo é uma manipulação dissimulada, uma violência sutil do capitalismo, pois, não apenas o impôs às mulheres, como também forjou o entendimento de que é atributo feminino essencial, um verdadeiro ato de amor, e, assim, não é trabalho, não sendo, por isso, remunerado. Ainda, segundo a autora, o trabalho doméstico, invisível e desvalorizado, é essencial à lógica capitalista, pois abrange, além de atividades de limpeza e alimentação, uma esfera do cuidado emocional e sexual, responsabilizando as mulheres pelo cuidado com o corpo e com a mente das(os) trabalhadoras.

A invisibilidade do trabalho feminino pode ser entendida através de sua não valorização econômica, ou seja, por sua categorização como reprodutivo e

responsável pela unidade doméstica. Em diversos estudos sobre a estrutura social das unidades familiares da agricultura, a produção é organizada em torno de uma disparidade de divisão sexual do trabalho, de tempo e relevância de cada atividade, sendo a oposição feminino e masculino a principal determinante da alocação da força de trabalho (SCHAAF, 2001).

Para Maria José Carneiro (2001), o trabalho feminino pode ser realizado em condições semelhantes ao masculino, entretanto, a participação das agricultoras não é modificada na hierarquia familiar. Mesmo quando as mulheres assumem por completo as atividades agrícolas, sua condição nos espaços públicos e privados, geralmente, permanece subsidiária à dos homens, sendo eles pais, irmãos ou esposos. Tal assertiva corrobora com o fato de que a desigualdade entre os gêneros está calcada na invisibilização social do fazer feminino, nos valores e nas práticas que sustentam a sociedade de cunho patriarcal.

Já Elizabeth Jelin (1995) afirma que existem expectativas diferentes em relação ao trabalho de homens e mulheres, tanto nos espaços rurais quanto nos espaços urbanos, pois em ambos existe a divisão sexual do trabalho. No contexto da organização patriarcal da unidade produtiva familiar, concede-se ao homem/pai o posto de arranjo e direção dos ofícios das(os) demais membras(os) da família, e à mulher, a responsabilidade pelas atividades reprodutivas, que, mesmo se mesclando com as produtivas, ficam restritas ao espaço doméstico privado.

Em múltiplos estudos sobre o rural, é possível verificar como o trabalho desempenhado pelas mulheres, na agricultura, é considerado como ajuda ou apoio, sendo assim desvalorizado e visto como complementar. Segundo Aline Motter Schmitz (2014, p. 20), as relações desiguais de gênero fazem com que mulheres desempenhem “funções menos valorizadas, que geram pouca renda, embora sejam funções fundamentais, tanto no trabalho produtivo quanto no reprodutivo”. A autora afirma, ainda, que o “trabalho das mulheres é explorado simplesmente pelo fato de serem mulheres, justificando-se a divisão sexual do trabalho a partir da visão patriarcal de mundo”, na qual elas estão sujeitas a duplas ou triplas jornadas de trabalho, e que essas são invisíveis “aos olhos da família e da sociedade” (SCHMITZ, 2014, p. 129).

Na organização patriarcal da agricultura familiar, o homem/pai é, geralmente, responsável pela organização e direção das atividades das(os) demais membras(os) da família, enquanto as mulheres assumem a responsabilidade pelas atividades reprodutivas, que, apesar de se misturarem com as atividades produtivas, são

predominantemente realizadas no espaço doméstico. Nesse sentido, o trabalho realizado pelas mulheres é, frequentemente, considerado como ajuda ou suporte e, portanto, desvalorizado, sendo visto como complementar. A desigualdade de gênero resulta em mulheres assumindo trabalhos menos valorizados, como a horta e o cuidado com a família, o que torna seus esforços invisíveis. A divisão sexual do trabalho é justificada por uma visão patriarcal de mundo, que explora o trabalho das mulheres, simplesmente porque elas são mulheres. Como resultado, as mulheres são frequentemente sujeitas a duplas ou triplas jornadas de trabalho que permanecem invisíveis para a família e para a sociedade em geral (JELIN, 1995; SCHMITZ, 2014).

Através das entrevistas que realizei com as mulheres agricultoras camponesas, pude identificar que diversos aspectos da literatura sobre mulheres rurais agricultoras se aplicavam em minha região de estudo. Notei que as longas horas de trabalho na produção de alimentos, o trabalho doméstico e de cuidados com as(os) filhas(os), esposos, familiares e terceiros, alinhado à falta de acesso à carteira de habilitação, são alguns dos entraves para uma participação mais ativa das mulheres em espaços públicos, constituindo-se como o maior deles a dupla ou a tripla jornada de trabalho. Nos casos que investiguei, a responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidados raramente era dividida com os esposos, assim, elas, geralmente, não tinham disponibilidade e liberdade para participar de reuniões e congressos, especialmente se eram outra cidade: *"eu não sou muito de sair, porque se eu sair fica tudo que tenho para fazer, e se eu não faço, não tem quem faça"* (ROSA VERMELHA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022). Dessa forma, muitas delas trabalham nas hortas, nos quintais, no beneficiamento dos alimentos e na comercialização, mas não têm participação tão ativa em espaços públicos e de decisão (até mesmo nas cooperativas e organizações sociais as mulheres eram conhecidas como: a "esposa de..." ou a "filha de..."), invisibilizando sua participação na agricultura familiar camponesa.

Nas famílias das mulheres entrevistadas, foi possível identificar que o trabalho doméstico e de cuidados é, majoritariamente, responsabilidade das mulheres. Em algumas ocasiões, quando os esposos estavam presentes nas entrevistas, eles diziam que também "ajudavam" no trabalho da casa e da horta ou dos quintais. O termo ajudar demonstra que a principal encarregada dessa tarefa é a mulher, enquanto o homem apenas a auxilia, da mesma forma, o homem é o encarregado do trabalho agrícola "pesado", sendo que a mulher o auxilia. Essa divisão sexual do trabalho se reproduz em distintos contextos sociais da agricultura familiar.

Dessa forma, o trabalho nas hortas, geralmente, fica a cargo das mulheres. Para algumas das agricultoras entrevistadas, plantar as "miudezas", que são os alimentos produzidos na horta, era "coisa de mulher", e, quando a atividade passou a ser lucrativa, a família começou a investir mais tempo e trabalho na prática. As falas das agricultoras denotam a dupla jornada e trabalhos simultâneos, como por exemplo o caso de Alecrim (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022), uma das agricultoras entrevistadas, que tinha que levar o filho para a roça com apenas 60 dias de vida e deixá-lo em uma caixa enquanto trabalhava: *"No carrinho nada, em uma caixa tipo essas de feira assim [...] com 60 dias ele já ia na roça, pois eu precisava levar ele para a roça."*

Alecrim (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) também contou como as expectativas sociais referentes à divisão sexual do trabalho têm influência na vida familiar. Ela relatou que quando começou a dirigir, sua família ficou surpresa e, até mesmo, incomodada com a ideia de uma mulher conduzindo veículos. No entanto, a interlocutora destaca como ter a habilidade de dirigir lhe trouxe mais liberdade e a capacidade de ajudar sua sogra quando necessário.

[...] quando nós compramos o carro, o primeiro dia que eu peguei o carro, o meu sogro, Deus me livre. [Ele falou:] "Mulher não era para dirigir! Já viu a mulher nem [deveria] sair de casa. Como é que mulher vai dirigir?" A minha sogra nossa, ela dizia assim que eu queria dirigir, porque a minha cunhada tinha carteira. Daí elas diziam, ela e a minha cunhada, diziam que eu queria aprender a dirigir porque a outra sabia, porque era inveja. Hoje em dia, ela agradece isso, porque quando ela precisa eu tenho que levar ela para receber a aposentadoria, eu tenho que levar ela consultar, eu tenho que levar ela. Então, as coisas vão mudando (ALECRIM, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

O relato da agricultora demonstrou que a desigualdade de gênero é um impeditivo, para as mulheres, de realizar atividades simples, que os homens desempenham livremente. A fala do sogro de Alecrim também mostra que a crença de que as mulheres devem permanecer em espaços privados era comum em gerações passadas, e que a sua participação nesses lugares, representando sua classe e falando sua opinião, gera tensionamentos, pois a estrutura de poder está sendo questionada. Seu relato mostra que, muitas vezes, mulheres próximas reproduzem atitudes e falas machistas, demonstrando que a conscientização sobre as desigualdades de gênero ainda avança a passos lentos, também, entre nós mulheres.

A cristalização dos papéis sociais de gênero tem vários fatores. A responsabilidade do trabalho doméstico e o julgamento de outras mulheres e familiares contra aquelas que não conseguem atender às expectativas do que é considerado ser uma boa esposa e uma boa mãe acaba gerando uma sobrecarga de trabalho para essas mulheres, principalmente no âmbito da agricultura familiar. Além disso, atividades como a horta são frequentemente subjugadas, pois existe grande dificuldade de mensuração do trabalho das mulheres, devido à convenção de que atividades agrícolas de autoconsumo são uma extensão do trabalho doméstico e que não fazem diferença para a renda da família (PAULILO, 2016b).

Ainda, quando questionamos sobre a rotina delas, vimos que acordam desde muito cedo, fazem café da manhã, tiram leite, limpam a casa, vão para a horta, depois fazem o almoço e outras tantas atividades ligadas à reprodução da família e à produção agroecológica. Assim, com base na literatura sobre mulheres rurais e em minhas investigações de campo, pude constatar que o trabalho das mulheres, frequentemente, não é valorizado pela sociedade, mesmo quando elas desempenham mais tarefas do que os seus companheiros.

A divisão sexual do trabalho faz com que as agricultoras acreditem que muitas tarefas não são trabalho, são serviços, pois elas estão servindo a sua família. Na conversa com Margarida (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022), pude identificar um exemplo clássico de divisão de papéis de gênero, em que ela é responsável pela horta e pelo trabalho doméstico, pois, segundo ela, a horta é vista como uma atividade "de mulher", o que sugere o enraizamento de estereótipos de gênero em sua comunidade e família, principalmente entre pessoas de mais idade. Maria Emília Lisboa Pacheco (2009) já havia identificado esses estereótipos, pois o trabalho com a horta, geralmente, é voltado para a alimentação da família e fica mais perto da casa, o que possibilita que as mulheres deem conta das atividades domésticas e do trabalho com a horta.

Sobre a divisão de trabalho dentro da sua família, Magnólia (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) contou que é responsável pela maior parte das tarefas, tanto dentro quanto fora de casa. Ela faz uma descrição detalhada do que faz durante o dia, desde que acorda até a noite, demonstrando que a divisão sexual do trabalho sobrecarrega as mulheres com o trabalho doméstico e de cuidado, o que as faz ter menos tempo de descanso e para cuidar de si:

[...] de manhã, eu levanto e já faço chimarrão. Chimarrão e café. Agora que ele estava doente eu já ia terminar de tomar café, daí eu ia tratar os bichos, porque ele não aguentava. Eu já ia cortar e buscar pasto para os bichos. [...] Dentro de casa, ele não fazia nada. Ele ajudava um pouco ali fora. Dentro de casa, ele não faz nada. Ele faz o serviço, tipo tratar os bichos, se tiver que cortar uma grama, ele corta. Ele não me deixou cortar. Se tiver que colher, tipo uma coisa que eu não consigo levar, ele leva. [...] Eu trabalho o dobro que ele. O dobro do que o que ele faz no trabalho. Eu trabalho muito mais que ele, porque chega de noite eu vou ajudar ele a tratar os bichos, aí a gente entra em casa e eu vou lavar louça, eu vou fazer comida e ele deita no sofá. [...] Ele não lava, não tira nem o prato da mesa (MAGNÓLIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

A entrevista mostra como a divisão sexual do trabalho ainda é uma realidade em muitos lares da agricultura familiar. Além disso, o relato de Magnólia (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) externa como as mulheres, geralmente, enfrentam diversos obstáculos para exercer sua autonomia e tomar decisões, especialmente quando existe o controle por parte de homens em posições de poder. Para Lavanda, a obrigação do trabalho doméstico e de cuidados ser das mulheres é uma construção machista, ela comenta que recebe cobrança dos filhos para que ela cuide do esposo e, caso precise sair de casa por alguns dias, precisa deixar a alimentação e o trabalho doméstico pronto para que o esposo não precise fazer nada:

Muitas vezes, eu deixo de ir ali tomar um lanche para não ter que dar satisfação [...] Meu filho tem dó dele [do esposo], que antes ele saía para os bailes e matinês, mas ninguém pensa que eu também fico sozinha. Eu gosto de ficar sozinha [...] Então, assim, meu filho vem muito lá do pai [parecido com ele], é machista! Se eu sair, primeiro eu tenho que pensar o que que o pai deles vai comer, o que que o pai deles vai fazer? Se vira, está tudo aí! Na realidade, teria que ser assim (LAVANDA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Isso mostra que as mulheres, frequentemente, deixam de fazer coisas por si mesmas para dedicar seu tempo com o cuidado de terceiros, mesmo quando estes são adultos. A pressão feita pelos filhos para que Lavanda fique cuidando do esposo demonstra que, para eles, é o dever da esposa desempenhar esse papel, uma construção social passada de geração em geração e naturalizada por relações sociais dadas em ambientes diversos, como as igrejas, por exemplo. Além do empenho com o trabalho doméstico e de cuidados, Lavanda ainda é a linha de frente da produção agrícola de sua propriedade e é responsável por pagar as contas da casa em dia, mesmo que estas sejam atividades socialmente consideradas masculinas.

Durante a pesquisa, percebi que o trabalho doméstico e de cuidados ainda priva as mulheres de participar das lutas coletivas que elas ajudam a construir. Esses

relatos remontam às reflexões de Federici (2019), que expõe que o trabalho não remunerado é invisível, que é realizado dentro dos lares, reproduzindo o modelo de sociedade capitalista. As mulheres geram, dão à luz, educam, alimentam e cuidam de novas trabalhadoras, que logo estarão inseridas nesse mesmo sistema.

O trabalho desempenhado pelas mulheres é uma combinação de "serviços físicos, emocionais e sexuais" (FEDERICI, 2019, p. 45) que cria a personagem da dona de casa, a qual é medida e avaliada conforme a excelência que ela executa essas tarefas e reclama ou não delas. A lógica implantada no imaginário social e passada de geração em geração é que toda mulher deve ser uma serva que faz tudo em nome do amor e da estima pela instituição do casamento, mesmo que isso lhe custe sua saúde física e mental.

Outro aspecto a ser observado é a relação de poder dentro da família. Flor-de-lis (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) contou que, no passado, seu pai tomava todas as decisões sem considerar a opinião da família, mas que isso mudou com o tempo. No entanto, ela também menciona que, em certas situações, as mulheres ainda evitam questionar as decisões do pai, mesmo quando discordam delas. Ela, ainda, revela a desigualdade de gênero e a falta de oportunidades para as mulheres rurais, como a prática de homens herdarem terras e as mulheres ganharem o acesso a estudos ou o enxoval. Além disso, por muito tempo as agricultoras não tinham o direito de estudar, pois as escolas ficavam em espaços urbanos e públicos, locais reservados somente aos homens: "*[...] nós éramos mocinhas e íamos para a lavoura. A aula era só no Verê, e daí a gente não ia porque era moça e só os rapazes que podiam estudar. [...] [A escola] Era longe daqui, era só mato [...]*" (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022). Essa fala revela que nesse impedimento de deixá-las estudar havia o medo de que elas sofressem algum abuso ou violência, ou apenas pela ideia de que elas deveriam ficar em casa para desempenhar trabalhos domésticos e na lavoura. Com isso, por muito tempo, as mulheres rurais foram privadas do ensino formal.

Também no acesso à terra isso se reflete, pois, geralmente, a herança e a sucessão são partilhadas apenas entre os irmãos homens, de modo que as mulheres acessam a terra pelo casamento ou mesmo são destituídas dessa possibilidade. Girassol contou que para ter acesso à terra, ela teve que comprar parte da área que era de seus avós, pois a herança foi dada apenas para os filhos homens:

[...] nós não fomos herdeiros, o meu nono [avô], pai da mãe, deu para os homens da família, irmãos da minha mãe, e o pai do meu pai vendeu. Então a gente [...] o pai e a mãe com muito sofrimento compraram um alqueire, depois compraram mais dois [da terra que deveria ter sido dada como herança] (GIRASSOL, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Flor de Maracujá (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) contou que era uma prática comum as mulheres receberem um enxoval, uma vaca, máquina de costura ou estudos como herança, mesmo quando trabalhavam nas terras junto com os irmãos. Isso acontece, segundo ela, pela descrença de que mulheres teriam condições intelectuais e emocionais para manter uma propriedade rural em funcionamento.

Nesse sentido, podemos observar que se estende a relação do "pai-patrão", figura conceituada por Ellen Fensterseifer Woortmann e Klaas Woortmann (1997), quando descreveram as relações sociais de famílias agricultoras de Sergipe, através de um estudo etnográfico. O estudo identificou que a hierarquia doméstica da agricultura familiar determinava o homem como pai e patrão, o qual ditava as atividades para as(os) demais membras(os) da família, subordinados a ele. Assim, os homens são relacionados a uma figura de autoridade, que tem poder para decidir e falar pelas(os) demais membras(os) da família, e, em consequência disso, as atividades desempenhadas por eles são vistas com maior valor perante a sociedade.

O que se percebe é que violências como essas e outras são enfrentadas pelas agricultoras camponesas de geração em geração. Elas são vistas como especialistas em trabalhos de cuidado, sejam eles quais forem, e que profissionalmente, elas são menos competentes. Em algumas entrevistas, pude perceber que as mulheres são percebidas como incapazes de tomar decisões e de ter voz ativa nas questões da família e do trabalho, enquanto os homens se sentem os únicos responsáveis por essas tarefas.

O que é plantio, limpar e organizar as terras ou decidir o que vai plantar é ele, ele decide sozinho. O que ele quer plantar, a quantidade que ele quer plantar, é ele, e eu cuido dentro de casa (ROSA VERMELHA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Alecrim (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) relatou que no início do seu casamento, o sogro determinava tudo, até mesmo as compras no mercado. A ação dos homens como "chefes da casa" se estende para diversas esferas da vida dos familiares, em especial às mulheres.

É difícil e, assim, ainda nós mulheres elegemos homens. Porque eu sempre digo, se nós somos a maioria de mulheres nós devíamos ter a maioria de mulheres no congresso, nas câmaras de vereadores, na Câmara Legislativa, e não temos. É sinal que nós mulheres continuamos votando em homens. O marido decide o voto e a família acompanha (FLOR DE MARACUJÁ, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Rosa Vermelha (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) demonstrou que, muitas vezes, as mulheres agricultoras querem participar de movimentos sociais, mas, infelizmente, não conseguem conciliar as atividades devido à falta de apoio e ao envolvimento dos esposos nas atividades domésticas e de cuidado. Isso é mais uma evidência de uma divisão sexual do trabalho em que as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, enquanto os homens são responsáveis pelo trabalho fora de casa.

[...] a agroecologia tem um trabalho que quer trazer a mulher para dentro, mas a gente tem dificuldades de não conseguir se inserir, por conta das crianças, dos serviços, às vezes a gente não consegue sair, e participar (ROSA VERMELHA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Quando perguntei para a Rosa Vermelha (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) sobre a divisão de trabalho doméstico, ela respondeu que tudo é feito por ela, inclusive o trabalho de cuidado com as(os) filhas(os). Quando a interlocutora não está em casa ou precisa de auxílio, ela divide a carga de trabalho com a(s) filha(s), como já evidenciado em estudos anteriores (KEMPF, 2022; DEMETRIO, 2022). O esposo de Rosa Vermelha é responsável pelo gerenciamento da renda da família e pelas atividades em espaços públicos, demonstrando uma divisão sexual do trabalho bastante rígida, apesar do trabalho da família com agroecologia. Para ter autonomia e independência financeira, ela vende os alimentos que produz na horta e trabalha como diarista, além de sua jornada de trabalho como agricultora. Apesar do acesso dela a debates de gênero, principalmente através da Rede Ecovida, a relação de poder em sua família permanece desigual, pois sua entrevista denota que a maior parte das decisões da família são tomadas por seu esposo.

A fala de Rosa Vermelha (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) aponta que o trabalho na horta é visto como parte do trabalho doméstico, pela proximidade com a casa e por seu objetivo principal ser a alimentação da família. Diversas pesquisas já evidenciaram esse movimento, como, por exemplo, Paulilo (1987), Renata Menasche *et al.* (1996), Pacheco (2009), Herrera (2017), e muitas outras pesquisadoras que se

dedicam aos estudos de gênero nos espaços rurais. Isso demonstra que com o passar dos anos, mesmo com o empenho do movimento feminista e as ações dos movimentos agroecológicos, as relações de poder nas famílias agricultoras são pouco alteradas.

Nesse sentido, os casos estudados demonstram que mesmo com a luta constante do movimento feminista dentro da agroecologia, em muitas situações isso não é o suficiente para transformar os papéis de gênero socialmente estabelecidos. Para Rosa Vermelha (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022), a agroecologia sozinha não aumenta a autonomia das mulheres, mas sim, combinada com o diálogo e a vontade de fazer as mudanças acontecerem, e, por conseguinte, equaliza a sobrecarga de trabalhos que recai sobre as mulheres.

Em alguns casos investigados, existe a dissimulação e a subversão dos valores da agroecologia, pois, em público, os homens se comportam de forma progressista, mas, dentro de suas casas, têm atitudes sexista: não deixam suas esposas expressarem suas opiniões, controlam o dinheiro, humilham suas companheiras e, até mesmo, chegam a agredi-las física e psicologicamente. Diante desses casos, observo que, muitas vezes, nós, que atuamos no movimento da agroecologia, temos dificuldades em identificar possíveis casos de violência de gênero, pois alguns homens não demonstram publicamente seus preconceitos.

Um aspecto muito importante que observei em diversas entrevistas e nos diálogos é a violência à que as agricultoras camponesas estão expostas. Em alguns momentos elas suportam essas violências, pois não veem condições de se manter no trabalho rural sozinhas, algumas por não serem as donas da terra e outras pela dependência financeira.

As violências enraizadas são passadas de geração em geração pela naturalização dos abusos e por considerar que as mulheres devem satisfazer os esposos e cuidar de suas famílias. No caso comentado, a interlocutora chegou a ficar gravemente doente, pois sua saúde mental estava se deteriorando diante de tanto sofrimento. Ela relatou que tinha vergonha de contar para as pessoas o que passava e só teve coragem de contar para o médico psiquiatra que lhe atendeu. O sistema de saúde é uma das principais ferramentas de enfrentamento contra a violência que as mulheres sofrem, por ser um lugar em que elas se sentem seguras e acolhidas. Através do contato com profissionais de saúde, ela entendeu que poderia dizer não

para os abusos que sofria, ela aprendeu que tinha o direito de escolha e que não era obrigada a satisfazer seu esposo a qualquer custo.

A dependência financeira foi um dos principais fatores que fez com que a interlocutora aguentasse os abusos por tanto tempo. Com os filhos pequenos e sem estudos, ela não tinha coragem de se separar do marido, pois tinha medo de não poder sustentá-los, além disso, ela ama o trabalho que desempenha na horta e como a terra é de seu esposo, caso ela se divorciasse, perderia também o seu meio de vida e trabalho. Depois que os filhos cresceram, ela relatou que eles não deixaram que ela se separasse: "*[...] os filhos não aceitam, porque daí ele vai ficar sozinho, eles vão ter que fazer comida pra ele, vão ter que [...] [cuidar], aí o que eu vou fazer da minha vida*" (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Para a interlocutora, era normal sofrer abusos e violências, pois seu papel como esposa era o de suportar tudo sem reclamar, além disso, ela testemunhou sua mãe passar por violências parecidas com seu pai, que era alcoolista, assim como seu esposo também foi. A agricultora camponesa contou que sua vida melhorou depois que ela teve acesso à agroecologia, pois para ela quem a salvou foi a sua horta:

Então, depois de anos de tratamento, eu comecei a andar com as minhas pernas, fazer o que eu queria [...] quem me salvou foi a minha horta. [...] Muita gente diz que eu mudei muito depois que eu comecei na horta, a sair ver as outras propriedades, ver como é que as mulheres trabalhavam. Porque na verdade a gente se torna escrava da gente mesma [...] achando que tem que fazer aquilo que os outros dizem, está bom para os outros e não está bom para você, mas você faz igual. E não é, não é assim que funciona, uma hora você vai ter que confrontar tudo, é só você ter a vez e a voz que você faz mudar. [...] Então, a partir disso aqui eu me tornei, digamos assim, mais corajosa. Eu consigo dizer não se eu acho que não está certo ou eu não quero. Hoje tenho essa iniciativa (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Mas, a mudança é acompanhada por diversos desafios, principalmente em uma sociedade em que violências de gênero são naturalizadas e tratadas como parte da personalidade dos homens. É importante ressaltar que as violências enfrentadas pelas agricultoras camponesas são múltiplas e complexas, elas vão de formas mais evidentes, como a violência física e sexual, até formas mais subjetivas, como a violência psicológica, emocional e patrimonial. Algumas agricultoras relatam que passam dificuldades para serem levadas a sério por seus companheiros, que desdenham de suas capacidades e de sua inteligência. Esse tipo de violência faz com que as agricultoras percam a confiança em si mesmas, que duvidem de suas

habilidades e, muitas vezes, caem-se quando poderiam contribuir para o desenvolvimento da agroecologia em suas casas e em suas comunidades.

Uma das interlocutoras relatou que seu esposo não deixa que ela participe de reuniões e congressos em outras cidades, pois ele não aceita ficar em casa cuidando das(os) filhas(os) e da propriedade. Apesar disso, ela sempre tenta participar, mas é difícil devido ao trabalho doméstico, de cuidados e com a horta. Seu relato demonstra que ela tenta dar conta de tudo, abraçando várias jornadas de trabalho, mesmo não se sentindo valorizada:

Ele sabe que eu consigo fazer tudo, ele sabe que eu faço, que eu decido, que eu vou, que eu volto, e assim, eu preciso dele, esses dias eu falei para ele, eu preciso de você como marido, porque para outra coisa eu não preciso. Alguém para conversar, para me abraçar, para me dar carinho, porque para trabalhar eu não preciso de você, você sai, fica uma semana fora, você vem para casa, você não vê diferença nenhuma, porque o sítio está cuidado, os bichos estão tratados, as meninas estão bem, o carro está abastecido, as contas estão sendo pagas, tua mãe precisou e eu levei e voltei. Assim, eu não preciso dele, eu não sou dependente dele. E daí chega um ponto que ele se acomoda, tipo assim, trazer as meninas do médico, ele nunca veio (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Em algumas ocasiões, as mulheres entrevistadas contaram que já foram silenciadas, tanto em espaços públicos quanto em espaços privados. Foram mencionadas ocasiões em que os esposos pediram para que elas não falassem em público as suas ideias, o que pensavam e o que poderia ser feito diante de determinados problemas: "*[...] ele não gosta, ele não gosta que em público eu fale*" (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022). Em espaços públicos, observei que não é incomum sobrepôr as mulheres quando estão falando, direta ou indiretamente. Levantar questões como violência doméstica e o direito de reconhecimento das agricultoras por seu trabalho gera tensões e desconfortos, e algumas agricultoras afirmam que os esposos preferem não as acompanhar quando sabem que algum curso ou palestra, realizado pela COOPERVEREDA, Rede Ecovida ou ASSESOAR, vai abordar a temática de mulheres rurais e relações de gênero.

As interlocutoras da pesquisa contaram sobre diversas formas de violência que sofrem em seu cotidiano. Uma delas relatou sobre a falta de apoio no trabalho e sobre a violência psicológica que sofreu do marido, que a insultava e a fazia se sentir inferior, além de, por vezes, chegar a agredi-la fisicamente:

[...] não me ajudava a carpir, em nada, nós brigávamos, nos xingamos, essas coisas, coisa que sempre fui tolerando. Eu por mim [...] tinha me separado já, nas primeiras traições [...] além de tudo, bebe, é alcoólatra [...] já me deu umas estranguladas, nós tínhamos uma outra casa de madeira aqui, assim, daí ele me encostou na parede ali, mas eu aprendi que não se enfrenta nessas horas [se referindo a embriaguez do marido] [...] Às vezes, ele me empurrava da cama e eu tinha que dormir no chão, e ficava quieta pra não fazer alarme, para os filhos não verem (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Outras agricultoras também relataram passar por casos de violência doméstica em seu convívio e sentir impotência e medo de perder pessoas da família, devido à violência presente no espaço doméstico e pelas informações constantes sobre os diversos casos de feminicídios que acontecem na região²⁸: *“[...] uma noite ele agrediu ela, tentou matar ela, sabe? Ela chegou aqui outro dia com o pescoço todo preto”* (FLOR DE MARACUJÁ, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022). Ouvir relatos de agressões físicas, situações vexatórias em público e ameaças de morte não é incomum para elas e para diversas mulheres que sofrem com a colonialidade de gênero, que opera em diversos âmbitos sociais, econômicos, políticos e outros. Flor de Maracujá relata um caso que vivenciou:

Não tem aquela força de sair dessa situação [...] Nós só ficamos sabendo que realmente ele tentou matar ela. Eles dizem: “eu te bato porque você fez isso”. Daí eles conseguem ser tão convincentes, porque você acha que procurou, você sente como se você tivesse provocado essa situação. [...] Não, eu sempre dizia para as minhas filhas, desde pequenininhas: “antes de casar, a mulher tem que ser emancipada, você tem que ser independente, ter seu trabalho”. Pode não ser uma maravilha, mas deu para viver? Beleza. Porque daí você não tem que aguentar a humilhação. Você fica enquanto é bom, se não está bom, acabou. Pronto. Não é porque as nossas mães, as nossas avós tiveram que passar por isso, que temos que passar também. [...] Agora eu não tenho que ficar apanhando, não tenho que ficar sendo humilhada e nem nada. Por isso que é tão importante, hoje em dia, essa mulherada que vai trabalhar fora (FLOR DE MARACUJÁ, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

O trecho da entrevista mostra que a agricultora buscou não reproduzir a resignação de mulheres de outras gerações, que, principalmente por não ter acesso à renda, sentiam-se presas e obrigadas a permanecer em relacionamentos violentos. Para ela, foi importante ensinar para suas filhas a busca por emancipação financeira e independência, na tentativa de protegê-las de possíveis abusos conjugais. A

²⁸ Sudoeste do Paraná: 1º lugar em violência contra a mulher. Disponível em: <https://jornaldebetrato.com.br/policiais-arquivo/sudoeste-do-parana-1-lugar-em-violencia-contra-a-mulher/>.

entrevista também demonstra o valor que Flor de Maracujá (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) dá para o trabalho feminino, entendendo que o acesso à renda é uma ferramenta contra a perpetuação da violência doméstica.

Além disso, a fala dela deixa explícito como o acesso a debates sobre gênero e feminismo podem influenciar positivamente na vida de mulheres em situações vulneráveis. Ademais, ressalta a importância da luta feminista na busca por igualdade de gênero, tanto no ambiente doméstico quanto no trabalho. A história narrada por Flor de Maracujá (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) evidencia a necessidade de ações para garantir a segurança e a autonomia das mulheres em relação ao trabalho e à vida pessoal, principalmente no âmbito da independência financeira. Nesse contexto, observa-se que a violência patriarcal da colonialidade opera sobre os corpos das mulheres agricultoras camponesas, uma vez que a autoridade concentrada nos homens da família as priva de liberdade e autonomia.

No âmbito do trabalho agrícola, Flor de Maracujá (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) contou que plantava milho, uma atividade que exige grande esforço físico e conhecimento técnico, mas, mesmo assim, seu trabalho era considerado "ajuda" e essa atividade era vista como "coisa de homem". Os trabalhos de "homem" e de "mulher" são classificações que recebem o mesmo marcador de gênero que Paulilo (1987) identificou em suas pesquisas, nas classificações que ocorriam para referir as atividades como "leves" e "pesadas". A agricultora mencionou que chegou a enfrentar o esposo uma vez, quando ele não se dispôs a auxiliá-la em uma das atividades da horta:

[...] e eu falei [...] eu sei que você não dá valor para o meu trabalho. Eu sei que trabalho de mulher não tem valor. Que a horta não tem valor. Você come todo dia o que eu tiro daqui, mas você não lembra disso. E de vez em quando a gente tem que dar uma virada na mesa (FLOR DE MARACUJÁ, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Flor de Maracujá (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) também comentou que existem atitudes machistas em ambientes profissionais, como a oposição à presença de mulheres em posições de liderança, além do desinteresse de alguns homens sobre temas relacionados a mulheres rurais, como palestras e seminários. As falas dela demonstram que as mulheres parecem reconhecer que a discussão sobre gênero ainda precisa ser reforçada e que o machismo está presente, mesmo quando se busca superar essas questões no âmbito da agroecologia.

Partir da perspectiva da colonialidade de gênero permite que entendamos as especificidades que atravessam a vida das agricultoras camponesas, considerando aspectos como: exclusão de decisões de produção e da herança de seus pais; privação da posse de terras; falta de acesso à renda, à assessoria técnica, à educação e à saúde; dependência de outros para sua mobilidade, por não possuírem carteira de habilitação; jornadas de trabalho extensivas que, frequentemente, são consideradas apenas como "ajuda", além da violência física, psicológica, patrimonial e sexual à que muitas são submetidas.

As observações e as entrevistas também demonstram que as agricultoras camponesas formam uma resistência diante desse cenário, insistindo na agroecologia, mesmo quando seus companheiros tentam "boicotar" seu trabalho:

Sou certificada há, mais ou menos, uns oito anos. Na verdade, aqui sempre foi agroecológico e só demorou mesmo o processo da certificação [...]. No início, lembro que não podia passar secante nem nada, e ele foi lá e passou, daí tive que esperar mais um tempo para certificar [...]. Ele diz que foi pra fazer o que tinha que ser feito ali, agora na verdade não sei, porque ele sabia que não podia passar, mas foi lá e passou. Ele achava que não era sério esse negócio (LAVANDA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

A fala da interlocutora demonstra como as violências sofridas por elas podem ser mais perceptíveis ou, como no seu caso, mais sutis e subjetivas, pois o seu esposo não acreditou que ela conseguiria fazer uma produção com volume suficiente para obter renda sem o uso de agrotóxicos, devido à área que seria usada para plantação ter muitas plantas espontâneas, consideradas por ele como daninhas.

Esse tipo de violência contra as agricultoras camponesas e o meio ambiente acontece a longo prazo, atingindo humanos e não humanos, ao reforçar o modo de vida da civilização moderna que é inaugurado com a colonialidade e a modernidade. A visão antropocêntrica do mundo impede que os seres humanos se vejam como parte integrante da natureza, considerando-a apenas um recurso a ser explorado. Essa cosmovisão, estabelecida com o avanço da modernidade e da colonialidade, vai de encontro a outras formas de interpretar a existência, como a que vem de populações tradicionais, por exemplo, as quais compreendem que florestas, rios e animais são membras(os) da grande família que habita a *Pachamama*. Mas essa violência infringida contra a natureza, com o tempo, volta-se contra os seres humanos, e pode se expressar, por exemplo, através da contaminação do solo: *"plantei um chá ali pra estômago, pro fígado. Só que ele está todo intoxicado! O que adianta? Eu vou tomar*

esse chá, vai fazer bem ou vai fazer mal?" (FLOR DE MARACUJÁ, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

O uso intensivo de agrotóxicos pelos vizinhos das agricultoras camponesas prejudica sobremaneira sua plantação e sua saúde, pois o veneno contamina o solo, a água e o ar, espalhando-se rapidamente depois de utilizado. Uma das interlocutoras contou que tentou fazer um acordo com o vizinho, para que ela pudesse plantar uma barreira, mas ele negou, pois disse que atrapalharia sua colheitadeira e ele perderia algumas carreiras de soja. Sobre isso, Flor de Maracujá (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) contou: *"hoje existe uma verdadeira competição, assim, quando a cooperativa chama que tem o recolhimento de vasilhame de veneno, quem leva o trator mais alto. Quem leva a carretada maior é o mais respeitado lá. Por que daí aquele é o quê? Usou mais veneno"* (FLOR DE MARACUJÁ, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Primavesi (2008) elabora uma crítica à assistência técnica hegemônica, a qual está ancorada na disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde, que fez com que as famílias, que viviam da agricultura por gerações, perdessem a confiança em seus próprios conhecimentos. No modo de produção agroecológico, no entanto, a autonomia das famílias agricultoras visa ser resgatada, pois passam a observar e experimentar, em vez de receber receitas prontas.

A tese de Shaiane Carla Gaboardi (2021), feita em parceria com o projeto "Estudo de associação entre a exposição ocupacional continuada aos agrotóxicos e os elevados índices de câncer de mama identificados na população rural residente na região Sudoeste do Paraná", coordenado pela professora Carolina Panis e pelo professor Luciano Zanetti Pessôa Candiotto, da UNIOESTE, *campus* de Francisco Beltrão, investigou a utilização de agrotóxicos em 27 municípios do Sudoeste do Paraná, demonstrando que a exposição a agrotóxicos causa diversos problemas à saúde das famílias agricultoras. A pesquisa identificou que no Sudoeste paranaense existem municípios que usam cerca de 19 kg de agroquímicos por hectare cultivado, além da região comercializar 7,5 mil toneladas de agrotóxicos, por ano, em média. Esse valor é muito acima da média estadual (5,4 kg/hectares), apesar de não ser a mesorregião que usa mais insumos químicos, e da média nacional, que é de 6,4 kg por hectare. Assim, as famílias que trabalham com agricultura tradicional estão expostas à contaminação dérmica, oral, respiratória e ocular, sendo que as mulheres, muitas vezes, são contaminadas ao ter contato com as roupas quando estão lavando.

A violência das monoculturas é multifacetada. Ela atinge o meio ambiente, por meio da erosão do solo, perda de biodiversidade e contaminação de recursos hídricos, e a sociedade, por meio de alimentos contaminados com agentes químicos que podem causar diversas doenças. A agricultura moderna, colonial e capitalista promove um modelo de produção baseado em maquinários movidos a combustíveis fósseis, insumos tóxicos e em concentração cada vez maior de monopólios (SHIVA, 2015). A maioria das agricultoras comentou que teve intoxicação por agrotóxicos ou conhece alguém que passou por isso. Como algumas famílias trabalhavam com a produção agrícola convencional antes de conhecer a agroecologia, era comum que elas reproduzissem esse modo de produção, como comenta o esposo de uma das interlocutoras: *"Ah, veneno era todo dia!"*. Nessa conversa, a agricultora camponesa lembrou como seu pai fazia o cultivo da lavoura quando ela era criança:

Eu lembro da primeira vez que o meu pai passou o veneno [...] daí dessecou aquele milho alto, lá, e o chão limpinho. Daí ele dizia: "olha como que o veneno deixa a terra ficar forte assim". Meu Deus, que pensamento [...] Não tinha lógica aquilo [...] E agora os técnicos vão lá e dá pra passar um litro, pra eles ganharem mais, daí mandam passar três (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Essa fala demonstra a tensão na atuação da assistência técnica, que, muitas vezes, visando ao lucro, manda as famílias agricultoras passarem muito mais agroquímicos do que seria indicado, o que prejudica não só o meio ambiente, mas também a saúde das(os) agricultoras(es) que aplicam os venenos, pois, frequentemente, elas(os) não utilizam nenhum equipamento de proteção. Os ensinamentos e conselhos da assistência técnica podem incentivar, ou não, a aplicação de práticas consideradas modernas, visto que trabalhadoras dessas entidades são vistas como autoridades no assunto. Além disso, o ganho pessoal pelo pagamento de comissões pelo maior volume de vendas de agroquímicos também faz com que muitas técnicas aconselhem o uso de insumos que, geralmente, não são necessários.

Diante desse cenário, as interlocutoras resistem ao praticar um modo de produção de alimentos que se recusa a ceder às investidas da agricultura moderna. Na contramão daquelas(es) que acreditam que não é possível produzir alimentos e sobreviver na agricultura sem o uso de agrotóxicos, Girassol (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) declara que com um alqueire de terra a família sustenta três

peçoas, com qualidade de vida e sem a necessidade de trabalhar fora da propriedade. A próxima seção apresenta a atuação das mulheres agricultoras entrevistadas em modos de produção agroecológicos.

4.3 Mulheres agricultoras camponesas na agroecologia

Nesta seção, busco apresentar a contribuição das mulheres agricultoras camponesas entrevistadas para a construção coletiva da agroecologia, além de observações e diálogos que ocorreram nos diversos espaços de construção da agroecologia ao longo do meu processo de pesquisa.

O reestabelecimento das relações entre seres humanos e natureza é um dos objetivos da agroecologia como modo de vida, perspectiva que também questiona e busca dissolver o modelo racista e patriarcal da sociedade e dos modos de fazer agricultura dominantes, para criar relações mais igualitárias entre humanos e não humanos, os gêneros e os povos. No entanto, o desafio enfrentado é a conscientização sobre a importância de refletir sobre esses temas e mudar hábitos enraizados. Nesse contexto, as mulheres tiveram participação fundamental na construção da agroecologia no país, seja na força de trabalho (representando mais de 70%), na divulgação ou na iniciativa da transição ecológica das unidades de produção e, também, na “pesquisa acadêmica, na assistência técnica, na cooperação para o desenvolvimento, nas formulações e na execução de políticas públicas [...]” (MOREIRA; FERREIRA; SILIPRANDI, 2018, p. 63).

Entretanto, segundo Elisabeth Maria Cardoso e Vanessa Schottz Rodrigues (2019), embora existam muitos esforços para dar reconhecimento ao trabalho das mulheres, as experiências agroecológicas, que vêm sendo sistematizadas, frequentemente invisibilizam a participação das mulheres agricultoras camponesas. Essa lacuna deixa de fora temas, como a divisão sexual do trabalho, a autonomia econômica e a política das agricultoras e sua participação no planejamento produtivo (CARDOSO; RODRIGUES, 2019). Por isso, a história das mulheres agricultoras camponesas na região Sudoeste do Paraná é marcada por uma luta constante pela conquista de espaço e reconhecimento em um ambiente majoritariamente masculino e dominado pela visão patriarcal. Ao longo do tempo, elas tiveram que lidar com diversas dificuldades e desafios, como a falta de acesso a crédito e a terra, a discriminação de gênero e a invisibilidade de suas contribuições para a agricultura

familiar. No entanto, essas mulheres também tiveram conquistas, muitas vezes impulsionadas por movimentos sociais e organizações da sociedade civil (RIBEIRO *et al.*, 2010).

O movimento da agroecologia na região, que se consolidou nos anos 80 e 90, teve como objetivo fomentar a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, valorizando as práticas tradicionais e o conhecimento local. Esse movimento se mostrou especialmente importante para as mulheres agricultoras camponesas, que muitas vezes são as responsáveis pela produção de alimentos para autoconsumo e pelo manejo dos recursos naturais nas propriedades familiares. A construção da agroecologia busca maior reconhecimento da atuação das mulheres agricultoras camponesas, seja nas atividades de produção alimentar (vegetal e animal), assim como na reprodução familiar, no sustento das lutas e na mobilização política por direitos igualitários para com os seus. Assim, as agricultoras agroecológicas desempenham um papel crucial nas atividades de produção agropecuária, na reprodução familiar, no apoio às lutas e na organização política para a conquista de direitos (RIBEIRO *et al.*, 2010).

Para Sarah Luiza de Souza Moreira, Ana Paula Ferreira e Emma Siliprandi (2018), os movimentos de mulheres, tanto urbanos quanto rurais, estão presentes desde antes de 1980, auxiliando o projeto social democrático que estava sendo construído no país. As reivindicações feministas eram sobre direitos sociais básicos, como acesso à terra, à aposentadoria e direito à sindicalização, os quais eram garantidos apenas aos homens. Assim, o movimento agroecológico e de mulheres rurais esteve diretamente conectado na luta pela democracia. As autoras afirmam que, apesar dos dissensos, esses dois movimentos compartilhavam objetivos em comum e se encontraram em diversas lutas, acabando por “dialogar e somar-se”.

Para Renata Rocha Gadelha (2021), na região do Sudoeste, muitas mulheres passaram a integrar a agroecologia em movimentos populares, especialmente o MMC, semeando a luta pelo direito à participação em todos os processos decisórios, seja no planejamento e no manejo produtivo dos agroecossistemas, bem como nas relações socioeconômicas. Apesar dos diversos desafios e da sobrecarga de trabalho, o protagonismo das mulheres na construção da agroecologia é imerso em muitos aspectos, que vão além da mera participação, pois elas possuem e compartilham saberes e práticas singulares de suas famílias, comunidades e territórios. Dessa

forma, as camponesas constroem seus conhecimentos em rede solidificada, ligadas e enraizadas às antigas práticas de trocas.

Flor de Cactos (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) indica entender a agroecologia enquanto uma forma de resistência e mudança social. Ela afirma que a agroecologia tem uma abordagem holística e diversificada em relação à produção agrícola convencional, e que as mulheres têm um papel fundamental nesse contexto, sendo mais conectadas com a natureza e mais preocupadas com o bem-estar da família e da comunidade. No entanto, ela, também, aponta a existência de preconceitos e violências contra as mulheres na agroecologia, indicando que ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar a igualdade de gênero nesse campo.

Nas famílias das mulheres que integraram a pesquisa, observei que ocorre uma divisão sexual do trabalho bastante rígida, em que as atividades consideradas produtivas – ligadas à produção agrícola, à comercialização e à gestão da renda – geralmente são realizadas pelos homens, e as atividades definidas como reprodutivas – voltadas para o cuidado com a família e o trabalho doméstico –, em todos os casos, ficam sob responsabilidade das mulheres, como apresentei na seção anterior. Essa estrutura de divisão de tarefas já foi encontrada em diversos casos pela literatura sobre mulheres rurais, como apontei na seção anterior, e é um dos grandes desafios para a inclusão produtiva das agricultoras, sem que isso gere uma dupla jornada de trabalho (SILIPRANDI, 2015; PAULILO, 2016a; 2016b; KEMPF, 2022).

Mas o que as entrevistas mostram é que o trabalho das mulheres contribui, e muito, para a renda da família, pois, apesar de não gerar renda diretamente com a venda de alimentos e produtos, elas economizam em custos com a compra desses insumos. A pesquisa de Milena Demetrio (2022) investigou as horas trabalhadas de mulheres agricultoras de agroindústrias ecológicas do Sudoeste paranaense, e inferiu que as agricultoras geram uma renda de, em média, 26 mil reais por ano, em atividades domésticas, e cerca de 36 mil reais por ano, na produção primária (tanto para comercialização quanto para autoconsumo), valores que juntos representam, aproximadamente, 26% da renda total das famílias, o que demonstra a importância delas para a geração e a economia de renda de seus lares.

Mesmo assim, ainda é difícil para as próprias agricultoras reconhecerem o seu trabalho. Em minha experiência de campo não era raro ouvir das agricultoras que "não fazem nada" na propriedade, ou que "só fazem as coisas dentro de casa". Entretanto, quando começávamos a conversar, eu notava uma série de trabalhos de cuidado,

manutenção e cultivo, que em seus quintais e hortas havia plantas medicinais e diversas variedades de chá, além de muitas hortaliças, tubérculos, frutas e verduras, que eram delas a responsabilidade pelos pequenos animais.

Além de todo trabalho desempenhado para produção de alimentos, elas são responsáveis pelo trabalho doméstico, o cuidado de crianças, idosos e enfermos, maridos e pais. Elas, geralmente, colocam as necessidades de outros acima de sua saúde física e mental, como evidenciado pela literatura (HIRATA; KERGOAT, 2007; PAULILO, 2016b). Esse trabalho, reprodutivo e feito nos espaços privados, permanece invisível, mesmo com os esforços de pesquisas, estudos e das organizações e movimentos sociais. Foi possível perceber que não há grande abertura para que essas atividades sejam democratizadas dentro dos lares das agricultoras, e nem mesmo discutidas publicamente. Essa pode ser uma das lutas silenciosas que as agricultoras travam ao buscarem uma divisão do trabalho doméstico e de cuidados com todas(os) as(os) membras(os) da família, independente do gênero.

Para Margarida (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022), as mulheres trabalham ativamente nas hortas e quintais agroecológicos, mas ainda são minorias presentes em espaços públicos de decisão, como em cargos de coordenação das cooperativas e associações, além de não terem suas opiniões e ideias reconhecidas e valorizadas em reuniões públicas. Para a agricultora, mesmo com o debate de gênero, as mulheres são vistas como menos competentes e seu trabalho ainda é considerado subsidiário ao dos homens de suas famílias. Ela aponta a existência de preconceitos e violências contra as mulheres na agroecologia, mas destaca o papel das mulheres como guardiãs da diversidade e encarregadas do autoconsumo, enquanto os homens estão mais voltados para a produção e a venda.

Quando dialoguei com as mulheres sobre a sua participação na agroecologia, Flor de Maracujá (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) mencionou que muitas mulheres trabalham na produção, mas não são reconhecidas ou valorizadas nas reuniões e nas tomadas de decisão. Para ela, os espaços de participação pública na agroecologia deveriam incluir as mulheres e contar com sua experiência e conhecimento prático para melhoraria dos processos produtivos. Flor de Maracujá (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) apontou que há discriminação de gênero em alguns espaços coletivos da agroecologia, que reproduzem preconceitos de outros espaços da sociedade, onde as mulheres são vistas como menos competentes ou

menos importantes do que os homens, apesar de sua contribuição significativa para a produção, no trabalho e na organização.

Para a agricultora Margarida (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022), mesmo em movimentos agroecológicos, os quais carregam em um de seus pilares a igualdade de gênero, ainda existe bastante preconceito contra as mulheres, pois: *"tem mulher que está lá na horta, e lá na reunião é o homem que está participando. [...] quem está no dia a dia é ela. Se você for fazer uma visita por aqui, na maioria das famílias, as mulheres estão dando a cara a tapa lá na horta"*.

Uma coisa que eu aprendi nessas reuniões da MMC, na época, era o termo de miudezas. De onde que vem o termo de miudezas? É a falta de importância que se dá para o teu canteiro de alho, de cebola, de repolho, de alface, de ervilha, de melão, de esponja que usa no banheiro, que lava louça. Tudo isso não tem valor, porque isso não é vendido. E daí não se conta. Agora, se eu vou comprar uma esponja lá nos mercados, ela custa dois reais e só dura trinta dias, e se eu colho a esponja aqui na propriedade, eu estou deixando de gastar lá fora (FLOR DE MARACUJÁ, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Nesse contexto, agricultoras, mesmo na agroecologia, ainda são minoria em espaços de representação, o que é decorrente, segundo Siliprandi (2015), da forma como o trabalho nas unidades familiares é organizado e de como o potencial de ganhos econômicos da atividade feminina faz com que estes sejam convertidos em um projeto familiar, ao mesmo tempo em que os homens assumem a gestão e a representação nos espaços públicos. Contudo, embora a participação em liderança de movimentos sociais e atividades no espaço público – como feiras, congressos e reuniões – sejam importantes para a visibilidade das mulheres, o excesso de tarefas provocado pela intensificação da produção e pelo beneficiamento ocasiona sobrecarga de trabalho, dificultando a sua inserção naqueles. Ressalta-se que as mulheres têm assumido outras tarefas, mas o caminho inverso com a redistribuição das tarefas domésticas não ocorre.

Isso demonstra que a participação das mulheres não tem a devida atenção, pois as suas atividades são classificadas como de cunho reprodutivo, voltadas para o trabalho doméstico e de cuidados das(os) membras(os) da família. Para Rosa Vermelha (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022): *"[...] se não fossem as mulheres, não ia existir agroecologia, os homens iam deixar [a horta] virar tudo um matagal. Eles plantam, mas não vêm limpar, não se preocupam em plantar de tudo para ter o que comer [...]"*. A fala da agricultora camponesa demonstra que as agricultoras,

geralmente, despendem mais tempo para o cuidado das hortas e buscam fazer uma produção diversificada para, também, alimentar a família, o que evidencia que a dimensão do cuidado transpassa o trabalho desempenhado por elas para a comercialização.

No entanto, é importante mencionar que existe o esforço das entidades que trabalham com agroecologia em promover a divisão equânime das atividades que, geralmente, ficam sob responsabilidade das mulheres, como evidenciado pela fala da maioria das agricultoras. As interlocutoras contaram que, sempre que possível, buscam participar de cursos e encontros de mulheres, organizados por diversas entidades, como ASSESOAR, COOPERVEREDA, Rede Ecovida e prefeituras municipais, nos quais aprendem sobre temas diversos, como a divisão sexual do trabalho e como isso as afeta. Elas afirmaram que, a partir do contato com esses cursos, elas puderam se questionar e refletir sobre um movimento de exploração a que estão submetidas, situações degradantes e, por vezes, violentas que enfrentam em seu cotidiano. Para elas, é muito importante que as mulheres tenham voz e vez para poder mudar essa situação e valorizar-se.

Para as mulheres entrevistadas, foi primordial a inclusão de discussões de gênero nos movimentos agroecológicos, os quais são nomeados por elas como "Encontros de Mulheres", principalmente no que diz respeito à violência. Muitas delas conhecem alguém que sofreu violência doméstica, quando elas mesmas não foram vítimas. Nesse sentido, debater o assunto e mostrar aos homens que isso não é aceitável é uma ação fundamental para a construção de uma sociedade mais justa para as mulheres. Entretanto, ainda existe muita oposição dos homens em ouvir e dialogar sobre o assunto. Durante a pesquisa de campo, algumas agricultoras camponesas relatam que seus esposos se recusam a participar de encontros e palestras se souberem que o tópico que será abordado é gênero. Diante disso, as lideranças femininas dos movimentos se adaptam, abordando o assunto em diversos momentos, como ao fazer a calda bordalesa para as famílias e ao caminhar pela horta para prestar assistência.

Apesar das dificuldades e oposições de alguns homens, Lavanda (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) comentou que a inserção nesse espaço coletivo mudou a sua vida, não só pela oportunidade de socialização e troca de conhecimentos, mas, também, por ter uma renda que ela pode administrar, o que lhe proporcionou autonomia e independência:

[...] não tem nada mais humilhante para uma mulher que você querer comprar uma coisa e ter que pedir dinheiro, ter que dizer “eu quero dez reais para comprar um batom, um esmalte”. É muito chato. Então, agora, além de não precisar pedir, ainda pode ter um dinheiro para comprar algo para os outros. É gratificante, e foi trabalhando com a agroecologia que eu me tornei independente (LAVANDA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

O diálogo com Lavanda (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) demonstra como a agroecologia pode ter um papel importante na vida das mulheres, proporcionando-lhes autonomia e independência financeira. Além disso, destaca a importância da participação das mulheres em encontros e cursos, onde elas podem aprender sobre questões de gênero e se empoderar. Para Fernanda Sucupira (2016), os encontros realizados por movimentos agroecológicos, principalmente pela Rede Ecovida e pelo CAPA, que promovem reuniões, seminários, feiras etc., permitem que as mulheres possam refletir sobre diversas violências, que são naturalizadas no cotidiano das famílias agricultoras, que possam trocar experiências sobre isso e acolher umas às outras.

As falas das agricultoras camponesas, em geral, demonstraram que o acesso à renda gerada com a agroecologia foi um marco para mudanças nas relações familiares, gerando respeito e admiração, tanto dos familiares quanto delas para si mesmas, aumentando a sua autoestima.

[...] as condições financeiras ajudam muito, também. Isso muda muito quando você consegue ter um equilíbrio das tuas coisas. Você ia no mercado e pensava: “não, hoje eu posso levar, vou levar só isso porque não tenho como pagar”, mesmo que faltasse em casa. E hoje, pelo menos, graças a Deus conseguimos equilibrar tudo isso. Claro, você não gasta à toa, nunca vai gastar à toa, mas pelo menos o teu básico você consegue ter (MARGARIDA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

A agroecologia também proporciona para as mulheres um espaço de tomada de decisão em suas famílias, principalmente sobre o uso da renda e escolhas de produção. Lavanda (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) contou que adotar a agroecologia como modo de produção e de vida foi uma escolha dela, e que seu esposo teve muita resistência em aceitar, por não acreditar que iam dar conta de produzir sem utilizar agrotóxicos. Com o passar do tempo, o esposo concordou e começou a trabalhar junto, porém algumas tarefas, como roçar e dirigir o trator, são feitas exclusivamente por ele, não porque a agricultora não saiba utilizar essas máquinas, mas porque seu companheiro não acredita que ela tenha capacidade.

Assim, as atitudes dos homens como “chefes da casa” incidem diretamente nas ações das mulheres.

Burg (2005), ao pesquisar mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização, em feiras no Sudoeste do Paraná, indicou que essa atividade disponibilizou uma alimentação mais diversificada, aumentou a renda familiar e é essencial para a reprodução das condições de vida das famílias, provocando um deslocamento, ainda que tímido, do poder masculino na tomada de decisões familiares e produtivas. Entretanto, o lugar das mulheres foi conquistado através de muita luta e resistência diante de um sistema social que invisibiliza as contribuições de seu trabalho para suas famílias e comunidades.

Além disso, a agroecologia tem sido responsável por trazer à tona questões como a diversidade produtiva, o respeito à natureza e à igualdade de gênero, o que tem levado cada vez mais mulheres a se engajarem nesse movimento. A agroecologia tem capacidade de promover a inclusão produtiva das agricultoras, possibilitando que, mesmo em um espaço com distribuição desigual de poder, ela tenha acesso à renda e contato com outras agricultoras, que podem passar por problemas parecidos e construir juntas resistências. Além disso, ao participar de redes agroecológicas, essas mulheres tiveram acesso a serviços antes reservados apenas aos homens, como assistência técnica e serviços financeiros, por exemplo.

Apesar disso, ainda há obstáculos a serem superados, como a falta de participação das mulheres em algumas atividades rurais e a existência de homens que se sentem ameaçados pela ideia de igualdade de gênero. Nesse sentido, é preciso que haja mobilização das lideranças das redes e cooperativas para a conscientização da importância do trabalho das mulheres agricultoras e da necessidade urgente de divisão do trabalho doméstico e de cuidados, para que elas tenham mais tempo para descanso e autocuidado.

Por fim, podemos destacar que, apesar de lentos, existem avanços no que diz respeito à valorização do trabalho e da participação das mulheres na construção da agroecologia no Sudoeste paranaense. Há pontos de tensão e choques, existe oposição por parte dos homens em renunciar a seu lugar de privilégio e em reconhecer que esse lugar existe, mas, também, há potencialidades e oportunidades de transformação que se apresentam, principalmente, através dos movimentos e redes de agroecologia da região. A próxima seção apresenta o movimento de resistência das mulheres agricultoras agroecológicas.

4.4 Resistências que vêm de longe e lutas atuais de mulheres agricultoras

O movimento de reconhecimento e visibilidade das mulheres do campo fornece as bases para questionar a colonialidade presentes no desenvolvimento da agricultura moderna. O feminismo, nesse contexto, surge como uma luta por igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens, visando desfazer as relações desiguais de poder e valorizar as contribuições do trabalho das agricultoras para a sociedade.

Para María Lugones (2014, p. 940), “descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis”, constitui-se como uma luta diária de resistência à opressão racial/colonial/capitalista/heterossexual, buscando uma transformação no tecido da estrutura social. A descolonização dos gêneros envolve questionar e desafiar as normas, os papéis e as hierarquias impostas, visando criar espaços de liberdade e igualdade para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero. É um processo que busca não apenas desconstruir os padrões de poder existentes, mas, também, construir novas formas de ser, existir e se relacionar, que sejam mais justas, inclusivas e respeitosas com a diversidade humana, com a natureza e os diferentes tipos de agriculturas.

Lugones (2014) propõe criar coalizões entre grupos oprimidos, para desafiar e transformar as estruturas hegemônicas. Ela argumenta que a construção de alianças e solidariedade entre diferentes comunidades é fundamental para enfrentar e combater as múltiplas formas de opressão, envolvendo um trabalho constante de reflexão crítica, diálogo e ação coletiva. Nesse sentido, as resistências dos povos envolvem subjetividades que se opõem ao padrão moderno colonial e se expressam infrapoliticamente. Assim, a infrapolítica surge como uma alternativa à política tradicional, buscando desafiar, subverter e transcender as estruturas coloniais de poder. A infrapolítica se refere a "abaixo" ou "entre", indicando uma política que ocorre em espaços não reconhecidos ou não valorizados pela política dominante. Lugones (2014) argumenta que são nessas margens que surgem formas de resistência criativas e transformadoras, as quais não se encaixam nas categorias e estruturas predefinidas do discurso político dominante.

A infrapolítica pode envolver uma série de práticas, como formas de cuidado mútuo, solidariedade, narrativas subalternas, resgate de memórias e histórias ocultas, entre outras. Ela "mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social,

estruturados pelo poder" (LUGONES, 2014, p. 940). Lugones (2014) salienta, ainda, que as mulheres colonizadas produzem resistências, que constituem subjetividades ativas e que se caracterizam como fronteiras da relação entre resistência e opressão, materializando-se em processos que se contrapõem à violência da dominação hegemônica pela "presença que resiste", que não transforma por completo as relações de poder, mas que busca alternativas.

No âmbito das agricultoras entrevistadas, as resistências observadas vão desde enfrentamentos na esfera privada – lugar em que se posicionam contra violências, apresentam suas opiniões, tomam decisões e trabalham – e na esfera pública – onde buscam participar de reuniões, cursos e formações. Elas também se esforçam para fazer parte da comercialização, principalmente por meio das feiras, buscando lugares de representação em conselhos administrativos e na coordenação das cooperativas, e se tornam lideranças comunitárias e políticas. Esses processos de resistências, protagonizados pelas agricultoras, podem alavancar transformações de espaços dominados por uma hierarquia política formal e institucionalizada. Apesar de serem majoritariamente brancas, são parte das classes sociais mais pobres, sendo atravessadas pela desigualdade de gênero e de classe.

De maneira geral, sabendo-se que a agroecologia é ciência e movimento, as mulheres do Sudoeste do Paraná sempre tiveram um papel essencialmente ativo na sua construção. As agricultoras camponesas lutaram/lutam por seus direitos, elas uniram (e ainda são o elo) suas redes, são importantes transmissoras de conhecimentos tradicionais, bem como, possuem atribuições fundamentais multifacetadas no ambiente rural e no fortalecimento de uma agricultura familiar libertadora e contra-hegemônica.

Nesse sentido, as interlocutoras da pesquisa assumem um papel ativo na construção e consolidação da agroecologia no Sudoeste paranaense, uma vez que elas são as que trabalham diariamente com o plantio nas hortas, a colheita, a separação, o empacotamento e a comercialização dos alimentos. Além disso, cada vez que uma agricultora toma uma decisão na propriedade, acessa o sistema financeiro, consegue a Carteira Nacional de Habilitação para se locomover até as feiras, exerce seu direito ao voto e a ser votada, assume uma posição de liderança em uma cooperativa ou associação e vence violências do cotidiano, ela reafirma sua resistência diante de um sistema que não aceita a sua existência e participação. É assim que muitas delas lutam diariamente por meio de micro-resistências.

As mulheres agricultoras entrevistadas participam de movimentos sociais e organizações políticas (como a Rede Ecovida, o CAPA, a COOPERVEREDA, o SINTRAF e a ASSESOAR), com pautas como igualdade de gênero e combate à violência na agricultura familiar. Assim, elas seguem lutando por seus direitos e pela valorização de suas contribuições para a agricultura familiar e para o desenvolvimento sustentável. Diversas organizações e redes de apoio, têm sido fundamentais nessa luta, promovendo a troca de experiências e conhecimentos, além de oferecerem capacitações e apoio técnico para as mulheres agricultoras.

Segundo Aline Maiara Demétrio Santos (2019), as lutas e história de vida de mulheres camponesas se entrelaçam com a história da agricultura familiar e da agroecologia do Sudoeste do Paraná, uma vez que as ações de resistência influenciam o contexto da agricultura da região. Seus caminhos de resistência e luta por representatividade, no entanto, não necessariamente rompem com a divisão sexual do trabalho e os papéis de gênero consolidados, mas abrem caminhos para espaços de liderança que até então não estavam acessíveis às mulheres. Nos anos de 1980, os movimentos de mulheres rurais e urbanas exigiam a incorporação das demandas feministas no projeto de sociedade a ser construído. Na busca pela efetivação da democracia, as lutas se uniram. O feminismo, ao se deparar com a realidade das mulheres do campo, começou a incorporar as suas demandas, e o movimento agroecológico, mesmo que de forma tímida, passou a discutir gênero, (FERREIRA; MATTOS, 2017).

As mulheres agricultoras da região estão envolvidas em lutas sociais há muitos anos, mesmo que nas narrativas históricas, a ênfase tenha sido dada aos homens (FIORESE, 2000). Beatriz Maria Alásia de Heredia e Rozangela Pezza Cintrão (2006) afirmam que a participação das agricultoras em movimentos sociais foi fundamental para pressionar o poder público a destinar políticas públicas a elas. Nessa jornada em busca por direitos, elas encontraram mobilizações sociais que lhes possibilitaram sonhar, lutar e experienciar novas formas de existir. Por meio da organização política, as mulheres lutaram por direitos, como acesso a documentos, titularidade conjunta das terras, reconhecimento da profissão de agricultora, aposentadoria e salário-maternidade. Essas lutas estavam associadas ao movimento de redemocratização do país. Além da luta pela conquista de direitos, as organizações sociais e sindicais se caracterizavam como um local de socialização, troca de experiências e apoio mútuo, pois, frequentemente, nesses espaços, as mulheres conversavam sobre saúde,

questões emocionais, familiares e de gênero (FILIPAK, 2017; LOZANO, 2018; SANTOS, 2019).

As reivindicações das mulheres rurais por direitos estão relacionadas ao reconhecimento da profissão enquanto agricultura, ao acesso à terra, à luta para que seus nomes estivessem no bloco de produção. Elas lutaram por direitos sociais, previdenciários e sindicais e atendimento adequado nos sistemas de saúde e educação (SILIPRANDI, 2011). Foi por intermédio da organização das mulheres que afloraram as lutas relacionadas ao direito a terra, ao voto, à saúde, à educação e se seguiram outras tantas mais. Dessa forma, as mulheres deixaram de ser referidas como “do lar” e passaram a ser reconhecidas profissionalmente como agricultoras familiares.

No processo de mobilização, elas, além de demandarem liberdades individuais e garantias sociais, também passaram a discutir questões vinculadas às relações de poder e violência. Segundo Leonilde Servolo de Medeiros (2008, p. 11), é fundamental “analisar o processo pelo qual se dá a constituição desses novos lugares das mulheres”, evidenciar de que forma se “constituem possibilidades de desnaturalização da dominação” e como se modificam as relações patriarcais tão profundamente enraizadas na concepção moderna de sociedade.

Clair Odete Schneider (2020), ao estudar a relação das mulheres camponesas e a agroecologia na região Sudoeste, afirma que as mulheres são parte da força e da luta nas formas de resistência, em meio ao avanço do latifúndio e da modernização da agricultura. Elas participam de grupos sociais, fortalecendo redes e o trabalho coletivo. A autora relata que esses fatores fazem com que elas percebam o espaço rural para além de

[...] um lugar para desenvolver a renda familiar, mas também para a criação das(os) filhas(os), um espaço que possibilite qualidade de vida, qualidade dos alimentos consumidos, bem-estar familiar, e a autonomia estabelecida diante do mercado (SCHNEIDER, 2020, p. 57).

Segundo os estudos de Siliprandi (2015), o rompimento com a lógica de desvalorização das mulheres camponesas ganha destaque com a participação delas no movimento agroecológico, por meio da articulação entre as históricas lutas feministas e as lutas ambientais, no espaço rural. Assim, a autora considera que os movimentos agroecológicos e feministas se relacionam, pois pretendem se inserir em

projetos de transformação social que superem o atual modelo convencional agrícola, produtivista, excludente e patriarcal e promovam novos entendimentos e outras vivências. Nesse sentido, a agroecologia busca viabilizar o enfrentamento a situações de vulnerabilidade e conquistas no âmbito pessoal e profissional para as agricultoras. As mulheres camponesas são responsáveis por inúmeros processos de resistência, organizadas em movimentos sociais agroecológicos de produção e comercialização, de maneira individual, associadas ou cooperativadas (SILIPRANDI, 2015; MOREIRA; FERREIRA; SILIPRANDI, 2018).

No contexto de minha pesquisa, Lavanda (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) aponta que a participação em cursos e encontros de mulheres, organizados por entidades de apoio, é importante, pois foi nesses espaços que ela aprendeu sobre a divisão sexual do trabalho e como isso afeta as mulheres, que, geralmente, têm dupla ou tripla jornada. Esse é um exemplo de como os feminismos podem ser uma ferramenta que promove reflexão e lança as bases para as resistências diárias que as agricultoras empreendem. Além disso, quando as mulheres rurais buscam participar de espaços públicos ou começam a se envolver com as decisões de produção, elas estão realizando um movimento de resistência contra a desigualdade de gênero. Os encontros com outras mulheres geram reflexões e mudanças práticas.

Apesar disso, nas conversas com as interlocutoras, identifiquei certa naturalização das violências e desigualdades enfrentadas no dia a dia, seja diante de agressões físicas, sexuais e verbais vividas ou observadas, pela falta de companheirismo dos esposos na divisão do trabalho doméstico e de cuidado com filhas(os) e, até mesmo, pela falta de reconhecimento de seu próprio trabalho. Isso é expresso, por exemplo, em falas como de Flor-de-lis (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022), que afirma que seu esposo trabalha mais do que ela, pois ele trabalha no roçado. Isso aponta para uma hierarquia das espacialidades, onde o trabalho na roça é mais valorado que aquele realizado na casa.

Apesar disso, as agricultoras demonstram microrresistências, que representam avanços, quando analisados dentro do contexto social dessas mulheres. Assim, um processo de resistência pode ser não aceitar a indivisibilidade da renda agrícola e passar a administrar a renda que é gerada por elas. Isso garante que as agricultoras tenham acesso ao consumo e possam escolher os bens que desejam comprar, sem sentir a necessidade de prestar contas para os esposos. Essa autonomia financeira foi possibilitada às agricultoras pela agroecologia, como relata Lavanda:

Não há palavras para explicar para alguém o que é você poder fazer uma coisa que você gosta com o teu próprio dinheiro. Claro que tem que ter limite, você não vai sair por aí comprando tudo, mas é muito bom você conseguir comprar o que você gosta, o que você quer. É muito triste você ir em uma loja e ver uma roupa, ver uma coisa que você quer e nem parcelando poder comprar, saber que mesmo trabalhando você não podia comprar, porque não tinha renda, tinha que sempre pedir [para o esposo], se humilhar. E hoje em dia não, eu compro com o dinheiro do meu próprio trabalho (LAVANDA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

A fala de Lavanda demonstra que para as agricultoras camponesas o empoderamento pode estar associado ao acesso à renda do trabalho que elas desempenham nas hortas, nos quintais, nos criadouros de animais e nas cozinhas de suas casas, processando os alimentos. Essa narrativa demonstra uma resistência à dependência econômica e às restrições financeiras que são impostas às agricultoras como algo natural, refletindo uma busca por autonomia e liberdade. A capacidade de tomar decisões financeiras próprias e comprar aquilo que se deseja é vista como uma forma de superar o desequilíbrio de poder nas relações econômicas das famílias agricultoras. Ao enfatizar a importância de conquistar independência financeira e poder tomar as suas próprias decisões, a agricultora camponesa destaca uma forma de resistência contra as limitações impostas pela colonialidade de gênero. Através do trabalho com a agroecologia e da conquista da própria renda, ela rompe com as normas que a mantinham subordinada e alcança maior autonomia e satisfação pessoal.

Mas, para as agricultoras camponesas, a renda é apenas um dos fatores que as fazem trabalhar com a agroecologia, pois a satisfação em produzir alimentos saudáveis, de forma sustentável, e compreender o impacto disso na vida das consumidoras, muitas vezes, é maior do que o desejo pelo retorno financeiro. Isso é expresso por Girassol:

Eu penso assim, eu não produzo pensando em dinheiro. É lógico que eu vou plantar uma estufa de tomate cereja e não do tomate grande pensando que o retorno [vai ser] maior, mas não produzimos tudo que a gente produz pensando só no dinheiro. A gente planta, produz e pensa que venha bem. Pra mim a venda, o dinheiro, é só o resultado. Isso é um ponto positivo, eu acho que é também, é tu poder ter contato com o consumidor para poder escutar ele, saber qual é, o que ele quer, ele me conhecer. Eu acho que isso é importante também (GIRASSOL, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

A fala dessa agricultora demonstra a resistência diante do sistema agroalimentar hegemônico, que utiliza as técnicas modernas de produção, visando ao

lucro. Dessa forma, a agroecologia é entendida pelas agricultoras entrevistadas como um modo de produção amplo e integrado, que existe em harmonia com o meio ambiente e se apresenta como um meio de vida para elas. A busca por um relacionamento de amizade e confiança com as consumidoras também representa uma resistência ao sistema agroalimentar moderno, que é pautado no distanciamento e na alienação da produção. Assim, as agricultoras demonstram que resistem ao sistema dominante, não só ao praticar a agroecologia, mas, também, ao transformar as relações sociais imbricadas no processo de produção e venda dos alimentos. A valorização da diversidade, a boa qualidade dos alimentos e a construção de relações de proximidade com consumidoras vão para além do lucro financeiro, buscando uma (re)conexão com a terra e com as pessoas envolvidas no processo.

A luta pela sustentabilidade na agricultura e a luta pela incorporação das demandas feministas no projeto de sociedade a ser construído caminham juntas, e a agroecologia surge como uma alternativa que busca enfrentar a exclusão e as desigualdades vivenciadas pelas mulheres camponesas. Embora ainda enfrentem desafios – como a falta de representatividade em espaços de decisão e a sobrecarga de trabalho –, as agricultoras têm demonstrado microrresistências em múltiplos espaços, desde os mais cotidianos, até os espaços públicos.

Nesse contexto, pode observar que, mesmo em uma realidade de opressões e violências vivenciadas pelas agriculturas camponesas – violências contra a terra, a água, a biodiversidade, seus corpos, seus territórios e, acima de tudo, face a suas vidas e a seus sonhos –, a resistência das interlocutoras se deu de diversas formas. Pois, mesmo que tenhamos um longo caminho de luta face às opressões e às desigualdades que permeiam as sociedades, elas conquistaram e seguem buscando, cada uma do seu jeito e no seu tempo, autonomia, saúde, acesso à renda, reconhecimento, socialização e um espaço em que possam viver e trabalhar da forma como acreditam, contribuindo, também, com as comunidades em que estão inseridas. No próximo capítulo, dialogo a partir dos saberes e das práticas em agroecologia, presentes nas diferentes vivências das mulheres agricultoras camponesas, vinculadas à COOPERVEREDA.

5 SABERES E PRÁTICAS EM AGROECOLOGIA

Neste capítulo, analiso saberes e práticas agroecológicas de mulheres agricultoras camponesas no Sudoeste do Paraná. Apresento reflexões aportadas pelas interlocutoras e por mim, a partir da convivência com elas. Nesse sentido, busquei compreender como se constituem as interações cotidianas das mulheres na agroecologia, ao mesmo tempo em que observei, também, as relações de poder que elas vivenciam e os enfrentamentos que realizam. Na primeira seção, discuto como a herança colonial transpassa a vivência das agricultoras camponesas. Na segunda seção, apresento a inserção das interlocutoras na construção da agroecologia em seus quintais e nas redes que compõem a região Sudoeste do Paraná. E, por fim, demonstro como os saberes e as práticas em agroecologia, das agricultoras camponesas, constituem-se enquanto modos de vida e sistema de produção.

5.1 Colonialidade do saber que incide sobre as mulheres agricultoras camponesas

Nesta seção, discuto como a colonialidade do saber – processo que tenta tornar a Ciência moderna como conhecimento absoluto e superior – incide sobre os saberes diversos de coletivos camponeses e, fundamentalmente, das mulheres agricultoras. No colonialismo, os conhecimentos dos povos colonizados foram considerados irracionais em contraposição ao dos colonizadores, que se auto definiram como racionais e científicos. A colonialidade do saber, pautada no eurocentrismo, apagou memórias, ontologias e epistemologias dos povos, aniquilando, inclusive, sua língua, pois o conhecimento não pode ser separado da comunicação. Assim, genocídio e epistemicídio caminharam juntos, um aniquilando corpos e outro reduzindo a cinzas o conhecimento e a espiritualidade de diversos povos que foram colonizados (GROSFOGUEL, 2016).

De acordo com Edgardo Lander (2005) e Luciana Ballestrin (2013), a colonialidade do saber se refere a uma hierarquia de conhecimentos que se desenvolveu durante o período colonial, na qual o conhecimento produzido pelas culturas europeias foi considerado, por elas, como superior ao conhecimento produzido pelas culturas nativas americanas, africanas, asiáticas etc. Essa hierarquia de conhecimentos foi imposta pela violência, seja através da colonização

propriamente dita, seja através do controle político e econômico dos países colonizados.

Esse processo resultou na divisão internacional do trabalho intelectual, na qual os países colonizados foram relegados a papéis subalternos, no que diz respeito à produção de conhecimento, sendo considerado inferior e subjetivo, enquanto o conhecimento produzido pelos países colonizadores foi considerado objetivo e científico. Isso se manifestou de diversas maneiras, como na imposição de línguas estrangeiras como línguas oficiais e na exclusão de saberes tradicionais dos currículos escolares. Assim, muitos dos saberes produzidos pelas culturas que foram subalternizadas, marginalizadas e desprezadas, acabaram perdidos ao longo do tempo (LANDER, 2005).

Para Catherine Walsh (2012), o modelo epistêmico europeu é baseado em uma concepção linear e progressiva da história, na qual o conhecimento científico é visto como o ápice do desenvolvimento humano. Para a autora, a colonialidade do saber se manifesta em várias dimensões da vida social, como a educação, a mídia, a economia, a política e a cultura. Dessa forma, esse modelo epistêmico é construído sobre a supressão e a marginalização de outras formas de conhecimento, como os conhecimentos dos povos indígenas, afrodescendentes e camponeses, que são considerados inferiores e não científicos. Os conhecimentos desses povos envolvem todas as esferas de sua organização social, desde o seu entendimento sobre o que é o mundo, qual o lugar dos seres humanos nele, as relações com os outros coletivos. No entanto, os modos de vida que não fossem condizentes com o estilo de vida apregoado pela estrutura social formada pela civilização ocidental moderna foram desqualificados.

A categoria de análise da colonialidade do saber é especialmente importante para a minha investigação, visto que os saberes das agricultoras camponesas também foram inferiorizados pelo modelo hegemônico de agricultura, centrado no modelo patriarcal. Porém, é possível observar que seus conhecimentos passam a ser reconhecidos e admitidos na agricultura quando elas têm contato com a agroecologia, um modo de cultivo que busca se integrar aos ciclos naturais.

O saber das agricultoras camponesas é passado de geração em geração e leva em conta elementos como as fases da lua, a observação do tipo de plantas espontâneas que surgem para determinar qual procedimento deve ser realizado para o cuidado do solo, a elaboração de compostos naturais contra insetos nocivos e

doenças, além do uso de plantas como barreiras de proteção do solo. Dessa forma, "[...] a gente está pegando e resgatando lá do fundo o que tinha sido deixado, porque como vieram os agrotóxicos e todo mundo usava, era mais fácil. E hoje a gente lembra do tempo das avós, do cultivo das plantas na lua certa para não carunchar [...]", relata Lavanda (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022). Além disso, Flor de Lis expressa que:

Ah, eu gosto de testar muita coisa. Eu testei várias coisas para as minhas mudinhas lá que a gente faz. No começo a gente não conseguia fazer pegar, meu Deus, os alecrins, principalmente [...] Agora não, a gente descobriu a lua certa e com isso o pezinho, que a gente planta, nasce (FLOR-DE-LIS, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Esses conhecimentos foram considerados marginais pela agricultura modernizada, que é homogênea e não considera a biodiversidade e as vivências dos povos indígenas, camponeses e tradicionais, que, ao praticá-las, representam resistência ao sistema hegemônico. Modos de vida diversos do sistema-mundo moderno colonial são práticas ancestrais de conexão entre humanos e outros seres, que reconhecem a todos como indispensáveis para a continuidade da vida no Planeta Terra. Nesse sentido, a natureza tem outro caráter, sendo considerada como parte do todo em que os seres humanos estão inseridos e percebida como uma dádiva que nutre e alimenta, não um recurso a ser explorado.

Marisol de La Cadena (2018) questiona a visão antropocêntrica predominante na academia e na sociedade em geral. Ela enfatiza a importância de ouvir e compreender as perspectivas e as vozes das(os) não humanas(os), assim como das comunidades indígenas e tradicionais que possuem uma relação profunda com essas entidades. La Cadena (2018) aborda a interação e a coexistência entre seres humanos e outros seres do mundo natural, desafiando as visões ocidentais que estabelecem uma separação rígida entre humanos e não humanos. Ela destaca a interconectividade e a interdependência entre todos os seres do mundo natural, e argumenta que devemos abandonar a hierarquia e a dominação na relação com os não humanos, superando as fronteiras rígidas impostas pelo excepcionalismo humano, propondo uma perspectiva mais inclusiva, que valorize e respeite a diversidade das formas de vida. Seu trabalho desafia as concepções dominantes que consideram os não humanos como objetos passivos e busca promover uma ética de relacionamento mais equitativa e interconectada entre todos os seres vivos.

La Cadena (2018) apresenta o caso de uma agricultura que, no contexto do Peru, lutou pela montanha e pelo lago presentes em suas terras, que iriam ser apropriados por uma mineradora. Esses entes são percebidos por ela como irmãos, parte de sua família, e não como um recurso a ser utilizado para obtenção de lucro. Assim como essa agricultura, chamada Máxima, existem muitas outras "Máximas" lutando por suas famílias, que a modernidade não pode compreender, nem integrar, pois elas são complexas e compostas por outros seres, os quais para o sistema-mundo moderno colonial são apenas recursos naturais a serem explorados. Essa família é a própria natureza, a *pachamama*, o organismo grandioso, do qual todas(os) nós fazemos parte e que não pode ser reduzido a meros valores monetários (LA CADENA, 2018).

Em termos semelhantes, a interlocutora Flor de Maracujá explica que:

Ser agroecológico é um sentimento. Sou agroecológica porque penso e quero um mundo assim, eu quero o bem para os outros, até para aqueles que eu não conheço, que eu nunca vi. Eu quero que eles tenham direito a uma alimentação saudável, eu quero que as futuras gerações tenham direito a um mundo melhor, a um ambiente saudável, a um planeta normal. Não como o período que estamos vivendo agora, nós já estamos sofrendo consequências do desequilíbrio da natureza. E independente de quem seja, eu desejo o bem. Mas a gente percebe que tem pessoas que só trabalham com produtos agroecológicos, porque o produto vale 30% a mais. Infelizmente tem isso (FLOR DE MARACUJÁ, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Nesse contexto, as consequências do pacote modernizante da agricultura podem ser consideradas como violências contra os seres que coabitam o planeta, além de reproduzir a colonialidade que transpassa as relações entre humanos e não humanos. As agricultoras camponesas, com as quais dialoguei na pesquisa, são terminantemente contra as técnicas agrícolas empregadas por seus vizinhos, adeptos de lavouras de monocultura e do pacote de insumos químicos da agricultura modernizada, como demonstra a fala de Magnólia:

[...] eles foram lá e arrancaram tudo para plantar grãos. Eu sou contra isso. Tem vertentes e nascentes aqui. E foi nesse lugar que o pessoal trancou tudo, aterrou tudo. Acabou com a água. Eu sou contra isso, também (MONGÓLIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Outro exemplo foi encontrado em uma conversa com Flor de Maracujá, enquanto ela me mostrava uma planta totalmente danificada pelo uso de insumos químicos, usados por seus vizinhos. Na ocasião, refletimos sobre as práticas de seus

vizinhos, adeptos de lavouras de monocultura. Ela, ainda, apontou a dependência externa dessas(es) agricultoras(es), que precisam comprar diversos produtos químicos para tratamento do solo, sementes transgênicas, agrotóxicos para combater insetos e diversos outros tipos de insumos que são controlados por grandes empresas, muitas vezes internacionais, interessadas somente no lucro e na utilização da natureza como um recurso a ser explorado.

Um dia os homens passaram veneno, no dia seguinte eu vim aqui estava desse jeito. Pensa, olha isso aqui totalmente cozido. Olha aqui [mostrando o dano nas folhas]. Esses galhos aqui eu tenho que eliminar, que não vai produzir [...] e eu luto tanto, tanto para pôr isso na cabeça das pessoas, quanto para eles entenderem que a gente está virando escravo das sementeiras, das produtoras de semente, que quanto mais você fica dependente da semente, mais aumenta o preço. Aí dizem: 'ah mas e se não é híbrida e se não é transgênica, não produz mais?'. É conversa fiada, sabe? É coisa que colocam na cabeça das pessoas (FLOR DE MARACUJÁ, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

No contato com as agricultoras camponesas agroecológicas que entrevistei, pude notar que elas têm uma visão diferenciada sobre o que é a natureza e como utilizar as dádivas que ela oferece aos seres humanos, uma visão que vai contra o sistema-mundo moderno e o que ele convencionou como agricultura. Esses são exemplos de como mulheres, em distintos territórios, produzem resistências, que se caracterizam como resistências diante das formas de opressão. Assim, elas se contrapõem à violência da dominação hegemônica e ao sistema agroalimentar, pautado nas monoculturas e no uso intensivo de insumos agrícolas. Elas criam resistências, por meio da agroecologia. Esse movimento pode não transformar, de imediato, as relações de poder pautadas no gênero, raça e classe e outros marcadores de desigualdades, mas mostra que existem outros mundos possíveis. Na próxima seção, apresento a atuação das agricultoras agroecológicas em seus quintais, construindo suas vivências em agroecologia na região da pesquisa.

5.2 Mulheres vivenciando e construindo a agroecologia na região Sudoeste do Paraná

Nesta seção, discuto a vivência das agricultoras camponesas na construção da agroecologia nas comunidades em que estão inseridas, desde o manejo dos seus quintais até a participação em redes e cooperativas. Na minha vivência em

agroecologia, sempre que conheço uma mulher, mais cedo ou mais tarde, pergunto-lhe como a agroecologia encontrou-a e o que ela entende por agroecologia. E isso é importante, sobretudo para esta pesquisa, pois me permite olhar e perceber suas vivências através de lugares e lentes que não são as minhas.

Nesse sentido, em diálogo com Girassol (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022), ela contou que conheceu a agroecologia em 2001, em práticas apresentadas pelo CAPA. Ela disse que foi chamada, formalmente, em 2018, para trabalhar com agroecologia, mas já havia criado sua marca há cerca de quatro anos, inclusive vendendo seus alimentos pelas redes sociais. Em relação ao manejo agroecológico, ela afirma que desde que obtiveram o selo orgânico não trabalharam mais com o cultivo convencional ou transgênico.

Já Flor-de-lis (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) relatou que começou a produzir cestas de alimentos, em 1995, e, posteriormente, passou a receber visitas de representantes do CAPA e do STR para participar de um projeto de produção de mandiocas. Ela contou que já eram orgânicos na época, e que a família plantava cenoura, milho e feijão. Na conversa com as duas agricultoras, pude notar a participação ativa do CAPA no sentido de incentivar, direcionar, oferecer informações sobre sementes crioulas e adubos orgânicos, o que é importante para as famílias que estão começando o trabalho na agroecologia, além do compromisso das agricultoras em não usar agroquímicos em sua produção.

Flor de Maracujá e Flor de Cactos (ENTREVISTAS REALIZADAS EM 2022) contaram que iniciaram a produção sem insumos químicos, em meados de 2008. No entanto, foi em 2010, quando participaram de um trabalho de pesquisa realizado por um grupo de estudantes da UNIOESTE, em sua propriedade, que conheceram a agroecologia. Flor de Maracujá (ENTREVISTAS REALIZADAS EM 2022) explicou que sempre trabalhou de maneira orgânica, mas que nunca tinha ouvido falar do termo agroecologia antes: *"eu sempre trabalhei assim, só não sabia que tinha esse nome"*. Ela, também, afirmou que o professor coordenador do projeto perguntou se ela se considerava agricultora orgânica ou agroecológica, e ela respondeu:

[...] eu acho que sou mais agroecológica, porque o orgânico basta você não colocar químicos, não colocar veneno no produto, e o agroecológico é bem mais abrangente. Mas era assim, uma coisa que eu nunca tinha ouvido falar e ninguém tinha me questionado (FLOR DE MARACUJÁ, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

A fala dessa agricultora demonstra que a pesquisa realizada pelos estudantes da UNIOESTE foi um marco importante para consolidar a produção agroecológica da família, evidenciando o papel das universidades para a construção da agroecologia na região. O contato com a universidade também foi importante para a compreensão do significado da agroecologia, já que na época essa nomeação ainda não era muito conhecida entre as famílias agricultoras. A discussão sobre o significado da agroecologia também sugere que, mesmo entre as(os) praticantes de agricultura orgânica, pode haver diferentes compreensões sobre o termo, uma vez que a agroecologia não é apenas um modo de produção agrícola, mas um meio de vida, que envolve um relacionamento sustentável com a natureza, em todos os níveis.

Lavanda (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) narra que começou a trabalhar com agroecologia depois de ser convidada por seu vizinho para participar de uma reunião com um técnico do CAPA, com o objetivo de entender como as plantas absorvem água. Durante a reunião, o técnico desenhou uma planta de tomate e explicou as diferentes funções de cada raiz, o que deixou a agricultora camponesa maravilhada e despertou a sua curiosidade para aprender mais. Na época, o vizinho da interlocutora enfrentava problemas em suas plantações de morango, decorrentes da aplicação de pesticidas feita nas propriedades ao redor de sua área de cultivo, as quais plantavam grãos, e contaminavam a água usada em sua produção. Ele a convidou para se juntar à cooperativa, para fortalecer a produção orgânica na região e comercializar esses alimentos. Assim, ela começou com pequenas quantidades de alface e, gradualmente, expandiu para outros legumes, sempre trabalhando de forma orgânica. A interlocutora contou que sempre trabalhou no sítio e tinha alguma experiência com a pequena horta de sua mãe, mas seu trabalho com agroecologia iniciou há cerca de 12 anos (desde 2010), quando ela começou a entregar vegetais para a cooperativa. Na época, ela trabalhava com produção de leite e criação de ovelhas, então começou a cultivar legumes em pequena escala, primeiro sem uma estufa e, posteriormente, investiu em uma quando seu trabalho passou a dar retorno financeiro. Apesar de não ter experiência com cultivo de vegetais, ela foi capaz de aprender e melhorar suas práticas agrícolas com a ajuda da assistência técnica, de membras(os) da cooperativa e de suas próprias descobertas, através de suas experimentações.

Para Magnólia (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022), o encontro com a agroecologia se deu em 2020, através de uma amiga, cujos pais já trabalhavam com

esse modo de produção. Nesse momento, a agricultora camponesa aprendeu que o trabalho consistia em plantar sem usar pesticidas, e que era importante plantar árvores ao redor das hortas e usar adubação verde ou biológica. A assistência técnica do CAPA foi importante, pois o técnico explicou para a agricultora que uma encanteiradora (enxada rotativa) poderia ser usada para ajudar a manejar as ervas que nascem nos canteiros, e que estas poderiam ser usadas mais tarde como um composto orgânico para as verduras. A interlocutora, então, começou a trabalhar com agroecologia e aprendeu mais sobre a prática ao longo do tempo, com a ajuda da assistência técnica e membras(os) da COOPERVEREDA. Nesse relato, pude compreender como é importante a socialização dos conhecimentos adquiridos através de relações de amizade e proximidade. Além disso, percebi que as agricultoras sempre estão abertas à aprendizagem de técnicas que facilitem o seu trabalho, seja produzindo compostos fertilizantes orgânicos ou utilizando-se de plantas que permitam que os alimentos plantados por elas estejam saudáveis. Outro fator de importância observado foi a participação ativa de técnicas(os) para auxiliar as famílias agricultoras que estão começando no manejo agroecológico.

Margarida (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) afirmou que a família começou a trabalhar com agroecologia em 2002, com a produção de uva, e, em 2005, com a horta. Ela mencionou que a escolha pela agroecologia foi motivada pela preocupação com a saúde e com a renda. Quando perguntada se trabalhavam com agricultura convencional antes, ela respondeu que sempre venderam leite, mas não utilizavam sementes transgênicas ou agrotóxicos para a produção de vegetais que usavam como ração. Ela disse que quando seu marido começou a trabalhar no sistema orgânico, ele acreditava que isso não funcionaria, mas com o tempo percebeu que esse modo de produção é possível. Ela também comentou que seu pai foi um dos fundadores da APROVIVE, e que já tinha uma relação com o CAPA, do qual ele era membro. Para ela, a igreja luterana, por meio do CAPA, desempenhou um papel importante na decisão de trabalhar com agroecologia, já que havia um suporte técnico disponível e um grupo que poderia ajudar com a obtenção do selo de certificação.

Já Alecrim (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) relatou que começou a trabalhar com agroecologia a partir de um curso oferecido pela ASSESOAR, em 1998, assim, ela e o esposo começaram a transicionar sua propriedade para práticas agroecológicas, após o curso. Antes disso, elas(es) trabalhavam com agricultura convencional, plantando milho e soja. Ela explicou que o incentivo para o esposo fazer

o curso partiu dela, uma vez que ele tinha problemas de saúde devido ao uso de agrotóxicos. A ideia de trabalhar com agroecologia já existia, mas elas(es) não sabiam como fazer a transição sozinhas(os), por isso organizações, como a ASSESOAR e o CAPA são importantes. Além disso, a propriedade era da família de seu esposo e alguns parentes se opuseram às mudanças. Nesse relato, é possível observar aquilo que Emma Siliprandi (2011) e outras pesquisadoras também evidenciaram em suas pesquisas, de que, geralmente, são as mulheres que têm a iniciativa de começar a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos. Isso pode ser explicado pelo fato de que elas são consideradas as principais responsáveis pelo preparo das refeições e de cuidados com a saúde da família e, por isso, buscam alimentos livres de agrotóxicos para as suas famílias. Além disso, elas demonstram enorme empatia com outras famílias que consumirão aqueles alimentos.

O fato de haver oposição à transição ecológica, em alguns casos, como o relatado por Alecrim (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022), pode estar relacionado às falácias disseminadas pelo processo de modernização da agricultura, as quais afirmam que a agricultura sem agroquímicos não é rentável, que não há mercados consumidores ou que o manejo sem pesticidas exige muitas horas a mais de trabalho.

Para Rosa Vermelha (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022), a agroecologia se apresentou como novidade, a partir do momento que ela entendeu que para que uma propriedade seja agroecológica, é preciso que toda a produção seja feita sem agrotóxicos. Ela contou que sua família e a do esposo trabalhavam com a agricultura convencional antes de começar a produção agroecológica, e que um curso profissionalizante feito por seu esposo, em 2010, foi a porta de entrada para a agroecologia. A terra em que trabalham é herança do esposo, e, como antes a família usava agrotóxicos nas lavouras de fumo, a agricultora destacou que a transição agroecológica foi difícil, mas que era um sonho de seu esposo:

Ele já estava começando a querer implantar a agroecologia na terra da mãe dele, e o pai já era doente e a mãe aposentada, só tinha o irmão dele que tirava leite e plantava fumo, então usava veneno naquela roça de fumo, e no resto não. Na minha família, o pai usava dessecante para plantar milho, para fazer silagem e só, alguma coisa nos poteiros, mas ele demorou para começar a passar veneno nos poteiros. E sempre teve a horta e a plantação de comida para comer, sem veneno. Passava veneno nas roças em volta, mas ali nunca, sempre nas enxadas. [...] Antes do curso, ele [o esposo] também plantava fumo, e fumo é uma coisa que usa bastante veneno. No curso, ele aprendeu sobre agroecologia, gostou e quis levar para frente. Ele me apresentou, e quando casamos o sonho dele era fazer a propriedade

agroecológica. Na época, ele tinha a terra, mas não tinha nada em cima
(ROSA VERMELHA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Nesse relato, é possível perceber que existe uma crescente conscientização sobre a importância da agricultura ecológica e dos problemas associados aos agrotóxicos empregados na agricultura convencional. As entrevistas que realizei demonstram que a implementação de práticas agroecológicas podem ser um processo desafiador e que, muitas vezes, requerem um investimento significativo de tempo, recursos e conhecimento especializado, além da aceitação daquelas que realizam a produção. As agricultoras camponesas demonstraram que há um desejo crescente de atuar na agroecologia, e que muitas famílias estão dispostas a aprender e a construir esse modo de vida.

A maioria das delas mencionaram cursos promovidos por organizações regionais, como ASSESOAR, Rede Ecovida e Instituto de Desenvolvimento Rural, que buscam a disseminação da agroecologia. O curso técnico em agropecuária, com ênfase em agroecologia e desenvolvimento rural, foi um exemplo citado. Esse curso tem o objetivo de capacitar jovens, indicadas(os) pelas organizações camponesas, para atuar técnica e politicamente na região. O curso é uma ação proposta pelo Fórum Regional das Organizações e Movimentos Sociais Populares do Campo e da Cidade do Sudoeste do Paraná e é coordenado pela ASSESOAR, em parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos, atual UTFPR, e Escola Técnica Federal do Paraná. O curso teve três edições (entre 2002 e 2011), e foi responsável pela formação de muitas das lideranças que estão atualmente nas entidades e no movimento da agroecologia no Sudoeste do Paraná.

Essas ações demonstram que a mudança para práticas mais sustentáveis, na agricultura, é possível e pode trazer benefícios, tanto para as famílias agricultoras quanto para o meio ambiente. Além disso, as entrevistas e as observações de campo mostram como a agroecologia é uma prática que pode ser aprendida e aprimorada com o tempo. As agricultoras camponesas mencionam como o acesso à agroecologia pode ser influenciado por diversos fatores, como o convite de vizinhas, a preocupação com a saúde e a renda ou, até mesmo, por ter nascido em uma família que já praticava a agroecologia. Mais ainda, os diálogos que estabeleci durante a pesquisa evidenciam que a compreensão de que a agroecologia é um modo de vida que envolve um relacionamento sustentável com a natureza, em todos os níveis. Pode observar, de forma geral, que a agroecologia se constitui como uma prática importante para a

alimentação, a saúde, a economia, o meio ambiente e o desenvolvimento regional, e que seu acesso pode ser facilitado por meio da cooperação entre agricultoras, assistência técnica e programas governamentais de incentivo, com políticas públicas específicas.

Portanto, a valorização dos saberes e das práticas locais, aliada à promoção da agroecologia, é fundamental para questionar a colonialidade do poder e do saber, perpetuada pela agricultura moderna colonial e promover um desenvolvimento mais justo e sustentável para as agriculturas e para as comunidades agricultoras. Na próxima seção apresento alguns dos saberes e das práticas das agricultoras que foram entrevistadas pela pesquisa.

5.3 Saberes e práticas das mulheres nas vivências em agroecologia

Nesta seção, proponho-me a apresentar saberes e práticas em agroecologia das agricultoras agroecológicas com as quais tive contato durante esta pesquisa. Cabe salientar, que quando me refiro aos saberes e às práticas das agricultoras, considero as atividades de plantio em uma perspectiva decolonial, assim, toda a vivência das mulheres agricultoras camponesas na agroecologia é considerada parte integrante de seus saberes e de suas práticas, desde suas atividades cotidianas até sua participação em movimentos sociais agroecológicos.

Segundo Moreira, Ferreira e Siliprandi (2018), as mulheres estiveram presentes e protagonizaram a construção da agroecologia no Brasil: elas são a base da agricultura familiar, são as responsáveis diretas por iniciar e divulgar as experiências com agroecologia, estão presentes na pesquisa acadêmica, trabalham na assistência técnica e estão envolvidas em todos os outros campos em que se constrói a agroecologia. Entretanto, o seu saber-fazer agroecológico e a sua presença nesse campo, muitas vezes, são invisibilizados pelo olhar hegemônico e patriarcal do paradigma dominante.

Isso ficou evidenciado durante o VI SOCLA, realizado entre os dias 12 e 15 de setembro de 2017, em Brasília, no qual apresentou-se um painel intitulado “Memória da Agroecologia”, coordenado por Miguel Altieri (University of California, Berkeley, EUA), Manuel González de Molina Navarro (Universidad Pablo de Olavide, Espanha), Jean Marc Von Der Weid (Associação de Agricultura Familiar e Agroecologia – ASPTA) e Fernando Funes Aguilar (Estación Experimental Indio Hatuey, Cuba). A

inexistência de mulheres na mesa e o caráter estritamente acadêmico-científico das(os) participantes foi alvo de protestos e mobilizações contra a invisibilização das mulheres na história da agroecologia e na construção de saberes e conhecimentos.

Nesse mesmo sentido, Héloïse Prévost (2019), na publicação intitulada “Agroecologia, uma ciência ‘norma(l)acho’? Sob as escrituras científicas, o androcentrismo”, analisa como essa ciência, ainda perpetua o caráter patriarcal moderno colonial, demonstrando como o campo acadêmico da agroecologia foi construído, fazendo (auto)referência a, principalmente, três autores — Miguel Altieri, Charles Francis e Stephen Gliessman —, os quais são reconhecidos como líderes. A autora aponta para a invisibilização das mulheres nas narrativas e nas publicações acadêmicas sobre agroecologia e “como agentes agroecológicas, sujeitas sabidas e sujeitas políticas” (PRÉVOST, 2019, p. 25).

Janete Rosane Fabro — agricultora familiar agroecológica, coordenadora da Rede Ecovida de Agroecologia pelo Estado do Paraná e engenheira agrônoma da ASSESOAR — realizou uma fala em um evento promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR, 2019), em que afirma que todos os povos do campo, incluídos os das águas e das florestas, sempre realizaram e continuam realizando pesquisas em agroecologia, produzindo um saber resultante do conhecimento do local em que vivem, e que expressa a maneira como eles percebem e interagem com a realidade.

Tal assertiva é corroborada por Maria José Guazzelli e Silvia Ribeiro (2016), quando afirmam que as agricultoras realizam mais pesquisa científica e desenvolvem mais variedades de plantas do que as corporações, constituindo coletivamente, através de suas sementes guardadas e suas variedades melhoradas localmente, um repositório de conhecimento tradicional e de inovação.

As agricultoras camponesas entrevistadas são protagonistas na produção de alimentos, sendo elas, frequentemente, responsáveis pelo processo de preparação da terra, semeadura, plantio de mudas, manejo e controle de plantas espontâneas, insetos e doenças, além de trabalhar na colheita. Aos homens, geralmente, ficam reservadas as tarefas de entrega ou comercialização, como salienta uma das agricultoras camponesas:

[...] mas o que é que eles querem, é a parte mais fácil, que é fazer as entregas. Então, eu acho assim, eu sempre brinco e digo que depois que eu me

aposentar, eles vão pegar no pesado e eu vou fazer as entregas: vocês que trabalhem! (LAVANDA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

A contribuição das agricultoras é feita através de seus saberes, que são passados de geração em geração e são fundamentais para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Desse modo, elas formam grande parte da força de trabalho dos sistemas locais, contribuindo, direta ou indiretamente, para a economia, o abastecimento de alimentos e a soberania alimentar regionais (CARDOSO; RODRIGUES, 2019).

Além disso, os saberes e as práticas agroecológicas das interlocutoras da pesquisa são construídos através de observações de processos que envolvem também os outros seres. Girassol contou que sempre gostou da natureza, mas não se sentia integrada a ela:

[...] como te falei, não me sentia como parte, eu não conseguia ver as relações que aconteciam. Hoje, eu consigo entender o porquê um pé de guanxuma está ali, o porquê do pé de leiteiro, o porquê a vaquinha ataca, eu consigo entender os processos [...] (GIRASSOL, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

A partir da fala de Girassol é possível compreender que a agroecologia envolve um conhecimento sistêmico, que tem a capacidade de agregar, de construir relações com os agroecossistemas. Ela expressa o entendimento de que a agricultura não é uma atividade isolada, mas sim parte integrante de um ecossistema maior. A agricultora, ainda, afirmou: *“eu consegui entender os processos e entendendo eu consigo intervir, para não perder a produção e nem prejudicar a natureza”* (GIRASSOL, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022). Dessa forma, quando a agricultora fala sobre intervenção, ela não está se referindo a uma força dominante sobre a natureza, mas sim um ajuste sutil, de forma que ele possa se autorregular, conforme as necessidades do agroecossistema.

Essa relação explica como a agroecologia se configura para as mulheres agricultoras como práticas sustentáveis de cultivo, as quais enfrentam o sistema agroalimentar hegemônico, que foi consolidado através da violência colonial. Nesse sentido, identifico aqui, o olhar fronteiriço que direciona novas possibilidades de relação dos seres humanos com a natureza, trazendo à tona a potência do projeto de vida ancestral, baseado na organização horizontal e colaborativa (ANZALDÚA, 2016; ESCOBAR, 2015).

Os conhecimentos agroecológicos são partilhados e estão sempre em movimento, são repassados através das gerações, aprendidos com mães, avós, bisavós, compartilhados com as vizinhas, amigas, comadres, acessados através do contato que as mulheres têm com profissionais técnicas e agrônomas que trabalham nas instituições de assessoria, como o CAPA, a ASSESOAR, a COOPERVEREDA e a Rede Ecológica de Agroecologia. Essas organizações e apresentam como ferramentas de enfrentamento às práticas agrícolas modernas, permitindo que a construção de outros mundos ou ontologias sejam possíveis.

Na pesquisa de campo, pude perceber que, para as interlocutoras, o acesso aos conhecimentos que provêm de familiares ou de técnicas tem o mesmo peso e importância. Uma das agricultoras declara: *“Eu faço o uso de uma calda de alho e pimenta, eu digo, são as bruxarias da técnica. A Larissa [técnica] pesquisava e via que essas coisas funcionavam, e a gente fazia”* (LAVANDA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Além disso, é possível observar que elas demonstraram curiosidade e iniciativa ao buscar informações na troca de experiências com as outras agricultoras e na *internet*, buscando opções que tornem o trabalho nas hortas menos exaustivo, como relata Rosa Vermelha:

Não adianta trabalhar na enxada, porque é agroecológico. Não estou dizendo que tem que passar veneno, mas vamos procurar, deve ter outras coisas, vamos pesquisar na internet, vamos visitar feiras para conhecer, vamos para outros estados, vamos fazer intercâmbio, vamos guardar dinheiro para ir lá investigar, conhecer, isso que eu falo. Vamos ver um mini trator, uma roçadeira para passar no meio das frutas, fazer mais ligeiro. Tem que ter tecnologia, tem que ter, não é porque você é agroecológico que vai tá lá na época das pedras [...] (ROSA VERMELHA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Na convivência com as interlocutoras, entendi que os saberes e as práticas que são repassados de geração em geração, principalmente, aqueles relacionados aos melhores períodos de plantio e colheita, conforme as fases da lua ou as estações do ano, e a melhor maneira de colocar a semente ou a muda no solo. O manejo ecológico dos cultivos necessita de inúmeros conhecimentos sistêmicos. Já, as formas coloniais modernas de cultivo exigem menos observação e experiências, pois os agrotóxicos e fertilizantes "corrigem" o solo, deixando viver apenas a planta desejada.

Conforme expressou Margarida, sobre a sua produção agroecológica:

[...] você tem que se dedicar bem mais, porque se fosse uma produção normal, tu passavas um veneno e o bichinho morria, o mato sumia. Assim não, você vai hoje lá, não termina, amanhã você vai novamente, você vai envolver a semana inteira (MARGARIDA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

A observação do calendário lunar é algo frequente entre as agricultoras camponesas, sendo, geralmente, um saber passado pela família: *"A lua é uma coisa que vem de geração"* (ROSA VERMELHA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022). Além do conhecimento passado sobre as fases da lua, saberes sobre práticas de cultivo também são passados de geração em geração, conforme explica a agricultora:

Abobrinha o pai me ensinou que não pode adubar, se não o bichinho suga todo o caule dela e não vem. A abobrinha de tronco se planta sem adubo [...] batata salsa não dá para plantar onde tem árvore, porque ela precisa de sol pleno em cima dela (ROSA VERMELHA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

As agricultoras camponesas, também, aprendem com a prática e com experiências: *"Cada cultura tem um jeito de manejar, tu não podes plantar o pepino em julho, tu sabes que a geada mata, é uma coisa óbvia"* (ROSA VERMELHA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022). A experiência das agricultoras, conduzida pela experimentação, também constitui seus saberes, pois elas fazem das hortas seus laboratórios (WALLAU, 2021), e aprendem a observar as relações naturais entre o clima, o solo e as particularidades dos cultivos

É, a roseira serve como alerta, aí tratamos com bordalesa. Aplicamos só quando necessário, a gente nunca aplica sem ver sinais. Então, assim, ano passado nós aplicamos pouco, pois choveu pouquíssimo, e o que traz as doenças é sempre a umidade (FLOR DE MARACUJÁ, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Além disso, elas têm contato com especialistas das universidades públicas da região, através das redes agroecológicas e cooperativas. Dessa forma, elas podem ter acesso a técnicas e ferramentas inovadoras que as pesquisas desenvolvidas por discentes e docentes possibilitam criar. As agricultoras relataram que no contato com universidades e projetos de pesquisa, elas aprenderam quais plantas são companheiras das culturas plantadas por elas nas hortas, o que ajuda na prevenção de insetos; como fazer o manejo do solo; como organizar os canteiros para melhorar a produção e como as plantas se relacionam com os diferentes tipos de solos.

As entrevistas e as observações que realizei permitiram observar diversos aspectos relacionados a uma ecologia das práticas – conceito proposto por Isabelle Stengers (2005), que enfatiza a importância das práticas na construção dos conhecimentos e na relação entre ciência e sociedade. Ela argumenta que as práticas científicas são inseparáveis das práticas sociais, culturais e políticas em que estão inseridas, e que a ciência deve ser vista como um conjunto de práticas situadas e contingentes, em vez de um conhecimento universal e objetivo. Para a autora, é preciso questionar a autoridade científica e o poder do sistema de saberes dominante de falar em nome de uma verdade universal, considerando que a ciência deve ser mais aberta ao diálogo com outras formas de conhecimento e com a sociedade em geral. Nesse sentido, a ecologia das práticas propõe uma abordagem mais situada, crítica e reflexiva em relação à ciência, que leva em conta o contexto social e político em que a ciência é produzida e suas implicações para a sociedade em geral (STENGERS, 2005).

Notei que as agricultoras aprendem com suas experimentações, como em “verdadeiros laboratórios experimentais informais” (LEÓN, 2004, p. 222). Conforme demonstrei em outra ocasião (WALLAU, 2021), por meio das práticas das agricultoras, é possível produzir alimentos de boa qualidade, sem a contaminação de agrotóxicos e respeitando os ciclos naturais do solo e das plantas. As experiências das agricultoras também podem possibilitar a descolonização do conhecimento (CUSICANQUI, 2010), pois há um movimento de ruptura com as técnicas e as práticas difundidas pelo sistema agrícola moderno da *Plantation* e da Revolução Verde. Observar os saberes das agricultoras é especialmente importante, devido à estrutura social dos espaços rurais, onde diversas vezes suas vozes foram caladas e seus conhecimentos subestimados ou desqualificados.

As interlocutoras demonstram uma forte conexão com a terra e com a prática agrícola, que é transmitida de geração em geração, na sua família, fazendo com que esses saberes sejam e estejam sempre em movimento. Elas aprenderam desde muito cedo a plantar e a cuidar das plantas, pois saberes e práticas foram repassados a elas por suas mães, avós e bisavós. Elas reconhecem esses saberes, os aprendem e utilizam, além de, muitas vezes, ressignificarem. Quando uma das agricultoras lembra que sua mãe confiava no sagrado para curar as plantações, ela demonstra como os saberes são diversos e se apresentam sob diversas perspectivas: [...] *se aparecer alguma doença a mãe vai lá com um pote de cinza e passa, a cinza do fogão a lenha*

[...] e se não tem nada, reza, molha e deu [...] (GIRASSOL, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Assim, a relação das agricultoras camponesas com os outros seres não é apenas de manejo do solo ou de produção, mas também de cosmovisão, carregado de subjetividades que só podem ser compreendidas quando olhadas sob o ponto de vista delas. Sobretudo, além da valoração de técnicas próprias e geracionais de controle de doenças e modos de produção, foi possível observar que a comercialização e o ganho econômico não estão no centro, ou seja, não são o principal objetivo das agricultoras, mesmo assumindo, também, importância para elas.

É importante destacar que esse tipo de transmissão de saberes e práticas é um processo importante para a construção, a manutenção e a propagação do conhecimento local. Segundo Anna Tsing (2019), o aperfeiçoamento de diversos sistemas locais de conhecimentos e culturas agrícolas vai sendo construído e reconstruído, ao longo de anos de interação entre a natureza e os seres humanos.

A utilização de adubos naturais e de práticas agroecológicas mostra que as agricultoras camponesas têm compromisso com a saúde do solo, da água e dos seres vivos que ali habitam, além de produzir alimentos saudáveis e seguros para o consumo de sua família e para a comercialização. Observei que para elas a relação das práticas sociais com o meio ambiente, a cultura e a economia, são dimensões interligadas e interdependentes.

As interlocutoras mencionam a importância da comercialização para os programas governamentais PNAE e PAA, que inclui vários alimentos locais e orgânicos, como hortaliças, verduras e frutas. As falas, também, expõem a importância dessas políticas públicas para as famílias, pois são relevantes para a economia local e para a qualidade da alimentação nas escolas, e podem ser fonte de renda e autonomia para as mulheres que trabalham com hortas e quintais agroecológicos. Uma das agricultoras demonstrou, em sua fala, a necessidade de incentivar a educação alimentar de estudantes e professoras(es), para que priorizem o consumo de alimentos saudáveis, destacando, ainda, a necessidade de envolver toda a comunidade escolar na preparação dos alimentos.

As agricultoras também narraram sobre seu dia a dia e a sua prática de observação da natureza, indicando preocupações com a falta ou o excesso de chuva e a importância de adubar o solo para garantir uma boa colheita. Essas práticas de cuidado com a terra e com os alimentos são fundamentais para garantir a

sustentabilidade e a segurança alimentar na região, além de serem fruto de orgulho para elas.

Nas falas delas, identifiquei a preocupação com a saúde humana e com a sustentabilidade ecológica, que são centrais na agroecologia, tendo em vista o uso de venenos (agrotóxicos) na produção agrícola da região. Elas têm consciência da necessidade de uma alimentação balanceada, com menos açúcar, gorduras e produtos alimentícios industrializados, e mais fibras, hortaliças e verduras agroecológicas, para toda família. Além disso, uma das agricultoras mencionou a tentativa de integrar diferentes práticas ecológicas, como o cultivo de flores e plantas medicinais, em conjunto com as alimentares. Ela destacou a importância da diversificação de cultivos para garantir a renda e a sobrevivência das famílias agricultoras, o que é consistente com a abordagem agroecológica que valoriza a diversidade de espécies e os sistemas agrícolas. Nesse sentido, a abordagem integrada dos saberes e das práticas das agricultoras é um aspecto fundamental da agroecologia.

Ainda durante a pesquisa de campo, observei a interação complexa entre a ação humana e o meio ambiente. Nos quintais das agricultoras é possível identificar a construção da agroecologia como uma prática que respeita a natureza e o bem-estar das pessoas envolvidas na produção agrícola. A fala das agricultoras apresenta a agroecologia como uma alternativa viável e saudável para a produção de alimentos, respeitando o meio ambiente e proporcionando uma alimentação mais saudável para a população. Além disso, as práticas ecológicas desenvolvidas por elas remontam sua infância, em que lembram que suas famílias não usavam venenos na roça, e que comiam alimentos que plantavam.

O conhecimento repassado pelos órgãos de assessoria técnica é igualmente importante para as agricultoras camponesas. Elas relataram que entender como as plantas absorvem a água, o sol e os nutrientes do solo favoreceu suas decisões na hora de escolher onde e como plantar as mudas. Aprenderam, também, que nem sempre as mudas vendidas nas agropecuárias são próprias para o plantio da estação vigente:

[...] a gente pegava a muda, colocava-a na terra e não desenvolvia, porque nessas agropecuárias eles vendiam muitas mudas que eram do verão, vendiam no inverno, que daí tu colocava ali e ficava parado, não sai do chão. Então, eu sofri bastante com essa parte [...] (LAVANDA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Entretanto, o conhecimento difundido pelas assessorias técnicas também tem suas limitações. Em uma das entrevistas, a agricultora contou que questionou o conhecimento repassado pelo agrônomo que a visitou. Segundo ela, o técnico havia aconselhado instalar apenas uma bomba de água para irrigar a horta, entretanto, ela questionou essa orientação, pois sabia que apenas uma bomba não daria conta de irrigar toda a horta.

A pesquisa de campo, também, mostrou como a adoção da produção agroecológica está conectada com uma série de outras práticas e outros conhecimentos, desde a escolha de plantio de plantas "amigas e inimigas", até a convivência com outras produtoras, e o conhecimento das necessidades e das preferências das(os) consumidoras(os). Elas mencionam práticas, como adubação, cobertura verde, compostagem, uso de óleo de neem, adubo orgânico, pó de rocha e observação da lua para plantar. Além disso, as agricultoras destacam a importância da biodiversidade e a interação entre plantas e insetos, para manter a saúde do solo e das hortaliças que produzem. Elas, também, enfatizam o uso de plantas anteriormente consideradas invasoras para fins medicinais e alimentares, bem como a importância de testar e experimentar diferentes técnicas para encontrar as melhores práticas. Ou seja, o saber-fazer agroecológico das interlocutoras é baseado na observação, na experimentação e na adaptação às condições locais, bem como no respeito à natureza e aos ciclos naturais.

É fundamental destacar que os saberes e as práticas das agricultoras não estão apenas relacionados ao plantio e ao processamento dos alimentos, mas, também, à comercialização e à administração da renda. As agricultoras destacam a importância de um bom atendimento às consumidoras, enfatizando que a qualidade da produção deve ser acompanhada por um bom serviço de comercialização. Elas apresentaram o seu sistema de organização e controle de vendas, mostrando como, cuidadosamente, anotam as dívidas das consumidoras e mantêm registros precisos sobre custos e rendas. O conhecimento delas se estende às ferramentas de trabalho que utilizam em seu dia a dia, ao manuseio correto das variedades de hortaliças, tanto para higienização quanto para transporte, e da preocupação em produzir alimentos de forma sustentável, respeitando e preservando o meio ambiente.

Quando relacionamos suas práticas e suas vivências, percebemos que a agroecologia transforma não só o seu modo de cultivo, mas, também, o seu modo de vida e de se relacionar com o meio ambiente, com outras pessoas e consigo mesmas.

A maioria das interlocutoras da pesquisa demonstrou que a sua saúde e de suas famílias melhorou pela prática da agroecologia, não só devido ao consumo de alimentos mais saudáveis, mas, também, pelos benefícios terapêuticos da agricultura, tanto física quanto mental. Elas explicitam como a horta é uma terapia e que trabalhar com as plantas e a terra pode mudar completamente sua perspectiva e seu estado de espírito, mencionando que a agroecologia tem sido uma grande mudança para melhorar a sua saúde e o bem-estar geral:

[...] eu falo para todo pessoal que vem aqui: “a horta é uma terapia”. Você pode estar deprimido, você pode estar desanimado com tudo, você vai lá, começa a mexer lá, começa a plantar, tua cabeça parece que fica bem diferente, muda totalmente [...] tem fases que você levanta assim, e nossa, parece que o mundo todo vai despencar. Aí você vai para lá, vai para horta. Eu saio lá de casa, fecho a porta, deixo, às vezes, as coisas ainda na mesa. Quando você volta, tá bem diferente, parece que a terra tira do teu corpo aquele peso, aquela coisa ruim que você tem. E, para mim, a minha horta tem sido uma terapia muito grande (MARGARIDA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Ao falar sobre a horta como uma terapia, as agricultoras demonstram como a agroecologia pode contribuir para valorizar a saúde, tanto física quanto mental e espiritual. Além disso, elas destacam como a horta ajuda a tirar o peso e a carga negativa do corpo, enfatizando a importância de cuidar da saúde mental e emocional. A fala das agricultoras sobre a influência positiva da agroecologia em sua saúde destaca como ela pode promover o bem-estar de agricultoras e de comunidades.

Também, foi possível notar a importância da horta e da alimentação saudável para a sua família, em especial seus netos: *“[...] porque tem meus netos que vão lá e pegam as coisas da horta e comem”* (MAGNÓLIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022). Ela ressalta como os alimentos cultivados sem veneno trazem benefícios para a saúde, como o controle do diabetes, e enfatiza a qualidade e o sabor dos alimentos produzidos localmente. Além disso, a agricultora menciona o cuidado que tem com os animais e os outros seres da natureza, estabelecendo uma relação de trocas, que se sustenta por um vínculo de pertencimento, e não pela exploração de um recurso. A agricultora demonstra como as pessoas podem viver bem com a natureza e valorizar as relações comunitárias, priorizando a saúde e o bem-estar, através de escolhas alimentares conscientes e de cuidados com o meio ambiente.

O uso de agrotóxicos, para elas, é uma grande preocupação, pois compreendem que eles provocam diversas doenças. A agricultora Alecrim

(ENTREVISTA REALIZADA EM 2022) contou que a mãe do seu esposo teve problemas de saúde, como hemorragia e gastrite, que podem estar relacionados ao consumo de alimentos contaminados por venenos. A agricultora falou sobre a necessidade de uma alimentação saudável e sem contaminantes, preocupando-se com os efeitos negativos que os agrotóxicos podem ter sobre a saúde de seus familiares e das(os) consumidoras de seus alimentos. A agricultora ainda relata que a utilização de agrotóxicos é uma prática comum na região em que vive: *"[...] porque era tudo, tudo passado veneno, todo lugar que você andava era passado veneno"* (ALECRIM, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022), movimento que tem consequências negativas não só para a saúde, mas, também, para a biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas.

Durante o governo que ficou na presidência entre 2019 e 2022, 652 agrotóxicos foram liberados no Brasil, alguns novos e outros genéricos de produtos já existentes. Entre 2009 e 2017, houve um aumento de 79,9% do volume de agrotóxicos comercializados no país, sendo que cerca de 20% destes são ilegais, contrabandeados ou falsificados. No Brasil também são comercializados agrotóxicos proibidos em outros países. O Paraná está entre os estados que usam mais de 50 mil toneladas de agrotóxicos por ano, sendo destinados, principalmente, para lavouras de soja, cana-de-açúcar, milho e algodão (OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2020).

Nesse contexto, as agricultoras demonstraram grande preocupação com o uso de agrotóxicos na produção dos alimentos, pois eles podem gerar intoxicações e outros problemas de saúde, tanto para elas, quanto para as consumidoras e suas famílias. A difusão de agroquímicos fez com que muitas famílias agricultoras estivessem com sua saúde em risco. Porém, ao começar a trabalhar com agroecologia, essas famílias puderam mudar seus hábitos produtivos, preservando o meio ambiente e a sua saúde. Os hábitos de consumo dessas famílias também se transformam à medida que começaram a consumir os alimentos produzidos agroecologicamente. Seus relatos mostram que os alimentos produzidos sem agrotóxicos possuem sabor e qualidade diferentes daqueles com veneno ou industrializados.

No entanto, o mais importante para a maioria das agricultoras é saber que está contribuindo para a transformação do sistema agroalimentar, através de práticas que promovem sustentabilidade para a sociedade, a longo prazo. Assim, as agricultoras

demonstram responsabilidade social ao se preocuparem com a preservação ambiental, com as próximas gerações e com o cuidado da alimentação de sua família e das comunidades em que estão inseridas.

Uma das agricultoras compartilhou uma história muito íntima, que destaca o impacto da agricultura agroecológica em sua saúde mental. Ela sofria de depressão grave e pensamentos suicidas, que foram causados, principalmente, por diversas violências em seu relacionamento com o seu esposo e desentendimentos graves entre seu filho e seu marido. Ela mencionou que, depois que começou a trabalhar em sua horta e ganhar a sua própria renda, não precisou mais de tratamento psiquiátrico. Dessa forma, ela relaciona sua melhora na saúde mental com a prática da agroecologia. Contou, ainda, que a agroecologia a ajudou de várias maneiras, dando-lhe um senso de propósito, aumentando sua renda e melhorando sua qualidade de vida, além de lhe proporcionar um espaço de convivência com outras agricultoras. Ela acredita que essas práticas lhe permitiram melhorar a saúde mental e ter acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. Observa-se que esses processos estão relacionados, visto que, geralmente, a depressão é causada por falta de vitaminas que diminuem os processos químico-fisiológicos do cérebro.

A sua experiência com a agroecologia evidencia que as práticas agrícolas sustentáveis são fundamentais para a saúde mental das agricultoras, demonstrando que além dos benefícios ambientais, esse modo de produção agrícola, também, pode fornecer benefícios econômicos e de saúde, que são cruciais. Assim, a agricultura sustentável, não permite apenas melhorar o meio ambiente, mas, também, melhorar o bem-estar das agricultoras camponesas, de suas famílias e de suas comunidades. Como a experiência citada demonstra, a agroecologia pode oferecer uma série de benefícios, incluindo acesso à renda e liberdade econômica, acesso a alimentos saudáveis e a melhoria da saúde. A história dela destaca o potencial da agricultura agroecológica para promover a sustentabilidade ambiental e social, bem como a importância de reconhecer as conexões entre esses dois domínios. Adotar práticas agrícolas mais sustentáveis pode propiciar o bem-estar das agricultoras e do planeta como um todo, pois as práticas agroecológicas se conectam aos ecossistemas e às práticas culturais das comunidades agrícolas, ao mesmo tempo em que envolvem questões de segurança alimentar e nutrição das populações rurais e urbanas.

Contudo, a rotina das interlocutoras é de muito trabalho e dedicação. Elas assumem a agroecologia não só como um modo de produção, mas, também, como

um modo de vida. Para Girassol (ENTREVISTA REALIZADA EM 2022), a agroecologia é uma forma de sobrevivência e geração de renda, já que todo seu sustento vem da horta. A agricultora planta, prepara e comercializa os alimentos, além de fazer a gestão da renda. Ela destaca que a produção mensal de hortaliças é importante para garantir uma renda constante, diferente da produção de monoculturas (como milho e soja), que levam mais tempo para serem colhidas e precisam de um investimento econômico muito maior.

As agricultoras camponesas mencionam a dificuldade de fazer agroecologia em uma área pequena e com muitos processos manuais, mas enfatizam que a comercialização de alimentos e produtos orgânicos pode gerar mais renda do que a venda de produtos convencionais, que utilizam agrotóxicos. O acesso à renda, também, garante que as mulheres aprendam a importância de administrar o dinheiro:

[...] por menor que seja a renda, se você souber administrar o teu dinheiro com salário-mínimo, você vive [...] hoje é muito, muito importante que as mulheres tenham essa visão, e consigam se ver e se apoiar entre si mesmas (FLOR DE MARACUJÁ, ENTREVISTA REALIZADA EM 2022).

Dessa forma, foi possível perceber como a agroecologia é importante para a vida dessas mulheres, pois, além da possibilidade de manter uma relação respeitosa com a terra, a qual geralmente é passada de geração em geração, elas ainda têm benefícios na sua saúde e de suas famílias e acesso à renda, que lhes possibilita maior autonomia e independência. Portanto, observamos que os benefícios da agroecologia não são ligados somente ao abastecimento de alimentos saudáveis para as comunidades rurais e urbanas, mas, também, à qualidade de vida e ao bem-estar das pessoas que a praticam, em especial as agricultoras. As interlocutoras da pesquisa destacaram que a agroecologia traz benefícios para a saúde mental e emocional, já que se sentem mais conectadas com a natureza e com a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, busquei analisar saberes e práticas de mulheres agricultoras camponesas em suas vivências na agroecologia, e se/como (re)configuram os papéis sociais de gênero. As mulheres interlocutoras da pesquisa são integrantes da COOPERVEREDA, entidade intermediadora de nosso contato.

Apesar de buscar analisar os saberes e as práticas das mulheres, a conversa com as agricultoras, realizada durante a pesquisa de campo, trouxe à tona diversos dados, que mostraram como as violências da colonialidade atravessam suas vidas, e como elas criam formas de resistências e (r)existências. Observei como ocorrem diferentes entrecruzamentos que moldam diversas formas de violências, as quais marcam tanto as relações humanas quanto as relações estabelecidas com a natureza. É notável que a colonialidade permeia o dia a dia dessas mulheres, principalmente através da violência doméstica e da inferiorização do seu trabalho, que ainda é considerado como “ajuda” em diversos cenários. A invisibilização e a exclusão delas são reforçadas por diferentes mecanismos que lhes silenciam, desmerecem seus conhecimentos, desvalorizam seu trabalho (que, geralmente, envolvem duplas e triplas jornadas que as restringem ao espaço privado).

Em meio a isso, nas observações, entrevistas e diálogos com as mulheres, percebi que a agroecologia promove um espaço de transformação, uma vez que possibilita que elas atuem coletivamente, proporcionando troca de saberes e experiências – baseadas em formas de plantio, manejo, comercialização. Ocupar esses espaços impacta na vida das mulheres que fazem parte da COOPERVEREDA, mesmo quando se observa, ainda, muitas formas de violência as atravessando. Dessa maneira, a pesquisa oportunizou entender como experiências agroecológicas são capazes de provocar mudanças do sistema hegemônico de poder patriarcal que, no entanto, ainda segue operando em diversos contextos, nos quais essas agricultoras camponesas estão envolvidas.

As mulheres relataram, em muitas ocasiões, que houve pouca ou nenhuma reconfiguração dos papéis de gênero desempenhados por elas em seus lares. Dessa forma, é possível verificar que mesmo quando ocorrem mudanças em suas vidas, como acesso à renda, meios de produção e espaços públicos, ainda não são suficientes para promover relações mais igualitárias de gênero. Esse contexto mostra como são necessárias mais ações do Estado, por meio de políticas públicas, em

consonância com as associações, cooperativas e organizações não governamentais, para mudar essa realidade.

A pesquisa, também, possibilitou notar saberes e práticas das mulheres agricultoras camponesas, os quais, geralmente, não são reconhecidos e valorizados. O conhecimento tradicional das agricultoras, passado de geração em geração, sobre os ciclos naturais da terra, foram desacreditados pela ciência moderna, a qual propagou a ideia de que esses saberes eram inferiores ou ineficazes. Entretanto, por meio da descrição e da análise, foi possível reconhecer experiências vivenciadas por elas, que me possibilitam compreender que a construção do conhecimento ocorre, também, no movimento promovido pela escuta, nas partilhas que tornaram possível a troca de experiências, de alimentos, de sementes, de receitas, de histórias, de memórias, de dores, de alegrias e, principalmente, de sonhos dessas mulheres.

Nesse sentido, compreender a agroecologia como contraponto ao modelo hegemônico me permitiu entender que fazer agriculturas a partir de práticas regenerativas e de (re)constituição dos agroecossistemas é um ato de resistência ao sistema de exploração e dominação da natureza, do trabalho, dos saberes, dos corpos e das mentes das pessoas. A concepção moderna, que transformou os seres em recursos naturais exploráveis, provoca a degradação ambiental em nome do desenvolvimento, considerando que se trata do preço a se pagar pela maior produtividade, pelos lucros e pelo progresso. Nesse contexto, os saberes e as práticas agroecológicas são uma alternativa que permite entender as agriculturas como parte integrante de um todo que constitui a habitabilidade do planeta.

Ao considerar a colonialidade de gênero, identifiquei que ocorrem diversos processos de violências contra as mulheres, que respondem com resistências e (r)existências construídas em suas comunidades. Assim, compreendi que a colonialidade, o patriarcado e o capitalismo impactam diretamente na vida dessas mulheres. Dessa forma, analisar as consequências do colonialismo se mostra crucial para entender as vivências das mulheres agricultoras camponesas e como elas são atravessadas por diversas violências. Durante a pesquisa de campo, observei situações de preconceito e de desmerecimento da atuação das mulheres, perpetuadas pela lógica patriarcal, na qual os considerados “chefes” da família – homens – negociam, silenciam e invisibilizam a presença das mulheres.

As relações de trabalho, em muitos dos casos observados, seguem reproduzindo os papéis sociais de gênero, impostos por relações sexistas e desiguais,

que geram a desvalorização do trabalho das mulheres. Identifiquei, também, a invisibilidade do trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidados), realizado pelas agricultoras camponesas, além do esgotamento por elas vivenciado em duplas e triplas jornadas de trabalho, pois elas seguem sendo as principais responsáveis (ou as únicas) por esse trabalho, afetando diretamente a saúde física e mental das interlocutoras. Isso acaba reduzindo ou anulando o tempo para autocuidado, descanso e lazer, já que as jornadas de trabalho excessivas distanciam as mulheres dos espaços públicos de formação, atuação e participação nas redes de construção do movimento agroecológico, o que as violenta ainda mais.

Outrossim, destaco que, mesmo diante dos processos constantes de violências que atravessam as relações de gênero e a agricultura, o espaço colaborativo, promovido pela agroecologia, bem como a contraposição à lógica capitalista e dos modos de produção e consumo de alimentos, tornam possível a existência de ações de questionamento pelas mulheres, tal como pude observar e analisar durante as visitas, os encontros e as reuniões em que tive contato com as interlocutoras da pesquisa, que protagonizam processos de resistência diante das violências produzidas pela modernização do campo e pela consequente exclusão por elas vivenciadas.

Embora a resistência das agricultoras camponesas não transforme completamente as relações de poder na agricultura, nas relações sociais, familiares e de trabalho, ela aponta para construções de outros mundos possíveis, oferecendo uma visão alternativa do que podem ser as agriculturas e as relações de gênero. Para tanto, é possível estabelecer o contraponto entre as relações que a agroecologia estabelece com a natureza e a sociedade, principalmente, por manter suas práticas aliadas a valores de sustentabilidade e preservação do meio ambiente; e a agricultura convencional, que se mantém por meio de projetos de exploração compulsória da terra, da água, da fauna e da flora, e dos modos de consumo, perpetuando, também, a estrutura de exploração, opressão social e violência face às mulheres. A ética envolvida na agroecologia busca a promoção de uma realidade coletiva e colaborativa. Assim sendo, é um movimento que se estabelece em defesa da agrobiodiversidade, e a sua incorporação nas práticas de cultivo e nos modos de alimentação permite enfrentar formas de exclusão, desigualdade e violência contra as mulheres.

Por fim, analisar saberes e práticas em agroecologia, na vivência das agricultoras camponesas, permitiu apreender aspectos das experiências cotidianas e coletivas das mulheres. Como um contraponto à colonialidade e à marginalização dos saberes ancestrais – feita pela agricultura moderna –, as agricultoras camponesas empregam saberes e práticas agroecológicas que foram passadas de geração em geração, sobre os ciclos naturais dos agroecossistemas. Esse movimento faz parte da agroecologia como uma prática agrícola, ciência e modo vida. As vivências das agricultoras camponesas demonstram como a agroecologia foi incorporada, gradualmente, em suas práticas agrícolas, dando ênfase ao papel essencial da assessoria técnica em contribuir com informações e construir, coletivamente, conhecimento. Além disso, as falas mostram a importância do compromisso com a construção do saber agroecológico, sendo possível notar a relevância do aprendizado contínuo, alinhado à valorização de conhecimentos geracionais e ao compartilhamento de informações entre as famílias agricultoras, técnicas(os), movimentos sociais, redes e cooperativas, para a consolidação desse modo de vida.

A pesquisa realizada com as agricultoras camponesas da COOPERVEREDA possibilitou sistematizar dados importantes para a elaboração de um panorama da atuação delas no Sudoeste do Paraná. Futuras pesquisas, envolvendo a relação entre saberes e práticas das mulheres na agroecologia, são fundamentais e merecem ser ampliadas, com o objetivo de reconhecer o protagonismo e as contribuições das agricultoras camponesas na construção da agroecologia nesse e em outros territórios, que possam considerar diferentes contextos sociais, históricos e econômicos.

Além disso, a pesquisa aponta para agendas de investigações futuras, que analisem como a agroecologia se constitui (ou não) em contraponto à cultura antropocêntrica, patriarcal e capitalista em que estamos inseridas(os), e de que modo pode contribuir para propor diferentes e diversos modos de coabitar e produzir a vida. Destaco que as pesquisas científicas envolvendo mulheres rurais da região devem ser ampliadas, sendo, também, importantes os estudos com foco de análise nas mulheres que desempenham funções técnicas e agronômicas nas entidades.

Por fim, almejo que esta pesquisa possa auxiliar no debate no espaço acadêmico e além, principalmente nos movimentos sociais, que têm atuado para a construção de formas de vida mais democráticas e justas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. 1981. 274f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 1981.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALIE, Van Der Schaaf. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 5, n. 10, p. 412-442, 2003.
- ALIMONDA, Héctor. Ecología política latinoamericana y pensamiento crítico: vanguardias arraigadas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 35, p.161-168, dez. 2015.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007.
- ANJOS, Flávio Sacco; CALDAS, Nádia Velleda. A horta agonizante: mercantilização da agricultura e transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 5, p. 151-169, jul./dez. 2009.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-709, 2005, 2007.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: la nueva mestiza**. Tradução de Carmen Valle Simón. Madrid: Capitán Swing, 2016.
- ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Adernar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.
- AURORA, Braulina. A descolonização sobre as mulheres indígenas: reflexão sobre cuidados com o corpo. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 109-115, jan./abr. 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.

BEAL, Franciele Aparecida Buratto. **A Agroecologia como Paradigma para a Promoção do Direito Humano à Alimentação: a Atuação da ASSESOAR no Sudoeste Paranaense**. 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 289-302, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 4, n. 7, p. 50-81, 2002.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 12, p. 6-17, 2008.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 142-160, abr. 2016.

BURG, Inês Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no Sudoeste Paranaense**. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2005.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2442.pdf. Acesso em: 07 ago. 2020.

CARDOSO, Elisabeth Maria; RODRIGUES, Vanessa Schottz. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. **Revista Agriculturas AS-PTA** [online], Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1-4, 2019. Disponível em: aspta.org.br/article/mulheres-construindo-a-agroecologia-no-brasil/. Acesso em: 12 fev. 2023.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CARNEIRO, Sueli. O papel do movimento feminista na luta antirracista. *In*: MUNANGA, Kabengele (Org.). **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição**. Brasília: Fundação Palmares, 2004.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CASTRO, Paulo Afonso de Souza. **Angelo Cretã e a Retomada das Terras Indígenas do sul do Brasil**. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba, 2011.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Bs. As. Argentina: Nueva Visión, 1974.

CHANTLER, Khatidja; BURNS, Diane. Metodologias Feministas. *In*: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (Orgs.). **Teorias e métodos da pesquisa social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, p. e175118, 2017.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de mulheres camponesas: na luta a construção de uma identidade feminista, popular e camponesa. *In*: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres: resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. As estratégias dos agricultores familiares do Sudoeste do Paraná frente à modernização no campo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, n. 11, 2003, Campinas. **Anais [...]** Campinas: UNICAMP, 2003.

CORRALES, Carla Rodríguez. De la memoria al discurso: una aproximación a ‘Si me permiten hablar...’ testimonio de Domitila. Una mujer de las minas de Bolivia (1977), Moema Viezzer. **Revista de História**, São Paulo, n. 72, p. 57-73, jul./dic. 2015.

COSTA GOMES, João Carlos. As bases epistemológicas da Agroecologia. *In*: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de. **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná-Educação à Distância, 2011. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

CURIEL, Ochy. **Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial**: descolonizar o feminismo. Brasília: Editora do IFB, 2019.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. La Paz: Tinta Limón Ediciones, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la Imagen**: miradas ch'ixi desde la historia andina. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEMETRIO, Milena. **Agroindústrias familiares ecológicas e a agregação de valor alimentar**: trajetória de mulheres rurais no desenvolvimento regional. 2022. 174 f. (Dissertação) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2022. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/handle/1/29893>. Acesso em: 13 mar. 2023.

DENZINN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZINN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010. p. 15-42.

DESMARAIS, Annette Aurélie. La Vía Campesina: globalización y el poder de los campesinos. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 10, n. 10, p. 165-173, jan./jun. 2007.

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora**: o primeiro projeto de pesquisa. Brasília: Letras Livres, 2013.

DUARTE, Constança Lima. Feminismo: uma história a ser contada. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ECOVIDA. **Quem somos**. [S.l.], 2021. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>. Acesso em: 19 fev. 2021.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Women in Agriculture**: Closing the Gender Gap for Development. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i2050e/i2050e00.htm>. Acesso em: 29 mai. 2023.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb4474en/cb4474en.pdf>. Acesso em: 29 maio 2023.

FEDERICI, Sílvia. **O Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Gabriel Bianconi; ASSUNÇÃO, Wanessa Marinho. O caminho da liberalização dos transgênicos no Brasil. **Agroecología**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 19–28, 2017.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 2, abr./jun. 2017.

FILIPAK, Alexandra. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos**. 2017. 112 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150147>. Acesso em: 08 abr. 2023.

FLORIANI, Nicolas; FLORIANI, Dimas. Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 3-23, 2010.

FRITZ Nilton Luiz. Agroecologia: o desenvolvimento no Sudoeste do Paraná. *In*: ALVES, Adilson Francelino *et al.* (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

GABOARDI, Shaiane Carla. **O uso de agrotóxicos no sudoeste do Paraná a partir de uma perspectiva geográfica multiescalar**. 2021. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2021.

GADELHA, Renata Rocha. **Resgate da Construção de Conhecimentos Coevolutivos Ecológicos, através da Atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)**. 2021. 446 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Larisse Medeiros. **Avaliação de um agroecossistema em transição agroecológica**. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, p. 25-49, 2016.

GUAZZELI, Maria José; PEREZ, Julian (Orgs.). **Concentração corporativa: transformando a vida em mercadoria**. Versátil Artes Gráficas, 2010. Disponível em: http://www.centroecologico.org.br/novastecnologias/novastecnologias_4.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.

GUAZZELI, Maria José; RIBEIRO, Silvia. Novas Tecnologias, corporações e seus impactos sobre a soberania alimentar. *In*: BEZERRA, Islandia; PEREZ-CASSARINO, Julian (Orgs.). **Soberania alimentar (SOBAL) e segurança alimentar e nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: UTFPR, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari. Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Organização e tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 8, p. 1-28, 2006.

HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 208, mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p208>. Acesso em: 15 maio 2023.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 37, p. 595-609, 2007.

HOOKS, Bell. **Feminist Theory: From Margin to Center**. Boston: South End Press, 1984.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. RELAÇÕES ENTRE EXPORTAÇÃO, VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E DIVERSIDADES DESSA PRODUÇÃO NO TERRITÓRIO PARANAENSE. **Nota técnica**. Curitiba: IPARDES, 2011. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/NT_21_relacoes_exportacao_prod_agrop_2011.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

JELIN, Elizabeth. Família y género: notas para el debate. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 394-413, 1995.

KEMPF, Renata Borges. **Saberes e fazeres de mulheres camponesas e quilombolas nas agriculturas: produzindo formas de resistências e existências**. 2022. 266 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

KEMPF, Renata Borges; WEDIG Josiane Carine. Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial. **Mundo Agrário**, Buenos Aires, v. 20, n. 43, e111, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KIYOTA, Norma. **Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização**: um estudo de caso no município de Capanema/PR. Lavras: UFLA, 1999. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/9214>. Acesso em: 18 mar. 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LA CADENA, Marisol de. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 69, p. 95-117, 2018.

LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LANGER, Protásio Paulo; MARQUES, Sônia Maria dos Santos; MARSCHNER, Walter Roberto. **Sudoeste do Paraná**: Diversidade e Ocupação Territorial. Dourados: Editora da UFGD, 2010.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan./mar. 2002.

LEFF, Enrique. Ecologia política: uma perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 35, p. 29-64, 2013.

LEÓN, Irene. De mujeres, vida y semillas. *In*: CARVALHO, Horacio Martins (Org.) **Semillas**: patrimônio del pueblo al servicio de la humanidad. Quito: Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo – CLOC, 2004.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Gariboti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: Mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**.V.18. n.3. 2010. p. 871 – 887.

LOZANO, Marie-Anne Stival Pereira e Leal. **Políticas públicas e mulheres trabalhadoras rurais brasileiras**. 2018. 406 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191682>. Acesso em: 03 mar. 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-953, set./dez. 2014.

MARQUES, Sonia Maria dos Santos. **Pedagogia do Estar Junto: Éticas e Estéticas no Bairro de São Sebastião do Rocio**. 2008. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/HISTORIA%20DA%20AGRICULTURA/Historia_das_agriculturas.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. *In*: LOPES, Adriana Lucinda; BUTTO, Andrea (Orgs.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

MEIRA, Suzana Gotardo de; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. A organização de produtores nos municípios de Francisco Beltrão e de Verê – PR para a comercialização de produtos orgânicos. **Revista de Geografia**, Pernambuco, v. 28, n. 1, p. 57-72, 2011.

MENASCHE, Renata *et al.* (Coords.). **Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. Curitiba: DESER/CEMTR, 1996. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6364>. Acesso em: 21 mar. 2023.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, jun. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOREIRA, Sarah Luíza de Souza; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDI, Emma. Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil. *In*: SÁNCHEZ, Gloria Patrícia Zuluaga; CATAROCVARGAS, Georgina; SILIPRANDI, Emma. **Agroecologia em feminino: reflexiones a partir de nuestras experiencias**. La Paz: SOCLA, 2018.

OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA DO PARANÁ. **Atlas da questão agrária do Paraná: diálogos em construção**. Naviraí: Editora Territórios e Resistências, 2021.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas**, [s.l.] v. 6, n. 4, dez. 2009.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8532>. Acesso em: 14 fev. 2023.

PARANÁ. **Lei nº 15.825, de 28 de abril de 2008**. Inclui os Municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha na Região Sudoeste do Estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do Estado do Paraná. Curitiba, 2008. Disponível em: https://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=28006&tipo=L&tlei=1. Acesso em: 20 jun. 2023.

PARANÁ. **IDR-Paraná**. Curitiba: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, 2023. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Pagina/IDR-Parana>. Acesso em: 21 set. 2023.

PAULA, Nilson Maciel de. **Evolução do sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios**. Curitiba: CRV, 2017.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O Peso do Trabalho Leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 1-7, 1987.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. FAO, fome e mulheres rurais. **Dados**, v. 56, n. 2, p. 285-310, jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000200002>. Acesso em: 02 mai. 2023.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, edição especial, p. 296-316, 2016a.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Mulheres rurais: 4 décadas de diálogo**. São Paulo: Editora Unesp, 2016b.

PEREZ-CASSARINO, Julian; MEIRELLES, Laércio. Rede Ecovida de Agroecologia: origens, princípios e sua concepção de comercialização. *In*: PEREZ-CASSARINO, Julian *et al.* (Eds.). **Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais** [online]. Chapecó: Editora UFFS; Cabo Verde: UNICV, 2018. p. 254-282. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788564905726.0016>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru-SP: EDUSC, 2005.

PETERSEN, Paulo. A agroecologia e a superação do paradigma da modernização. *In*: NIERDELI, Paulo André; ALMEIDA, Luciana; VEZZANI, Fabiane Machado. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

PIAIA, Eliana. **Territorialidades acionadas pelo saber-fazer artesanal de mulheres Kaingang da terra indígena mangueirinha**. 2021. 195 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021.

PLOEG, Jan Dowue Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Dowue Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: PETERSEN, Pedro. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Abya Yala, el descubrimiento de América. *In*: GIARRACCA, Norma (Org.). **Bicentenarios (otros), transiciones y resistencias**. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 39-46.

PRÉVOST, Héloïse. Agroecologia, uma ciência “norma(l)acho”? Sob as escrituras científicas, o androcentrismo. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Pernambuco, ano 8, v. 2, n. 15, p. 1-20, jul./dez. 2019.

PRIMAVESI, Ana Maria. Agroecologia e manejo do solo. **Revista Agriculturas AS-PTA** [online], [s.l.], v. 5, n. 3, p. 7-10, set. 2008. Disponível em: https://aspta.org.br/files/2011/05/Agriculturas_v5n3.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 149-163, fev. 2011.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Colonialidade, pensamento decolonial e crítica do desenvolvimento: implicações epistemológicas e metodológicas. *In*: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Lígia Alves Dias. **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 59-90.

REIFSCHNEIDER, Francisco José Becker *et al.* **Novos ângulos da história da agricultura no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2010.

RENK, Arlene. Uns trabalham e outros lutam: brasileiros e a luta na erva. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 239-258, nov. 2000.

RIBEIRO, Catiani Resinato *et al.* **Narrativa resultado do projeto de pesquisa e extensão “Registrando a História e as Experiências Político-Organizativas das**

Mulheres Agricultoras no Sudoeste Paranaense". Programa Universidade Sem Fronteiras, Subprograma Diálogos Culturais. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. *In*: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROTTA, Mariza; BONETI, Lindomar Wessler. Educação do campo: a contribuição política e educativa da Associação de Estudos, Orientações e Assistência Rural – ASSESOAR. **Revista HISTEDBR** [online], Campinas, n. 58, p. 276-290, set. 2014.

ROVER, Oscar José. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecológica de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 56-63, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2004.

SANTOS, Aline Maiara Demétrio. **Trajetórias de mulheres agricultoras que se tornaram lideranças políticas: resistências e conquistas**. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2019.

SANTOS, Aline Maiara Demétrio; WEDIG, Josiane Carine; CORONA, Hieda Maria Pagliosa. "Da igreja à luta": trajetórias políticas de mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. e67222, 2021.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. 2008. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Julia de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105021>. Acesso em: 05 fev. 2022.

SCHAAF, Alie Vander. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

SCHMITZ, Aline Motter. **O trabalho das mulheres agricultoras familiares na atividade leiteira**. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão-PR, 2014.

SCHNEIDER, Clair Odete. **Mulheres camponesas e agroecologia: uma análise das relações de gênero no acampamento de reforma agrária herdeiros da terra de 1º de maio**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2020.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**, v. 1, p. 93-140, 2016.

SCHOLZ, Jonathan Marcel. **Elites locais e experiências plebiscitárias no sudoeste do Paraná (1960-1968)**. 2014. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, [s./l.], v. 18, p. 106-131, 2012.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. *In*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SHIVA, Vandana. **A violência da Revolução Verde**. Agricultura, Ecologia e Política do Terceiro Mundo. Tradução de Luís Humberto Teixeira. Lisboa: Mahatma, 2015.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento Iberoamericano**, Espanha, n. 9, p. 169-183, 2011.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1.965-1.711, dez. 2013.

SIMONETTI, André Luiz; DEMETRIO, Milena; DE WALLAU, Angélica Servegnini; DE OLIVEIRA, Paulo Henrique; DA SILVA COSTA, Brendo Henrique; CELUPPI, Daniela. Análise da retomada do Programa de Aquisição de Alimentos na Agricultura Familiar diante da COVID-19: o caso do município de São Lourenço do Oeste/SC. *In*: X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em perspectiva. Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SUCUPIRA, Fernanda. **Mulheres do campo construindo autonomia**: experiências de comercialização. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2016. Disponível em: [Mulheres-do-campo-web-1.pdf \(sof.org.br\)](#). Acesso em: 13 mar. 2023.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019. Disponível em: <https://ea.ffiich.usp.br/obra/viver-nas-ruinas-paisagens-multiespecies-no-antropoceno>. Acesso em: 25 ago. 2022.

TOTA, Antônio Pedro. Um Plano Marshall para os pobres ou os caminhos da modernização brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 115, p. 69-76, out./nov./dez. 2017.

TRICHES, Rozane Maria. Dietas saudáveis e sustentáveis no âmbito do sistema alimentar no século XXI. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 126, p. 881-894, 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEZZER, Moema. **“Se me deixam falar...” Domitila**. 15. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

WALLAU, Angélica Servegnini de. **“Meu quintal é meu laboratório”**: vivências em agroecologia de agricultoras camponesas no Sudoeste do Paraná. 2021. 75 f. Monografia (Graduação em Agronomia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR, Pato Branco, 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: notas sobre un nuevo paradigma educativo. **Tabula Rasa**, Bogotá-Colômbia, n. 16, p. 131-152, jul./dic. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tar/n16/n16a07.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu-MG. **Anais [...]** GT 17 – Processos Sociais Agrários. Caxambu-MG, v. 21, 1996. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-5.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.

WEZEL, Alexander *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agron. Sustain. Dev.**, [s.l.], v. 29, p. 503-515, 2009.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. A etnografia do processo de trabalho. *In*: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UnB, 1997. p. 192.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Roteiro de questões das entrevistas semiestruturadas

DADOS PESSOAIS

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Estado Civil:
- 4) Tem filhas(os)? Se sim, quais os nomes e as idades? Trabalham no campo?
- 5) Escolaridade:
- 6) Profissão:

AGROECOLOGIA E RELAÇÕES DE GÊNERO

- 1) Como e quando começou a trabalhar/atuar com agroecologia?
- 2) O que é a agroecologia para você?
- 3) Que motivos a levaram a aderir a agroecologia?
- 4) Qual foi a sua participação na tomada de decisão para a adoção da agroecologia?
- 5) Sua família é certificada? Se sim, há quanto tempo? Por qual mecanismo?
- 6) Na propriedade existe cultivo convencional? Se sim, em que porcentagem? Por qual motivo?
- 7) A produção agroecológica modificou a sua relação com a agricultura? Se sim, como?
- 8) A produção agroecológica modificou a sua relação com a natureza? Se sim, como?
- 9) Acredita que a transição agroecológica provocou mudanças na sua vida e na de sua família?
- 10) Quais os pontos positivos da agroecologia na sua vida e na de sua família?
- 11) Quais as principais dificuldades, relacionadas a agroecologia, enfrentadas por você e por sua família?
- 12) Que plantas vocês cultivam na propriedade?
- 13) De onde provêm os saberes e as práticas aplicados nos cultivos?
- 14) O cultivo agroecológico necessita de saberes e de práticas próprios? Se sim, como eles são acessados?
- 15) Existem práticas aprendidas com as mães/avós/bisavós que vocês continuam usando? Se sim, quais?

- 16) Vocês trocam informações com as vizinhas ou com outras produtoras da COOPERVEREDA? Se sim, como é realizada essa partilha?
- 17) Para você, a agroecologia impacta em outras esferas da vida, que não a produtiva? Se sim, quais?
- 18) Você acredita que para as mulheres existe diferença em trabalhar na agricultura convencional e na agroecológica? Se sim, quais?
- 19) Como você observa a presença das mulheres na agroecologia?
- 20) Existe preconceito com as mulheres na agroecologia? Se sim, quais?
- 21) Nas redes de agroecologia que você participa, existe a preocupação e o debate sobre essas questões? Se sim, de que forma e em que momentos?
- 22) Pensando na divisão do trabalho produtivo, você considera que há desigualdades entre homens e mulheres? Se sim, quais?
- 23) Na sua casa, como é realizada a divisão do trabalho? Antes da produção de forma agroecológica, a divisão do trabalho era diferente?
- 24) Que porcentagem da renda familiar é de origem agroecológica?
- 25) Em relação à renda, como são administrados os gastos e os investimentos?
- 26) Enquanto mulher, qual é o seu posicionamento em relação às decisões produtivas e econômicas da família?
- 27) Você acredita que a agroecologia aumenta a autonomia, o reconhecimento das mulheres nas tomadas de decisões?
- 28) Você gostaria de acrescentar algo que eu não tenha perguntado?
- 29) Como você se sentiu participando desta pesquisa?